UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

A PRÁTICA DE MONITORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – PROPOSTA DE CURSO PARA FORMAÇÃO DE MONITORES DO TCU

Thaísa Rodrigues Barbosa

Brasília, DF
2013

THAÍSA RODRIGUES BARBOSA

A PRÁTICA DE MONITORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – PROPOSTA DE CURSO PARA FORMAÇÃO DE MONITORES DO TCU

Trabalho Final de Curso apresentado, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da Professora Drª. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira.

Orientadora: Drª. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira

Brasília/DF

2013

BARBOSA, Thaísa Rodrigues.
A prática de monitoria na educação a distância – Proposta de curso para formação de monitores do TCU. / Thaísa Rodrigues Barbosa: Brasília: UnB. 2013.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade de Brasília, 2013.
Orientadora: Profa. Dra. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira.

TERMO DE APROVAÇÃO

THAÍSA RODRIGUES BARBOSA

A PRÁTICA DE MONITORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – PROPOSTA DE CURSO PARA FORMAÇÃO DE MONITORES DO TCU

Trabalho de Conclusão de Curso defendido sob a avaliação da Comissão Examinadora constituída por:

_____

Profa. Dra. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira (Orientadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

_____

Prof. Dr. Lúcio França Teles (Examinador)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

_____

Profa. Dra. Maria da Conceição da Silva Freitas
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Data da aprovação: ___/___/___

Em primeiro lugar a Deus o qual dedico todos os meus planos e projetos.

Aos meus pais, pelo apoio e amor incondicional que sempre me dedicaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me sustentado, me dado toda a força e coragem durante minha caminhada.

Dedico esta, bem como todas as minhas demais conquistas, à minha amada família. Aos meus pais (José Cláudio e Eleni) e meus queridos irmãos (João Paulo e Júlia), que constituem o verdadeiro motivo da minha felicidade, agradeço pelo apoio, força, incentivo e amor. Sem vocês nenhuma conquista faria sentido.

Agradeço a todos os professores que me acompanharam durante minha graduação, em especial ao Profa. Dra. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira, pela admirável orientação deste trabalho.

Agradeço também a minha banca examinadora, Profa. Dra. Maria da Conceição e Prof. Dr. Lúcio Teles, que se dispuseram a avaliar este trabalho e consequentemente agregar mais conhecimentos nesta etapa tão importante da minha graduação.

Agradeço ao meu chefe Pedro Koshino, que sempre esteve disposto a me ajudar no desenvolvimento deste trabalho, sendo sempre solícito aos meus pedidos tanto para parte teórica, quando para o desenvolvimento da minha pesquisa, e também ao Adriano, pelas dicas e apoio no desenvolvimento deste trabalho. Agradeço imensamente à equipe de monitoria do Seduc: Arthur, Carla, Denise, Ermita, Juliana, Kriss e Sarah, meu muito obrigada pela ajuda no desenvolvimento da minha pesquisa.

A todos meus amigos e amigas, agradeço pelos incentivos e pela força durante esta jornada. Por fim, meus sinceros votos agradecimento a todos que de alguma forma contribuíram e contribuem para a minha história como pessoa e como profissional.

De tudo ficaram três coisas:
A certeza de que estamos começando;
A certeza de que é preciso continuar;
A certeza de que podemos ser interrompidos antes de terminar.
Façamos da interrupção um caminho novo, da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sonho uma ponte, da procura um encontro!

Fernando Sabino

Barbosa, Thaísa Rodrigues. A prática de monitoria na educação a distância – Proposta de curso de formação de monitores do TCU. Brasília, Distrito Federal: Universidade de Brasília, Faculdade de Educação. Trabalho de Conclusão de Curso, 2013.

RESUMO

O presente trabalho acadêmico busca analisar a prática de monitoria no Tribunal de Contas da União (TCU). A pesquisa foi realizada no Instituto Serzedello Côrrea (ISC), unidade educacional do TCU, mais precisamente em seu Serviço de Educação a Distância (Seduc) que é onde encontra-se concentrada a prática de monitoria em educação a distância (EAD) daquela instituição. Para a coleta dos dados, a pesquisa adotou a abordagem qualitativa e utilizou-se da análise de questionários e de entrevistas semiestruturadas. O objetivo do estudo é identificar a percepção do monitor no que se refere ao seu próprio papel. Para atingir tal objetivo, assim foram analisados sete questionários aplicados junto aos monitores. O objetivo específico do trabalho é verificar a formação que o TCU oferece a seus monitores para o exercício de suas atribuições práticas de monitoria. Para isso foram realizadas duas entrevistas com os coordenadores executivos do Seduc. Como resultado da pesquisa, a análise dos dados revelou que os monitores que atuam junto ao Seduc, concebem a sua prática como um importante instrumento para o sucesso da ação educacional. Para os monitores a prática de monitoria no TCU vai além do suporte técnico, pois também envolve atividades relacionadas à mediação entre todos os agentes envolvidos na ação em EAD. Foi constatado, também, que as formações oferecidas aos monitores sempre estiveram ligadas mais ao caráter teórico do que prático. Em resposta da análise dos dados do objetivo específico deste trabalho, foi proposto um curso de formação de monitores mais concentrado na própria prática da monitoria.

Palavras-chaves: Educação a distância, monitoria, formação de monitores.

ABSTRACT

This paper looks to analyze the academic monitoring practice before the Court of Audit (TCU). The research was conducted at the Institute Serzedello Côrrea (ISC), educational unit TCU, more precisely in Distance Education Service (Seduc), where is concentrated the monitoring practice in distance education (DE) of this institution. To collect the data, the research adopted a qualitative approach was used and the analysis of questionnaires and structured interviews. The objective of the study is to identify the monitor class in relation to their own role. To achieve this goal, seven questionnaires were analyzed along with the monitors. The specific objective of the study is to assess the training that TCU offers, the exercise of its duties of monitoring practices. For this there were two interviews with coordinators executives Seduc. As a result of the research, the data analysis revealed that the monitors that work together to Seduc conceive this practice as an important tool for the success of educational practice. For monitors the monitoring practice at TCU goes beyond technical support, and also involves activities related to mediation between all actors involved in the action in EAD. Also, it was noted that the training offered to most monitors have always been linked to a theoretical than practical. In response the data analysis of the specific goal of this work, it was proposed a training course monitors more concentrated in the very practice of monitoring.

Keywords: Distance education, monitoring, training of monitors.

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

AIM – Mídia de Instrução Articulada

AVAs – Ambientes Virtuais de Aprendizagem

AVEC – Ambiente Virtual de Educação Corporativa

CEAD – Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância

CIER – Centro Internacional de Estudos Regulares

EAD – Educação a distância

ENEPe – Encontro Nacional dos/as Estudantes de Pedagogia

FE – Faculdade de Educação

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ISC – Instituto Serzedello Côrrea

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEB – Movimento de Educação de Base

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

PAS – Programa de Avaliação Seriada

Proerd – Programa Educacional de resistência às drogas e à violência

SACI – Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares

SEED – Secretaria de Educação a Distância

Seduc – Serviço de Educação a Distância

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

TCU – Tribunal de Contas da União

TIC – Tecnologias de informação e comunicação

UA – Universidade Aberta

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho de Conclusão de Curso é dividido em três partes, a primeira é o Memorial, a segunda a Monografia e por último minhas Perspectivas Profissionais. No *Memorial* relato minha trajetória escolar, começando pela educação básica até o ensino superior no curso de Pedagogia, relato também minhas experiências profissionais nos estágios que realizei durante minha vida acadêmica, que contribuíram muito para minha formação e crescimento, tanto profissional como pessoal.

A *Monografia*, segunda parte deste trabalho, trata-se um estudo investigativo baseado em método qualitativo, utilizou-se um questionário e entrevista previamente elaborados pela autora. Este estudo discorre sobre a prática de monitoria na educação a distância e tem como objetivo identificar a percepção do monitor no que se refere ao seu próprio papel. Busca também identificar a formação que o Tribunal de Contas da União oferece a seus monitores e propor um curso de formação para monitores do TCU.

O primeiro capítulo é sobre a educação a distância, incialmente são abordados o conceito e as características da educação a distância. Posteriormente, a educação a distância é analisada numa perspectiva histórica, onde são apresentados alguns dos principais acontecimentos relacionados à educação a distância no mundo e no Brasil.

O segundo capítulo é denominado: A prática de monitoria na educação a distância. Tem como propósito abordar o papel do monitor na EAD. Incialmente será apresentado, numa perspectiva geral, o conceito de monitoria na prática pedagógica. Num segundo momento será trabalhado o papel da monitoria no cenário da educação a distância, bem como suas funções e características.

O terceiro capítulo busca contextualizar o campo de pesquisa do trabalho. Neste capítulo será realizada uma brevemente descrição das atribuições e o contexto histórico do Tribunal de Contas da União, bem como sua funcionalidade e características. As funções do Instituto Serzedello Corrêa, órgão responsável pelas ações educacionais do TCU, também serão abordadas neste capítulo. Por fim, serão abordadas mais detalhadamente as atribuições o Serviço de Educação a Distância e

como é realizada a divisão do seu trabalho, especialmente as atribuições relacionadas ao do monitor.

O penúltimo capítulo deste trabalho é destinado à metodologia e à análise dos dados obtidos na pesquisa. Na parte dedicada à metodologia será especificado o método utilizado e os instrumentos de pesquisa. Após a metodologia os dados serão analisados e discutidos, percorrendo as considerações feitas no referencial bibliográfico correlacionando-os aos resultados obtidos na pesquisa qualitativa.

O quinto e último capítulo da monografia busca-se, por meio da análise dos dados obtidos na pesquisa propor um curso de formação para os futuros monitores que iniciarão o seu trabalho no serviço de educação a distância do TCU.

A última parte deste trabalho de conclusão de curso é destinada às minhas perspectivas profissionais, onde exponho as minhas pretensões profissionais após a minha conclusão do curso de pedagogia.

MEMORIAL

Meu nome é Thaísa Rodrigues Barbosa, nasci em Brasília, no dia 17 de julho de 1991, sou estudante de Pedagogia na Universidade de Brasília. Moro com meus pais, José Cláudio e Eleni, e meus irmãos João Paulo e Júlia.

Minha trajetória escolar começou na Educação Infantil, minha primeira escola foi o Pequeno Príncipe, localizada no Setor P Sul em Ceilândia. Entrei nesta escola no maternal, em 1994 com três anos de idade, a escola era bem pequena, funcionava em um lote residencial, possuía apenas quatro salas de aula, a sala da direção, os banheiros e o um parquinho, mesmo com toda simplicidade considero que tive uma boa educação nesta escola. Guardo ótimas recordações deste lugar, pois lá eu estudava com meu primo Jefferson e todos os colegas da rua onde eu morava, éramos todos da mesma faixa etária e ficamos na mesma sala. Alguém que me marcou muito neste momento da minha vida foi a “tia” Cleide, ela era muito carinhosa com todos da turma e ficou com a nossa turma os quatro anos que estudamos no Pequeno Príncipe. A escola só ia até o Jardim III, então na primeira série eu tive que ir para escola pública.

Após a formatura do Jardim III eu fui para a Escola Classe 50, que ficava bem próxima ao Pequeno Príncipe, ao entrar na primeira série eu e alguns dos meus colegas da antiga escola já estávamos alfabetizados, então, realizamos um teste e fomos transferidos para uma turma de segunda série, pois como era uma escola pública grande parte dos alunos da primeira série não eram alfabetizados. Com isso, eu sempre fui a mais nova de todas as turmas que estudei, porque na realidade fiquei quase um ano e meio adiantada pelo fato de fazer aniversário em julho. Em relação à adaptação à nova escola foi bastante difícil, apesar de ter alguns dos meus antigos amigos por perto, a escola era muito diferente do que eu estava acostumada, lembro que as turmas eram muito cheias e tínhamos que buscar cadeiras e mesas em outras salas. Eu não lembro o nome da nova professora, a única lembrança que tenho dela é que não se parecia em nada com a anterior, era muito grossa e impaciente com todos. Depois de um tempo, a professora da nossa turma saiu e entrou uma nova no lugar, também não me recordo seu nome, na verdade não tenho muitas lembranças dessa época. Apesar de tudo consegui superar as dificuldades, passei para terceira série com boas notas, o ano seguinte foi bastante tranquilo apesar das constantes trocas de professores.

O ano seguinte foi marcado por mudanças ainda maiores na minha vida, em 2000 a minha família se mudou para o Recanto das Emas, fui estudar na Escola Classe 102, apesar da péssima estrutura da cidade, esta escola era melhor que a anterior, pois há alguns anos ela havia sido reinaugurada, com uma construção definitiva de alvenaria, pois antes no mesmo local funcionava uma escola de lata. Quem lecionava na minha turma era um professor, o que me causou muito estranhamento, mas não demorou muito para eu me acostumar com toda a novidade e fazer novos amigos. O professor Alessandro não ficou muito tempo em nossa turma, pois as trocas de professores também eram constantes nesta escola. Algo que me marcou na quarta série foram as aulas do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), o Policial Militar que ministrava as aulas era muito querido pelos alunos, houve um concurso de redação para o dia da formatura, a minha foi escolhida, eu fiquei muito feliz, até hoje me lembro do inicio do texto que escrevi.

Na quinta série eu precisei mudar de escola novamente, desta vez fui para o Centro de Ensino Fundamental 206, também no Recanto das Emas, como a escola era longe da minha casa eu ia de transporte escolar, foi aí que comecei a fazer meus primeiros amigos da nova escola, lembro bastante do motorista, pois durante o trajeto ele fazia perguntas de português e matemática, e todo mundo queria ser os primeiro a responder, era muito divertido! Foi nesta época que comecei a ter maior contato com esportes e artes, nunca me interessei muito por esportes, mas sempre gostei de desenhar. A professora de artes uma vez por semana, durante o turno contrário ao que tínhamos aula, ensinava técnica de desenhos aos alunos interessados, frequentei as aulas durante bastante tempo, infelizmente as aulas acabaram com a saída da professora da escola. Tenho boas recordações desta época, tanto das aulas de artes como de muitas feiras de ciência, olimpíadas, feiras do livro e passeios que a escola nos proporcionava, mas infelizmente tenho também recordações ruins, cenas de violências na porta da escola, motivadas por “gangues” constituídas por alunos da própria escola. Fiquei dois anos no CEF 206 e por decisão da minha mãe, fui estudar em Taguatinga.

Na sétima série comecei a estudar no Centro de Ensino Fundamental 03 de Taguatinga Sul, dessa vez fiz amigos no ônibus, foi uma época muito complicada, pois eu estudava a tarde e quando chegava em casa já estava escurecendo, os

ônibus eram sempre lotados e a parada era longe da minha casa. A escola era bastante tranquila, nunca presenciei brigas, porém como a maioria das escolas públicas existia problemas com pichações. Esta escola tinha menos passeios e olimpíadas que a anterior, mas a educação era boa.

Em 2005, fui para o Centro de Ensino 02 de Taguatinga Sul. O Ensino Médio foi marcado por muitas novidades, o número de professores aumentou e a estrutura da escola também era muito grande. Nesta época eu já comecei a pensar em qual curso queria fazer, apesar da escola não estimular muito eu sempre tive o foco na Universidade de Brasília. No primeiro ano eu fiz a prova do Programa de Avaliação Seriada (PAS), como tirei uma nota boa no ano seguinte comecei a fazer um cursinho preparatório, com isso durante o segundo e terceiro ano eu estudava pela manhã no colégio e a tarde ia para o cursinho, foi bem cansativo, pois ficava o dia todo fora, almoçava em restaurantes, quando chegava em casa já estava quase anoitecendo. No terceiro ano tivemos uma disciplina de projeto interdisciplinar, que era voltado para ética e também para a escolha profissional, a professora era a mais rígida da escola, e era a que eu mais gostava, pois a sua rigidez não era sinônimo de intolerância ou superioridade em relação aos alunos, como era o caso da maioria dos outros professores. A professora do projeto levava muitos textos reflexivos para a sala, também realizava testes vocacionais e foi com isso que direcionei minha decisão para a área de humanas. Esta professora também era apaixonada pela educação o que me motivou muito a escolher esta área, foi assim que decidi fazer Pedagogia.

Em 2007, concluí o terceiro ano do Ensino Médio, passei no primeiro vestibular da UnB no mesmo ano. Em março de 2008, começaram as minhas aulas na Universidade de Brasília, foi a realização de um sonho! Mesmo tendo estudado bastante para realizá-lo eu sabia que na condição de aluna da rede pública de ensino tinha desvantagem em relação aos alunos da rede particular, apesar de todas as dificuldades nunca duvidei que conseguiria! Sempre tive foco e me esforcei para conquistar meu sonho. A minha escolha por Pedagogia não foi por um curso mais fácil de passar, mas sim pela importância que a educação tem em minha vida, quando surgiram dúvidas sobre o que fazer, refleti muito e compreendi que a educação tem o poder de mudar a vida das pessoas, dessa forma percebi que seria

muito gratificante trabalhar com algo que pudesse dar a outros a oportunidade de crescer, se desenvolver e ir atrás do seu sonho, seja qual for.

O primeiro semestre no curso de Pedagogia serviu para consolidar a certeza de que minha escolha foi acertada. No primeiro semestre tive aula apenas no turno da noite, confesso que me surpreendi com o curso, pois superou minhas expectativas, posso dizer que cresci muito com todas as discussões, pude ampliar meus conhecimentos e formar opinião sobre diversos aspectos. Enfim, o primeiro ano na UnB foi marcado por uma grande satisfação pessoal, me identifiquei com todas as disciplinas que cursei neste ano.

No mesmo ano que entrei na UnB, participei do Encontro Nacional dos/as Estudantes de Pedagogia – ENEPe, foi uma experiência muito enriquecedora, pois eu tinha acabado de entrar na Pedagogia e esta vivência me permitiu ir além do que eu imaginava ser a educação. As plenárias e palestras foram de grande importância para a minha formação a convivência com pessoas de vários estados foi muito significativa. Todas as atividades realizadas, apresentação de trabalhos, plenárias, me fizeram sentir parte do curso e ter a certeza que a educação pode mudar a sociedade.

Em 2009, tive a minha primeira experiência de estágio no Conselho Cultural Thomas Jefferson foi uma ótima oportunidade que me permitiu vivenciar a rotina escolar, não apenas com crianças, mas também com adultos e adolescentes. Atuei no auxílio a diversos professores, eu não ficava numa turma fixa, só atuava em sala quando solicitada, na maior parte do tempo auxiliei a Coordenação Pedagógica no planejamento e execução dos eventos educacionais e na preparação dos materiais pedagógicos. Essa dinâmica me ensinou muito, desenvolvi muitas habilidades como planejamento, organização, criatividade, interação pessoal etc. Tudo isso refletiu positivamente em minha atuação universitária, pois me senti mais preparada para os desafios, aprendi também a me organizar, sem falar do contato com a rotina escolar que só pode ser compreendido verdadeiramente na prática.

Minha segunda experiência de estágio foi no Instituto Ápice de Ensino (Le Petit (Galois). Durante meu período de estágio no Galois, trabalhei em uma turma de 2ª série/3º ano como professora assistente auxiliando a professora titular nas mais diversas atividades. Eu acompanhava o desenvolvimento da classe, corrigia os livros, cadernos e outras atividades realizadas pelos alunos, bem como desenvolvia

diversas atividades com os alunos. Este estágio também foi muito significativo, pois conheci o não só o funcionamento de uma escola, mas tive a oportunidade de estar dentro de sala de aula efetivamente, conhecendo sua rotina e desafios foi uma experiência muito gratificante, percebi como a figura do professor é importante para os alunos. Aprendi muito com as crianças e também com a professora titular.

Os projetos individualizados foram de grande importância para o meu processo formativo, a lógica destes projetos me proporcionaram uma vivência muito rica do curso. Com Projeto 1 Orientação Acadêmica Integral (OAI), o qual cursei no primeiro semestre do curso, pude conhecer a história da Faculdade de Educação (FE) e da Universidade de Brasília, bem como reconhecer a importância dos Movimentos Estudantis e do Centro Acadêmico.

No Projeto 2 Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão conheci o curso de Pedagogia mais profundamente, bem como as diversas áreas de atuação do pedagogo no ambiente profissional. Durante o projeto houve várias reflexões sobre a educação e o exercício do pedagogo, a partir dessas reflexões e do contato com ex-alunos do curso de Pedagogia tive a oportunidade de conhecer diversos campos de atuação do pedagogo e, consequentemente, refletir com que área me identificava mais.

Realizei o todas as fases do Projeto 3 e do Projeto 4 com a professora Sônia Marise. No Projeto 3 realizamos um estudo sobre Economia Solidária, prática que eu desconhecia, inicialmente tivemos contato com a teoria e depois com a prática, que aconteceu no curso de extensão.

O Curso de Extensão foi realizado no Centro de Ensino Fundamental 104 Norte, que nos deu a oportunidade de discutir em conjunto as possibilidades de transformação no ambiente escolar. Nos encontros discutimos os problemas da escola como um todo, algo muito enriquecedor foi a presença de representantes de todos os envolvidos no processo educacional: Professores, funcionários, comunidade, alunos, pais e direção. Por fim, o nosso objeto de estudo foi definido pelo método de Paulo Freire, chegamos a escola sem que a problemática estivesse elaborada, para definirmos o objeto de estudo discutimos em conjunto com a escola e a comunidade. A metodologia utilizada pela professora Sônia Marise foi muito significativa, pois primeiro tivemos a teoria e depois aplicamos na prática, após os

encontros na escola desenvolvemos um relatório em grupo, isso serviu para solidificar nosso conhecimento e enriquecer ainda mais a nossa experiência.

Fiz o meu Projeto 4 fase 1 na Escola Classe 308 Sul, inicialmente realizei observações em uma turma de terceiro ano. Durante este período percebi que os alunos se interessavam muito por leitura, porém recebiam pouco estímulo. Com base nas observações decidi fazer oficinas voltadas para o incentivo a leitura, como o Projeto da professora Sônia Marise era voltado para a socialização o tema do meu Projeto foi: “A leitura como forma de socialização e aprendizagem nas séries iniciais”. A experiência de observar a rotina escolar de uma escola pública de anos iniciais foi importante para o meu crescimento acadêmico, nesta atuação tive bastante liberdade para escolher os objetivos e desenvolvê-los, o que me proporcionou a construção de uma crescente maturidade acadêmica.

O Projeto 4 fase 2 realizei na Escola Classe 102 do Recanto das Emas, a escola que estudei na quarta série, meu projeto teve como tema: “A prática da leitura no ambiente escolar”. O meu objetivo nesta segunda fase do Projeto era verificar de que forma a leitura é trabalhada em sala de aula, observando a relação dos educadores com a leitura e como as colocam em prática. A escola que observei, possui um projeto chamado “Projeto Prazer de Ler”, tive a oportunidade de acompanhar as oficinas deste projeto e também elaborei um questionário com o objetivo de avaliar o hábito de leituras dos professores e importância que estes profissionais dão a leitura. O resultado do Projeto foi muito bom, as experiências que tive nos Projetos com a professora Sônia Marise foram excelentes.

Ao longo da minha trajetória no curso de Pedagogia desenvolvi atividades de grande importância para a minha formação, a construção do meu conhecimento se deu de várias formas, a vivência na Faculdade de Educação foi algo inestimável, experiências que serviram para meu crescimento não só como universitária, mas também como pessoa.

Atualmente estagio em uma instituição de renome no cenário brasileiro, desde o início de junho de 2011 faço parte do quadro de monitores dos cursos a distância oferecidos pelo no Tribunal de Contas da União (TCU), no Instituto Serzedello Corrêa (ISC) que tem sua sede em Brasília, o ISC é responsável pelas ações educativas do TCU. A prática de educação a distância (EAD) do instituto é de responsabilidade do Seduc – Serviço de Educação a Distância, o Seduc possui um

grande número de projetos de cursos em EAD direcionados para gestores públicos, estes cursos que são oferecidos a servidores internos e a servidores públicos de todo o Brasil.

Esta oportunidade de estágio me concedeu um conhecimento mais amplo sobre a educação a distância (EAD), posso dizer que tive uma grande surpresa com a qualidade do ensino oferecido na modalidade a distância, antes dessa experiência eu tinha uma noção totalmente errônea, que esta modalidade de ensino possuía uma qualidade inferior. Agora percebo que com o comprometimento profissional aliado também ao comprometimento do aluno, a EAD tem sim uma excelente qualidade. Ao longo da minha experiência no estágio fiquei encantada com as mais variadas possibilidades que a educação a distância pode oferecer, me identifiquei cada vez mais com essa modalidade de ensino e por isso decidi fazer o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nesta área.

Sob orientação da professora Drª. Teresa Cristina iniciei os meus estudos para o meu TCC, pensando sobre as várias possibilidades de estudo uma delas me chamou atenção: A minha própria prática de monitoria em EAD. Como o quadro de monitores em EAD do ISC é consideravelmente grande (oito monitores), percebi que alguns não recebiam nenhum tipo de formação inicial para prática de monitoria e estes tinham dificuldade em exercê-la. Dessa forma, decidi investigar sobre o papel do monitor na educação a distância e propor um curso de formação de monitores em EAD, que teve como fruto este trabalho.

INTRODUÇÃO

A educação a distância é uma modalidade de ensino que está em ampla expansão e ganhou bastante visibilidade nos dias atuais, por atender adequadamente às novas demandas educacionais resultantes da nova ordem econômica.

Preti (2000) explica que os processos de globalização, que foram impulsionados pela onda neoliberal[1] nos campos da economia e da política, bem como a grande aceleração e introdução de tecnologias de informação e comunicação (TIC) nos mais diversos campos da vida das pessoas, contribuíram de forma muito significativa para que a educação distância deixasse de ocupar um plano marginal nos sistemas educativos. Assim, o emprego da educação a distância vem sendo cada vez mais efetivo e reconhecido no campo da educação, sendo atualmente utilizada em várias instituições como forma de qualificação pessoal e profissional.

A educação a distância passou por várias transformações ao longo dos anos, teve seu emprego reconhecido desde meados do século XIX, com o ensino por correspondência. Dessa forma, é pertinente esclarecer que a EAD não teve seu início com as TIC, já que esta não se trata de um fenômeno tão recente. Porém, é inquestionável que foi com o advento das tecnologias das TIC que a educação a distância ganhou maiores proporções e visibilidade.

Para Serra e Silva (2008) a educação a distância garante a acessibilidade à educação, pois devido ao seu planejamento e organização pode superar os problemas de tempo e espaço. Os autores chamam atenção sobre a elaboração de instrumentos e métodos apropriados à EAD. Atentos a possibilidade de democratização do ensino por meio da educação a distância, os autores também discorrem sobre a importância da educação no processo de desenvolvimento da sociedade, nesse contexto a EAD surge como uma metodologia de ensino capaz de suprir as necessidades da nova ordem mundial.

---

[1] Neoliberalismo: Forma moderna do liberalismo que permite uma intervenção limitada do Estado. Fonte: http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=neoliberalismo

Moore e Kearsley (2007) também afirmam que mundo globalizado faz com que a educação a distância se apresente, cada vez mais, como uma opção para minimizar a carências de uma população que vem crescendo em um ritmo muito acelerado. As possibilidades de flexibilidade de tempo, lugar e espaço, contribuem consideravelmente para a expansão da modalidade de ensino a distância em diversas partes do mundo. Neste sentindo a educação a distância é, ao mesmo tempo, uma causa e um resultado das mudanças que aconteceram no mundo e consequentemente na educação.

Assim como as demais modalidades tradicionais de ensino, na EAD é necessário ter atenção especial à forma que a educação é ministrada. A educação a distância exige técnicas especiais na criação dos cursos, bem como a especialização da equipe que irá trabalhar com o ensino a distância, com atenção especial aos serviços de apoio ao aluno. As dificuldades inerentes a esta modalidade de ensino são bem parecidas com as da modalidade tradicional, e podem ser minimizados por meio do planejamento detalhado da ação educativa, na boa formação dos agentes evolvidos no processo educacional e atenção especial à realidade do aluno.

Segundo Moraes (2004) o papel dos serviços de apoio ao aluno na educação a distância e os profissionais que nele atuam são fatores determinantes para o sucesso das ações em EAD. No serviço de apoio ao aluno a distância existem vários agentes envolvidos no processo educacional, Pereira (2007) cita alguns deles, que são: “Conteudista, designer instrucional, tutor, programador, além da equipe de coordenação pedagógica.” (p.17).

Um dos agentes envolvidos no processo educacional a distância é o monitor, segundo Döding, Mendes e Kovalski (2003) a prática de monitoria na EAD “surgiu quando foram desenvolvidos os primeiros cursos através da Internet e verificou-se que somente o professor não tinha condições de atender todas as necessidades dos alunos,” (p.1).

O monitor atua principalmente em questões operacionais que surgem ao longo do curso e que precisam respondidas de imediato, já o tutor trabalha apenas com as questões de conteúdo do curso. A atuação do monitor não visa tirar as atribuições do tutor, é importante que aconteça um trabalho de cooperação entre tutor e monitor visando sempre o sucesso da ação educacional.

A questão norteadora deste trabalho consiste em saber: qual é a percepção do monitor sobre ao seu próprio papel? Além disso, este trabalho tem a intenção de responder ao seguinte questionamento: O Tribunal de Contas da União oferece a seus monitores em ações educacionais a distância algum tipo de formação para o exercício da sua prática.

Na tentativa de responder estas questões foram definidos os seguintes objetivos:

- Objetivo geral: Identificar a percepção do monitor no que se refere ao seu próprio papel;
- Objetivo específico:
  - Verificar a formação que o Tribunal de Contas da União oferece aos monitores para exercerem sua prática;
  - Propor um curso de formação para monitores do TCU.

Com o intuito de alcançar os objetivos apresentados anteriormente, este trabalho realiza uma pesquisa no Tribunal de Contas da União, mais precisamente no Serviço de Educação a Distância, que pertence ao Instituto Serzedello Corrêa que é responsável pelas ações educacionais do Tribunal.

.

CAPÍTULO I – REFLEXÃO TEÓRICA: EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Este primeiro capítulo tem como propósito inicial abordar o conceito e as características da educação a distância. Posteriormente, as experiências em educação a distância serão analisadas sob uma perspectiva histórica, percorrendo os principais acontecimentos referentes à educação a distância no mundo e no Brasil. O ponto de partida do processo histórico deste capítulo será o século XIX, quando surgiu uma maior concentração de práticas de educação a distância, passando pelas décadas de 1980 e 1990 momentos no qual houve o ápice da EAD com a inserção de mídias digitais, oferecendo também ao longo do capítulo uma reflexão sobre cenário atual da educação a distância.

1.1 Definições e características da educação a distância

A educação a distância consiste numa modalidade de ensino que exige técnicas especiais para a disseminação do conhecimento, como atenção especial na criação do curso e mediação da comunicação entre os agentes envolvidos na educação educacional por meio de tecnologias de comunicação. (MOORE e KEARSLEY, 2007).

Nunes (1993), em seu trabalho, afirma que a educação a distância é um recurso de grande importância, pois consegue atender a grandes contingentes de alunos de forma mais efetiva que em outras modalidades, sem com isso reduzir a qualidade dos serviços oferecidos em decorrência da ampliação da clientela atendida.

Conforme também afirma Belloni (1999), que encara a educação a distância como uma modalidade de ensino adequada ao atendimento das novas exigências educacionais decorrentes da mudança da nova ordem econômica mundial. A adequação da educação a distâncias aos dias atuais se deve à intensificação do processo de globalização, que gerou várias mudanças em toda a sociedade, destacando-se a criação de novos estilos de vida, de consumo, novas maneiras de

ver o mundo e consequentemente a uma intensa mudança nas formas de ensinar e aprender.

Para Gonzalez (2005) “A educação a distância é uma estratégia desenvolvida por sistemas educativos para oferecer educação aos setores ou grupos da população que, por razões diversas, tem dificuldade de acesso a serviços educativos regulares.” (p. 33). O autor descreve algumas características da educação a distância, que são citadas a seguir:

- Professor e aluno estão separados no espaço e/ou tempo;
- O controle do aprendizado é realizado mais intensamente pelo aluno do que pelo instrutor distante;
- A comunicação entre os alunos é mediada por documentos impressos ou alguma forma de tecnologia.

É possível perceber que uma das características da educação a distância, e que a diferencia de outras modalidades de ensino, é o processo de comunicação entre os agentes envolvidos na ação educacional. Na educação a distância, a mediação pedagógica no processo de ensino e aprendizagem necessita de algum recurso para a realização do contato entre professor e aluno, estes recursos podem ser correspondência, televisão, telefone, rádio, internet, entre outros. Ao longo do tempo estes processos de comunicação foram se adaptando às novas tecnologias existentes, com o desenvolvimento e a inserção de novos recursos. Este processo será tratado mais detalhadamente no próximo tópico, com o estudo do histórico da EAD no mundo e no Brasil.

Para Sartory e Roesler (2005) a educação a distância ampliou a sua atuação no mundo por apresentar características diferentes de outras modalidades convencionais de ensino. Ao evidenciarem as vantagens da EAD, os autores destacam que nesta modalidade de ensino existe uma maior democratização do acesso ao conhecimento, possibilitando também, a ampliação dos espaços educacionais e das formas de gerenciamento do conhecimento. Neste sentido, os autores afirmam:

> Com essa modalidade é possível eliminar fronteiras, proporcionando acesso aos conteúdos escolares e promovendo a formação continuada de profissionais para atuar em sociedade em permanente mudança, além de integrar aspectos culturais, educacionais e de cidadania. (p. 25)

Gutierrez e Prieto (1994 p. 12 e 13) também estabelecem vantagens da modalidade de educação a distância, que segundo os autores seriam as seguintes:

1. “Massividade espacial” – Significa que a educação a distância em princípio não tem limitações geográficas, onde o acesso à educação pode ser democratizado, visto que podem participar do mesmo curso, tanto pessoas de grandes centros urbanos como pessoas que vivem em áreas rurais afastadas.
2. “Menor custo por estudante” – É possível atender com menor custo um maior número de pessoas.
3. “População escolar diversificada” – Do ponto de vista educativo a EAD desempenha um papel muito importante, que é o de atender os mais variados tipos de alunos. Os autores ressaltam uma das vantagens da educação a distância no atendimento à população adulta trabalhadora, que muitas vezes não dispõe de tempo para estudar, e por meio da EAD podem frequentar cursos permanentes e a de reciclagem e atualização.
4. “Individualização da aprendizagem” – A educação a distância permite que cada pessoa aprenda no seu ritmo de aprendizagem.
5. “Quantidade sem diminuição da qualidade” – A educação a distância promove um ensino inovador, satisfazendo a grande demanda sem afetar a qualidade do ensino.
6. “Autodisciplina de estudo” – A educação a distância promove a autodisciplina do aluno, que conduz a autovalorização e a segurança de si mesmo. Permitindo que o aluno seja realmente ativo e responsável pela sua aprendizagem.

Os autores nas páginas 15 a 16, também discorrem, sobre dos possíveis riscos na adoção dessa modalidade educacional que são:

1. “Ensino industrializado” – A produção dos materiais de estudos está mais próxima dos métodos industriais do que dos processos de educação participativa, onde ocorre o perigo da mecanização da educação.
2. “Ensino consumista” – Como consequência do ensino industrializado ocorre o processo de venda e consumo em escala industrial da educação, com isso a produção de materiais a distância precisaria que se submeter à leis de consumo: facilidade, moda, efetividade, etc. O que pode diminuir a qualidade do ensino oferecido.
3. “Ensino institucionalizado” – As relações interpessoais inerentes ao ato educativo ficam prejudicadas, pois a figura do mestre fica esquecida e instituição que oferta o curso é vista como a única responsável pela ação educacional.
4. “Ensino autoritário” – Segundo os autores, ocorre o risco de que a educação a distância se torne muito mais autoritária que a educação tradicional.
5. “Ensino massificante” – Com a produção em massa de materiais pode ocorrer a simples reprodução de materiais, com poucas adaptações, sem levar em conta as especificidades dos locais e pessoas que receberão estes materiais.

Deste modo, ao analisar as vantagens e riscos da educação a distância, percebe-se que é necessário uma atenção especial à forma que a educação é ministrada. A EAD exige equipes especializadas na preparação, confecção e distribuição de material, os riscos inerentes a esta modalidade de ensino são praticamente os mesmos da modalidade tradicional, e podem ser minimizados por meio do planejamento detalhado da ação educativa, na boa formação dos agentes evolvidos no processo educacional e atenção especial à realidade do aluno.

1.2 A Educação a distância no mundo

A educação a distância tomou maiores proporções e visibilidade em virtude do surgimento de novas ferramentas tecnológicas, as quais possibilitaram a renovação e o desenvolvimento das práticas pedagógicas tradicionais. Em relação a sua trajetória, a educação a distância possui uma longa história, não há um consenso entre os autores sobre o início desta modalidade de ensino, alguns estudiosos da área de educação a distância acreditam que ela teria a idade da

escrita, outros autores afirmam que ela pode ter surgido a partir das cartas de Platão em 385 a.c, também há um grupo de estudiosos acreditam que ela teve seu surgimento com as cartas de São Paulo enviadas aos discípulos. Com isso percebe-se a Educação a distância não surgiu do nada, ela surgiu através de um processo de adaptação da educação às diversas modificações no mundo em todos os setores. Conforme descreve Nunes (1993)

> A educação a distância não surgiu no vácuo (Keegan 1991,11), tem uma longa história de experimentações, sucessos e fracassos. Sua origem recente, já longe das cartas de Platão e das epístolas de São Paulo, está nas experiências de educação por correspondência iniciadas no final do século XVII e com largo desenvolvimento a partir de meados do século XIX (chegando aos dias de hoje a utilizar multimeios que vão desde os impressos a simuladores online, em redes de computadores, avançando em direção da comunicação instantânea de dados voz e imagem via satélite ou por cabos de fibra ótica, com aplicação de formas de grande interação entre o aluno e o centro produtor, quer utilizando-se de inteligência artificial, ou mesmo de comunicação instantânea com professores e monitores). (p.6)

Para Alves (2011), as primeiras experiências da prática da educação a distância remetem ao século XVII, quando nos Estados Unidos um curso por correspondência foi oferecido por uma instituição de Boston. A partir de então, é possível estabelecer uma cronologia da evolução da EAD no mundo. Apesar das primeiras práticas em EAD remeterem ao século XVII, foi somente a partir do século XIX que surgiu uma concentração maior de práticas de educação a distância, com a ofertas de cursos por correspondência na Suécia, Reino Unido e Espanha, além dos Estados Unidos.

No início do século XX, países como Japão, França, Noruega, e África do Sul deram início às suas primeiras experiências com a educação a distância. Entretanto, apenas na segunda metade do século XX é que a EAD começou a se consolidar e a se estabelecer como uma importante modalidade de ensino.

Em sua pesquisa, Alves (2011) à luz do trabalho de VASCONCELOS (2010) e GOLVÊA & OLIVEIRA (2006) descreve alguns marcos históricos que consolidaram a educação a distância no mundo:

Quadro 1 – Marcos históricos da EAD no mundo

1728	Este foi o marco inicial da Educação a Distância: Neste ano foi anunciado um curso pela Gazeta de Boston, na edição de 20 de março, onde o Prof. Caleb Philipps, de Short Hand, oferecia material para ensino e tutoria por correspondência. Porém, foi apenas século XIX que Educação a Distância começou a existir institucionalmente.
1829	Na Suécia foi inaugurado o *Instituto Líber Hermondes*, que possibilitou a mais de 150.000 pessoas realizarem cursos através da Educação a Distância.
1840	Na Faculdade *Sir Isaac Pitman*, no Reino Unido, foi inaugurada a primeira escola por correspondência na Europa.
1856	Em Berlim, a Sociedade de Línguas Modernas patrocinou os professores Charles Toussaine e Gustav Laugenschied para ensinarem Francês por correspondência.
1892	No Departamento de Extensão da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos da América, foi criada a Divisão de Ensino por Correspondência para preparação de docentes.
1922	Início na oferta de cursos por correspondência na União Soviética.
1935	O *Japanese National Public Broadcasting Service* iniciou seus programas escolares pelo rádio, como complemento e enriquecimento da escola oficial.
1947	Foi iniciada a transmissão das aulas de quase todas as matérias literárias da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Paris, França, por meio da Rádio *Sorbonne.*
1948	Na Noruega, foi criada a primeira legislação para escolas por correspondência.
1951	Foi inaugurada a Universidade de Sudáfrica, atualmente a única universidade a distância da África, que se dedica exclusivamente a desenvolver cursos nesta modalidade.
1956	A *Chicago TV College,* Estados Unidos, iniciou a transmissão de programas educativos pela televisão, cuja influência pode notar-se rapidamente em outras universidades do país que não tardaram em criar unidades de ensino a distância, baseadas fundamentalmente na televisão.
1960	Na Argentina, nasceu a Tele Escola Primária do Ministério da Cultura e Educação, que integrava os materiais impressos à televisão e à tutoria.
1968	Foi criada a Universidade do Pacífico Sul, uma universidade regional que pertence a 12 países-ilhas da Oceania.
1969	Foi criada A *Open University* do Reino Unido (http://www.open.ac.uk/), desde sua inauguração, mais de dois milhões de alunos já participaram de seus cursos.
1971	A Universidade Aberta Britânica foi fundada.
1972	Na Espanha, foi fundada a Universidade Nacional de Educação a Distância.
1977	Na Venezuela, foi criada a Fundação da Universidade Nacional Aberta.
1978	Na Costa Rica, foi fundada a Universidade Estadual a Distância.
1984	Na Holanda, foi implantada a Universidade Aberta.
1985	Foi criada a Fundação da Associação Europeia das Escolas por Correspondência. Neste mesmo ano na Índia, foi realizada a implantação da Universidade Nacional Aberta Indira Gandhi;
1987	Foi divulgada a resolução do Parlamento Europeu sobre Universidades Abertas na Comunidade Europeia. Neste mesmo ano também foi criada a Fundação da Associação Europeia de Universidades de Ensino a Distância;
1988	Em Portugal, foi criada a Fundação da Universidade Aberta;
1990	Foi implantada a rede Europeia de Educação a Distância, baseada na declaração de Budapeste e o relatório da Comissão sobre educação aberta e a distância na Comunidade Europeia.

Com base nestes dados, é possível perceber que as primeiras iniciativas em educação a distância foram realizadas através de cursos por correspondência. No início do século XX foram realizadas várias experiências que buscavam a melhoria das metodologias aplicadas ao ensino por correspondência, dentre elas a utilização do rádio. A segunda guerra mundial foi o marco para o desenvolvimento da EAD, pois foi nesta época que foram introduzidos novos meios de comunicação em massa. Conforme descreve Nunes (1993):

> Do início do século XX, até a Segunda Guerra Mundial, várias experiências foram adotadas desenvolvendo-se melhor as metodologias aplicadas ao ensino por correspondência que, depois, foram fortemente influenciadas pela introdução de novos meios de comunicação de massa, principalmente o rádio, dando origem a projetos muito importantes, principalmente no meio rural.
> A necessidade de capacitação rápida de recrutas norte-americanos durante a II Guerra Mundial faz aparecerem novos métodos (entre eles se destacam as experiências de F.Keller para o ensino da recepção do Código Morse, v. Keller, 1943) que logo serão utilizados, em tempos de paz, para a integração social dos atingidos pela guerra e para o desenvolvimento de capacidades laborais novas nas populações que migram em grande quantidade do campo para as cidades da Europa em reconstrução. (p.7)

Outro meio de comunicação que contribuiu para a disseminação da educação a distância no mundo foi a utilização da televisão, que entre os anos de 1960 e 1980 foi bastante utilizada para fins educativos, em que eram oferecidos cursos por meio de vídeoaulas para transmissão de aulas gravadas.

A educação a distancia teve expressivo crescimento no final da década de 80 e início da década de 90, com a utilização de mídias digitais principalmente o computador e a internet. Hoje em dia acontece a integração destes meios, como a inserção de vídeos com outras mídias digitais como, por exemplo, a utilização de vídeos educativos na internet, que proporcionam a disponibilização de muitos materiais audiovisuais que podem ser em tempo real ou não, como a transmissão de aulas e eventos, downloads, web aulas, dentre outros importantes recursos que se auxiliam no aperfeiçoamento das atividades na educação a distância.[2]

---

[2]Dados retirados da Série Cadernos temáticos: Tutoria em EAD / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Tecnologias Educacionais. – Curitiba: SEED – Paraná, 2010. Disponível em: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015329.pdf

Em relação ao desenvolvimento tecnológico que aconteceu ao longo dos anos no ensino a distância, Medeiros (2003, p.66) à luz do trabalho de GARRISON (1996) demonstra que a EAD pode ser estudada em três gerações:

- **"***Ensino por correspondência***"** – A **primeira geração** surgiu no final do século XIX, início do século XX com o desenvolvimento das impressões e dos serviços postais. Neste período os textos eram reproduções escritas das aulas presenciais, não havendo nenhuma especificidade didática com este tipo de material. No final dessa primeira geração a figura do tutor como orientador do aluno começou a ser vislumbrada, pois foi o momento em que o tutor começou a enviar respostas pelo correio relacionadas a correções, com também mensagens motivacionais, afim de que o aluno não desistisse do curso.

- **"***Ensino multimídia***"** – A **segunda geração** surgiu na década de 60, com a utilização de recursos como áudio e vídeo, estes recursos também eram utilizados como o suporte aos textos. Em relação à tutoria o telefone também passou a ser um recurso que auxiliava na comunicação com os alunos.

-**"***Ensino telemático***"** – Tem seu início na década de 80, a **terceira geração** inclui a integração das telecomunicações com outros meios educativos, fazendo o uso da informática. Um diferencial deste período é que a interação entre os participantes, bem como entre participantes e tutor pode acontecer de forma síncrona (em tempo real) e assíncrona (em tempos distintos) por diferentes meios, como os já utilizados na segunda geração (televisão e rádio) e também por áudio conferência e videoconferência.

Medeiros também cita as considerações de Taylor (2001) sobre a divisão da EAD em gerações, para Taylor a **quarta geração**, que é nomeada como **"***Modelo de Aprendizagem flexível***"**, nesta geração é utilizado o modelo de aprendizagem flexível – a internet, a esta geração é possível associar a ideia de "campus virtual" e "aprendizagem virtual" e a constituição de "ambientes virtuais" que segundo Medeiros: "(...) ancoram a educação em conferências e processos socioeducativos na rede de computadores e estações de trabalho multimídia". (p. 67).

Para Taylor também já estamos na emergência da **quinta geração**, denominada **"***Aprendizagem Flexível inteligente***"**, este ultimo modelo proposto é baseado nos sistemas de repostas automáticas e base de dados inteligentes também suportados na internet, integrados ou não com as mídias. Ou seja, na

quinta geração existe a junção de tudo o que a quarta geração oferece adicionando a comunicação através de computadores com sistema de respostas automatizadas. Taylor afirma que nesta geração a educação a distância possui potencial para reduzir significadamente os gastos com a educação.

O modelo de divisão do desenvolvimento da educação a distância em cinco gerações proposto por Moore e Kearsley (2007) também não poderia deixar de ser mencionado neste trabalho, pois os autores são referência internacional em livros e artigos sobre a educação a distância. O modelo proposto pelos autores será demonstrado na figura 1:

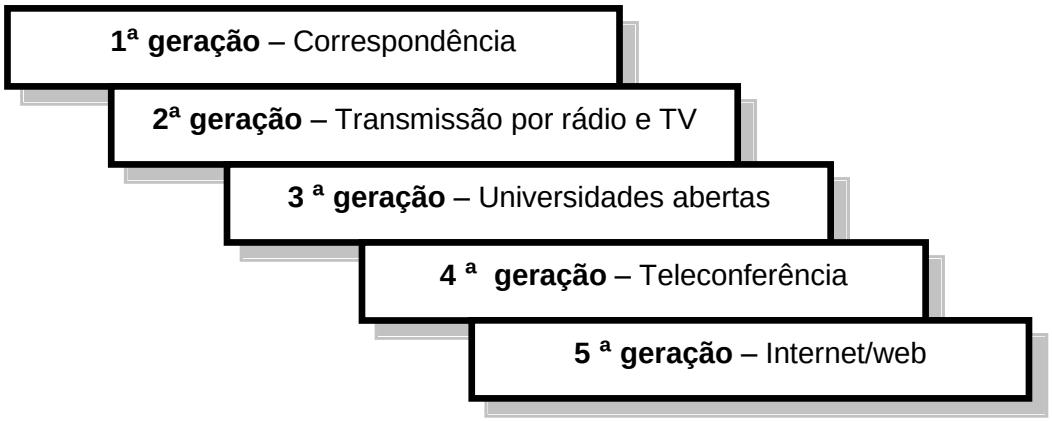


Figura 1: Cinco gerações de educação a distância.
Fonte: Moore e Kearsley (2007)

É importante mencionar que a característica do modelo proposto por Moore Kearsley é bem parecida com as considerações de Medeiros (2003), tratados anteriormente. Os autores denominam nomenclaturas um pouco diferentes para as gerações, mas de forma geral o conteúdo é o mesmo. Algumas diferenças e semelhanças entre as considerações dos autores serão tratas a seguir.

Em relação à **primeira geração** Moore e Kearsley, descrevem basicamente as mesmas características propostas por Medeiros, em que esta geração surgiu com a ascensão de uma nova tecnologia de comunicação: serviços postais baratos e confiáveis – a correspondência, onde inicialmente havia pouca instrução e interação entre professor e aluno.

Conforme visto, a **segunda geração** foi marcada pela integração e difusão do rádio da televisão no ensino a distância, a interação entre alunos e professores ainda era pequena, porém a utilização destas mídias ofereceu melhorias na comunicação, no sentido das dimensões oral e visual.

Uma diferença entre as considerações de Medeiros e o modelo proposto por Morroe e Kearsley é a **terceira geração**, onde Medeiros dá ênfase à integração das telecomunicações, incluindo o uso da informática, enquanto em seu modelo os autores dão destaque ao Projeto Mídia de Instrução Articulada (AIM), que tinham como propósito articular várias tecnologias de comunicação de áudio/vídeo, correspondência, conferência por telefone, dentre outros, mas não mencionam o uso da informática. Outro destaque dos autores nesta geração é a invenção de uma nova modalidade de organização da educação: as universidades abertas (UA), que teve como ideia inicial a utilização do rádio e da televisão para atender a população adulta.

O que foi citado por Medeiros como terceira geração, para Morroe e Kearsley configura a **quarta geração**, que é a experiência de interação das tecnologias para comunicação tempo real a distância utilizando o áudio e videoconferência, sem deixar de utilizar o por telefone, podendo fazer uso de satélite, cabo e redes de computadores, os autores afirma que este método vem sendo bastante utilizado em treinamentos corporativos.

Medeiros ao mencionar o trabalho de Taylor, divide a utilização das mídias digitais em duas gerações, já Morroe e Kearsley propõe a **quinta geração** que é baseada no computador, internet e em classes virtuais on-line. Segundo os autores os benefícios da utilização de mídias digitais resultaram no maior interesse, em escala mundial, na área de educação a distância. Esta geração utiliza “também métodos construtivistas de aprendizado em colaboração e na convergência entre texto, áudio e vídeo em uma única plataforma de comunicação.” (p.48)

Por fim, é possível perceber que a educação a distância no mundo foi se desenvolvendo ao longo dos anos, de forma gradativa e diferenciada em várias partes do mundo, no próximo tópico será tratado especificamente este desenvolvimento da EAD no Brasil.

Ao analisar aos cinco gerações, que foram comentadas anteriormente, entende-se que esta modalidade de ensino está evoluindo rapidamente em virtude das tecnologias de comunicação que surgiram ao longo dos anos. A educação a distância promoveu a integração dos meios de comunicação em sua prática, com isso cada geração não excluiu as características da anterior, e sim, agregou novas inovações tecnológicas à sua prática que se complementam e são interdependentes,

a fim de melhorar o processo de ensino e aprendizagem promovendo um grande enriquecimento desta modalidade de ensino.

1.3 A educação a distância no Brasil e no contexto atual

Assim como em outras partes do mundo, a educação a distância no Brasil é marcada pelo surgimento e disseminação dos meios de comunicação. A inserção de novas tecnologias no processo de ensino promoveu na EAD um movimento de aceleração nos últimos anos, as novas tecnologias propiciaram a ampliação e a diversificação dos programas de educação a distância e permitiram uma melhor interação entre professores e alunos no processo de ensino e aprendizagem. (SARAIVA, 1996)

Saraiva também comenta sobre o processo de construção da prática de educação a distância no Brasil, que será abordado mais detalhadamente a seguir. A autora comenta que desde na década de 20 o Brasil começou a construir sua história de EAD, na década de 70 foram ampliadas as oferta de programas de tele-educação e no final do século XX foi consolidada a importância do ensino a distância para a educação. Neste sentindo a autora afirma:

> [...] estamos assistindo ao consenso de que um país com a dimensão e as características do nosso tem que romper as amarras do sistema convencional de ensino e buscar formas alternativas para garantir que a educação inicial e continuada seja direito de todos. (p.27)

É preciso salientar que assim como em outros países, a trajetória do desenvolvimento da educação a distância no Brasil esteve relacionada ao processo da nova ordem econômica mundial, a globalização, onde é cada vez mais necessária a capacitação de pessoas no exercício de suas atividades profissionais, foi por isso da prática da EAD no Brasil sempre caracterizou uma forte ligação com a formação profissional.

No Brasil a prática da educação a distancia foi oficializada pela Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e regulamentada pelo Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, em que a educação a distância é definida como:

> Uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos meios de comunicação. (BRASIL, 1996)

O Decreto 2.494/96 foi revogado pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, onde a educação a distância passa a ser definida como:

> [...] caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005)

Outras bases legais relacionadas a educação a distância foram discutidas e regulamentadas no Brasil dentre elas destacam-se:

- Decreto n º. 6.303, de 12 de dezembro de 2007, alterou dispositivos dos decretos anteriores, adequando os processos de regulação, supervisão e avaliação da EAD às regras da educação superior presencial;
- A Portaria n º. 40, de 13 de dezembro de 2007, criou o sistema de informações educacionais e-MEC, incluindo um capítulo específico que trata apenas dos processos para cursos a distância.
- A Portaria nº. 2, de 10 de janeiro de 2007, procedimentos de regulação e avaliação de educação superior na modalidade a distância;
- O Decreto nº. 5.800, de 08 julho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.

É importante ressaltar ainda que alguns estados possuem sua legislação própria de educação a distância, em complemento a do MEC.

Apesar da tardia oficialização da educação a distância, que aconteceu somente no final do século XX através da LDB, o Brasil tem um histórico de bons projetos e experiências em EAD. Para a melhor compreensão deste histórico e das experiências em educação a distancia no Brasil, foram desenvolvidos os **Quadros 2 a 5**, onde há a descrição dos principais acontecimentos relacionados à educação a distância a partir do século XX, que foi quando houve uma maior concentração da EAD no Brasil. Estes quadros foram desenvolvidas com base nos trabalhos de Alves (2011) e pesquisas nos sites das instituições.

Quadro 2: Marcos históricos da EAD no Brasil – Início século XX

1904	Neste ano o Jornal do Brasil registrou, na primeira edição da seção de classificados, um anúncio que oferecia profissionalização por correspondência para datilógrafo.
1923	Um grupo de intelectuais liderado por Henrique Morize e Edgard Roquette Pinto criou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro[1], que oferecia curso de Português, Francês, Silvicultura, Literatura Francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia.
1934	Neste ano, no estado do Rio de Janeiro, Anísio Teixeira confiou a Roquette Pinto a instalação e o funcionamento da Rádio - Escola Municipal, esta estação de rádio era exclusivamente educativa, destinada em especial, ao professor primário. Os estudantes tinham acesso prévio a folhetos e esquemas de aulas, a correspondência também era utilizada para contato com estudantes.
1939	Foi fundado em São Paulo, por Nicolás Goldberger o Instituto Rádiotécnico Monitor, com programas dirigidos ao ramo da eletrônica, este foi o primeiro instituto brasileiro a oferecer sistematicamente cursos profissionalizantes a distância por correspondência. Atualmente é conhecido como Instituto Monitor, ao longo de sua história mais de 5 milhões de alunos já se matricularam nos cursos. Hoje o instituto possui mais de 55 mil alunos espalhados em todo o Brasil.
1941	Foi fundado Instituto Universal Brasileiro, que tinha por intuito a formação profissional de nível elementar e médio utilizando mídia postal e material impresso. Fundado por um ex-sócio do Instituto Monitor, o Instituto Universal Brasileiro já formou mais de 4 milhões de pessoas e hoje possui cerca de 200 mil alunos. Atualmente o instituto oferece Cursos Profissionalizantes, Cursos Técnicos e o Supletivo Oficial, estes dois últimos são todos aprovados e autorizados pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo. Ainda neste ano foi fundada a primeira Universidade do Ar, que durou apenas dois anos, era destinada ao preparo do professorado leigo por intermédio de emissões radiofônicas.

Os anos inicias da prática de EAD no Brasil foram marcados por importantes projetos, que ajudaram a consolidar a educação a distância no Brasil. Nas primeiras décadas da educação a distância no Brasil, assim como no mundo, foi marcada pela utilização do rádio e dos correios, no Brasil esta prática se concentrou inicialmente na área de formação profissional e cursos complementares. É importante destacar que algumas das organizações que surgiram no início do século XIX ofertam até hoje cursos a distância para milhões de alunos.

Em 1923, a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro[3], embora se configurasse como uma iniciativa privada, tinha sua sede numa escola superior

[3] A história e parte do acervo da Rádio Sociedade pode ser acessado pelo site: http://www.fiocruz.br/radiosociedade/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=35, o projeto busca recuperar a memória da primeira rádio brasileira.

mantida pelo governo. A rádio funcionou de maneira muito significativa para a EAD, pois tinha como principal função possibilitar a educação popular pela rádio, no momento o mais moderno sistema de difusão de informações existente no Brasil e no mundo. Um dos objetivos da rádio era educar e divulgar ciência e cultura, alcançando até mesmo aqueles mais distantes e pobres. Infelizmente diversos acontecimentos tornaram a manutenção da rádio algo inviável, e em 1936, os donos da rádio não encontrara outra opção a não ser doar a emissora para o Ministério da Educação e Saúde.

Nesse contexto, na década de 30, diversas emissoras de rádio foram criadas com o intuito de promover ações educativas, sobretudo após a criação do Serviço de Radiofusão Educativa do Ministério da Educação, que aconteceu em 1937 e foi motivada principalmente após a doação da Rádio Sociedade para o Ministério da Educação e Saúde no ano anterior. (SERRA e SILVA, 2008)

Exemplos desta disseminação foram a criação das emissoras de rádio como Rádio - Escola Municipal, esta estação de rádio era exclusivamente educativa, destinada em especial, ao professor primário. A fundação o Instituto Rádio-Técnico Monitor em 1939, e do Instituto Universal Brasileiro[4] em 1941, que estavam aliados ao contexto de formação profissional. Em relação a estas décadas, segundo os autores supracitados, se caracteriza como a primeira geração da educação a distância no Brasil.

Deste modo, a EAD em vários contextos históricos de sua trajetória no Brasil sempre se caracterizou como uma importante estratégia de acesso e permanência da classe trabalhadora à educação profissional. É importante frisa que o acesso à educação profissional por meio do rádio nesta época era voltado principalmente à população urbana, infelizmente o acesso à educação até mesmo nos dias atuais inda não é totalmente democratizado como deveria, pois um país com a dimensão do Brasil possui diversas realidades e diversos grupos sociais ainda estão marginalizados. Neste sentido, devido à realidade e dimensão do país a EAD demonstra ser uma importante estratégia de ensino devido ao seu baixo custo (em relação aos métodos tradicionais) para a democratização da educação.

---

[4] Os dados expostos no **Quadro 2** sobre as instituições mencionadas foram retirados do site oficial das respectivas instituições. Disponíveis em: http://www.institutomonitor.com.br/Quem-somos.aspx e http://www.institutouniversal.com.br/historia.php?IUB.

Quadro 3: Marcos históricos da EAD no Brasil – Década de 1950 à 1970

1959	A Diocese de Natal, Rio Grande do Norte, criou algumas escolas radiofônicas, dando origem ao Movimento de Educação de Base (MEB), que foi um marco na Educação a Distância não formal no Brasil. O MEB utilizou-se inicialmente de um sistema rádio-educativo para a democratização do acesso à educação promovendo o letramento de jovens e adultos.
1967	O Instituto Brasileiro de Administração Municipal iniciou suas atividades na área de educação pública, utilizando-se de metodologia de ensino por correspondência. Ainda neste ano, a Fundação Padre Landell de Moura criou seu núcleo de educação a distância, com metodologia de ensino por correspondência e via rádio.
1970	Surgiu o Projeto Minerva, um convênio entre o Ministério da Educação, a Fundação Padre Landell de Moura e Fundação Padre Anchieta, cuja meta era a utilização do rádio para a educação e a inclusão social de adultos. O projeto foi mantido até o início da década de 1980.
1974	Projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (Saci) no formato de telenovela atendia as quatro primeiras séries do 1º grau e associada ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inpe) tinha material de rádio e impressão para o treinamento de professores e o ensino fundamental.
1976	Foi criado o Senac - Sistema nacional de tele-educação, cursos por meio de material instrucional.
1979	A Universidade de Brasília, pioneira no uso da Educação a Distância, no ensino superior no Brasil, criou cursos veiculados por jornais e revistas, que em 1989 foi transformado no Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância (CEAD) e foi lançado o Brasil EAD;

Como é possível perceber, o ensino a distância por correspondência ainda esteve bastante presente nas décadas de 1960 e 1970. Até a década de 70 o ensino a distância no Brasil era voltado para o rádio e para correspondência como meio de comunicação.

Com o advento da popularização do rádio de pilha, no começo da década de 60, a educação a distância já estava bastante difundida. Segundo Nunes (1993) entre as primeiras experiências de maior destaque no cenário brasileiro foi a criação do Movimento de Educação de Base (MEB), em 1959, que tinha como objetivo principal a alfabetização de jovens e adultos através das escolas radiofônicas, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. O Projeto inicial foi desativado devido a repressão política que se seguiu ao golpe de 1964, resultando no abandono das proposta e os ideais de educação popular de massa do MEB.

O Projeto Minerva, que durou de 1970 até a década de 1980, também utilizava o rádio para a inclusão social de adultos, no qual eram transmitidos cursos para nível de formação básico de ensino. Também nessa época surgiu o Projeto Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI), que chegou a atender 16.000 alunos entre os anos de 1973 e 1974.

A implantação das televisões educativas surgiu gradativamente, nas décadas de 1960 e 1970 como fruto do desenvolvimento de várias ideias relacionadas ao uso desse novo meio de comunicação da educação e por iniciativas governamentais que deram um importante suporte. Como exemplo desta iniciativa no Brasil, é possível citar os Telecursos de 2º Grau em 1978, o de 1º Grau em 1981, com reformulações em 1981 e 1995. Sobre esta temática Serra e Silva (2008) elucidam:

> Contudo, Código Brasileiro de Telecomunicação de 1967 permitiu que houvesse a transmissão de programas educativos por televisão e o Ministério das Telecomunicações baixou uma portaria regulando a obrigatoriedade de transmissão de programas educativos pelas emissoras comerciais. Em 1972, foi criado o Programa Nacional de Teleducação, substituído em seguida pelo Centro Brasileiro de TV educativa que, em 1994, foi reformulado para o Sistema Nacional de Radiofusão Educativa, gerenciado pela Fundação Roquete Pinto. (p.161)

A criação da Universidade de Brasília em 1973, também foi um acontecimento importante para a educação a distância no cenário brasileiro. Em seu projeto original de criação a UnB previa a formação da primeira universidade a implantar cursos de graduação a distância, porém o projeto foi abortado pelo governo militar. Mesmo assim, a Universidade de Brasília se tornou pioneira no uso da educação a distância, no ensino superior no Brasil, criou cursos veiculados por jornais e revistas, que em 1989 foi transformado no Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância (CEAD).

Quadro 4: Marcos históricos da EAD no Brasil – Década de 1980 à 1990

1981	No Rio de Janeiro, foi fundado o Centro Internacional de Estudos Regulares (CIER) do Colégio Anglo Americano, que atua em 28 países, com cursos de correspondência para brasileiros, em nível de 1º e 2º graus. O objetivo do CIER é permitir que crianças, cujas famílias mudem-se temporariamente para o exterior, continuem a estudar pelo sistema educacional brasileiro.
1983	O SENAC desenvolveu uma série de programas radiofônicos sobre orientação profissional na área de comércio e serviços, denominada "Abrindo Caminhos",
1991	Foi criado o programa "Jornal da Educação - Edição do Professor", concebido e produzido pela Fundação Roquete Pinto que teve início em 1995 com o nome "Um salto para o Futuro", tornando-se um marco na Educação a Distância nacional. É um programa para a formação continuada e aperfeiçoamento de professores, principalmente do Ensino Fundamental e alunos dos cursos de magistério. Atinge por ano mais de 250 mil docentes em todo o país;
1992	Foi criada a Universidade Aberta de Brasília, acontecimento importante na Educação a Distância do nosso país.
1995	Criação do Centro Nacional de Educação a Distância. Criação do MultiRio (RJ) através da Secretaria Municipal de Educação que atualmente ministra cursos do 6º ao 9º ano, por meio de programas televisivos e material impresso. Programa TV Escola da Secretaria de Educação a Distância do MEC. Biblioteca Virtual de Educação a Distância, do CNPq, congregando diferentes instituições que atuam nesse campo.
1996	Programa TV Escola. Projeto de Educação Continuada e a distância em Medicina e saúde, DIM / LAMPADA, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) com *Home Page*. Secretaria de Educação a Distância (SEED), pelo Ministério da Educação, dentro de uma política que privilegia a democratização e a qualidade da educação brasileira.
1998	Foi criada a Rede Universidade Virtual do Centro-oeste (UNIVIR-CO) que pretende capacitar professores para atuar em EAD.

As décadas de 1980 a 1990 foram marcadas por importantes acontecimentos na área da educação a distância em todo o país, diversos acontecimentos deram oportunidade de acesso à educação aos mais variados perfis estudante, como por exemplo, a iniciativa do Centro Internacional de Estudos Regulares (CIER) que possibilitou o acesso de brasileiros residentes em outros países à oportunidade de continuar seus estudos iniciados no Brasil.

Um importante acontecimento dessa época foi a criação de universidades virtuais, um grande marco para a EAD no Brasil. Em 1992 foi apresentado um projeto de lei criando a Universidade Aberta de Brasília, que tinha como objetivo proporcionar acesso ao ensino para milhares de jovens e adultos que não conseguiram estudar por motivos variados, acesso ao ensino superior em sua forma tradicional. De acordo com Costa e Faria (2008), a criação da Universidade Aberta de Brasília foi sancionada através da Lei nº 403 de 29 de dezembro de 92, com

objetivo de atingir três campos distintos - *Ampliação do conhecimento cultural*: organização de cursos específicos de acesso a todos; *Educação continuada*: reciclagem profissional às diversas categorias de trabalhadores e àqueles que já passaram pela universidade; *Ensino superior:* englobando tanto a graduação como a pós-graduação.

Quadro 5: Marcos históricos da EAD no Brasil – Século XXI

2000	CEDERJ - Consórcio que reúne universidades estaduais e federais. Conta com apoio e recursos do governo estadual para a instalação de unidades de apoio e de infraestrutura adequada de tutoria e equipamentos para o oferecimento de cursos e programas na área de licenciatura em pedagogia, ciências biológicas, matemática, física, entre outros. Rede Brasileira de Educação a Distância – Universidade Virtual Brasileira, principal iniciativa das instituições particulares de ensino superior, para credenciar e oferecer cursos superiores a distância, através de seu instituto criado em 2002 denominado UVB.br. UniRede, Rede de Educação Superior a Distância, consórcio que reúne atualmente 70 instituições públicas do Brasil comprometidas na democratização do acesso à educação de qualidade, por meio da Educação a Distância, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação e extensão.
2002	O CEDERJ é incorporado a Fundação Centro de Ciências de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro (Fundação CECIERJ).
2004	Vários programas para a formação inicial e continuada de professores da rede pública, por meio da EAD, foram implantados pelo MEC. Entre eles o "Proletramento" e o "Mídias na Educação". Estas ações conflagraram na criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil.
2005	MEC divulga o Documento de Recomendações: Ações Estratégicas em Educação Superior a Distância em Âmbito Nacional, contendo as recomendações elaboradas por um Grupo de Trabalho de Educação a Distância (GTADS). Foi criada a Universidade Aberta do Brasil (UAB), uma parceria entre o MEC, estados e municípios; integrando cursos, pesquisas e programas de educação superior a distância
2007	Foi criado o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec), que visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos.
2012	A Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC) é extinta pelo no Decreto nº 7.690, de 02 de março de 2012. Os programas e ações que pertenciam a SEED/MEC passaram a estar vinculadas a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Conforme é possível perceber, desde a fundação do Instituto Rádio-Monitor, em 1939, e depois do Instituto Universal Brasileiro, em 1941, várias experiências que foram iniciadas e levadas adiante com sucesso. Ao longo dos anos diversos acontecimentos contribuíram significadamente para a consolidação desta modalidade de ensino no Brasil.

A partir da década de 1970 no cenário brasileiro houve uma significativa ampliação na oferta de cursos em EAD. No final do século XX aconteceu uma conscientização sobre a democratização da educação no Brasil, com isso a modalidade de ensino a distância ganhou espaço para a ampliação do acesso a educação. A partir daí a EAD toma uma nova dimensão, nesse contexto no início do século XXI surgem a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil) em 2005.

Assim, já no século XXI a EAD passou por intensos processos de valorização, devido às políticas publicas implementadas e também pelo o advento das tecnologias da informação que integraram a educação a distância, com isso foi possível proporcionar mais flexibilidade e acessibilidade à oferta educativa, tornando a modalidade bastante atrativa.

No cenário atual, as experiências brasileiras, governamentais e privadas foram muitas e representaram a mobilização de grandes contingentes de recursos. Este histórico de sucesso e bons resultados, não foram suficientes para solidificar um processo de aceitação governamental e social da modalidade de educação a distância no Brasil. Porém, atualmente devido a criação de leis que estabeleceram normas para a modalidade de educação a distância no Brasil, felizmente a realidade brasileira vem transformando em relação a aceitação da EAD. (BERNARDO, 2000).

A partir das experiências de educação a distância apresentadas no primeiro capítulo e considerando os pontos apresentados neste, conclui-se que a EAD passou por intensas transformações ao longo do tempo e que vem buscando atender de forma eficaz as demandas de ensino dos dias atuais. Para que a educação a distância seja uma modalidade de ensino eficiente é preciso ter atenção especial à forma que o ensino é ministrado, para que não aconteça a industrialização do ensino e consequentemente torne a EAD uma modalidade de ensino com pouca qualidade, é preciso ter atenção especial à formação agentes envolvidos no processo educacional para que estes sejam efetivamente capacitados.

No próximo capitulo a prática de um dos agentes envolvidos no processo educacional de uma ação em EAD será apresentada, este agente é o monitor, que é o foco da pesquisa deste trabalho.

CAPÍTULO II – A PRÁTICA DE MONITORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O eixo central deste é a prática exercida pelo monitor na educação a distância. Num primeiro momento será abordado o conceito de monitoria na prática pedagógica, numa perspectiva geral. Posteriormente será trabalhado o efetivo papel da monitoria no cenário da educação a distância, bem como suas funções e características.

2.1 Conceito geral de monitoria

A palavra monitor vem do latim, *monitorem*, aquele que faz admoestação ou advertência. Segundo o dicionário Priberam da Língua Portuguesa, a palavra monitor tem, dentre outros, os seguintes significados:

> s. m.1. Aquele que dá conselhos, lições, etc. 2. Pessoa encarregada do ensino e da prática de certos desportos (ex.: monitor de ginástica). = INSTRUTOR 3. Pessoa que orienta ou toma conta de um grupo de crianças ou de alunos. 4. Aluno encarregado de uma secção de alunos de classe inferior à sua.

A prática da monitoria remete à antiguidade clássica, quando o pedagogo era quem desempenhava as funções de monitoria, que eram diferentes e auxiliares em relação às funções desempenhadas pelo mestre. (MONROE, 1974, p.94).

Segundo Moraes e Torres (2003), a monitoria sempre teve bastante divulgação em todas as épocas, as autoras explicam que em alguns momentos esta prática acontecia sobre o aspecto didático do explicador: em que o monitor simplificava as aulas do mestre, e em outro momento sob o aspecto disciplinar: onde o monitor exercia o controle do grupo de estudantes.

Em relação ao conceito de monitoria na prática pedagógica, as autoras consideram: “O monitor, como o guia ou conselheiro, ou ainda aquele que desempenha funções instrutivas, educativas, disciplinares ou organizativas.” (MORAES e TORRES, 2003, p. 2).

2.2 A prática de monitoria na EAD

Na educação a distância a figura do monitor é muitas vezes confundida com a do tutor, mesmo sendo os dois facilitadores da aprendizagem na ação educacional, cada um tem a sua prática bem distinta. Enquanto tutor é o representante de todo o curso junto aos alunos, possuindo domínio de conteúdo e procedimento de avaliação, o monitor é aquele que trabalha principalmente a questão operacional, e não se envolve com questões de conteúdo e avaliação.

Segundo DÖDING, MENDES E KOVALSKI (2003) a figura do monitor surgiu com o desenvolvimento dos primeiros cursos através da Internet, segundo as autoras foi constatado que somente o tutor não tinha condições de atender todas as necessidades dos alunos. Em relação à dificuldade de atendimento aos alunos por parte do tutor as autoras destacam os problemas que podem surgir durante o curso que não estão relacionados especificamente ao conteúdo, mas questões operacionais do dia-a-dia que precisam ser respondidas de imediato.

As autoras supracitadas também comentam sobre a importância da prática de monitoria em ações educacionais a distância, afirmam ainda que monitoria possibilita um atendimento mais individualizado aos alunos, o que potencializa bastante a aprendizagem. Elas destacam que embora a prática de monitoria nem sempre receba a devida atenção em determinadas instituições, o papel do monitor é fundamental para o sucesso de um curso a distância, pois este agente “ajuda a suprir a “lacuna” que existe na distância física entre professores e alunos.”.

Ainda segundo as autoras, o papel do monitor é primordial para o sucesso de um curso a distância. Sem a figura do monitor, o tutor seria onerado por tarefas administrativas e tecnológicas, que seriam realizadas simultaneamente ao seu trabalho específico sobre o conteúdo, o que consequentemente pode atrapalhar o trabalho do tutor.

Com isso, entende-se que uma das atribuições da equipe de monitoria na educação a distância, remete ao auxílio ao tutor na ação educacional. Nessa perspectiva, o monitor surge como um agente facilitador e motivador de grande importância no processo de ensino-aprendizagem, conforme mencionam Sartori e Roesler (2005):

> Atualmente, o monitor tem atuado no suporte técnico informático, no encaminhamento de questões acadêmicas e de atividades para correção

> por parte do tutor, no acompanhamento do curso e da participação dos alunos, na aplicação de questionários de avaliação do curso e da disciplina. Utilizando recursos de comunicação e informação, auxilia os agentes do processo ensino-aprendizagem no alcance dos seus objetivos. Dessa forma, pode-se perceber que o papel do monitor é de suma importância para a EAD, exercendo a função de facilitador, agente motivador e intermediário entre os alunos e professor. (p. 54)

Conforme é possível perceber através das colocações de Sartori e Roesler (2005), a atuação do monitor está ligada ao acompanhamento do andamento do curso. Os autores reafirmam a importância da prática de monitoria numa ação educacional a distância, considerando o monitor como um agente facilitador e motivador no processo educacional.

Sobre o monitor na EAD Belloni (1999) também constata a sua importância especificamente para a educação a distância. A autora também trás alguns conceitos de monitoria em outros cenários da educação, o que podem ser constatados no trecho a seguir:

> O monitor é muito importante em certos tipos específicos de EAD, especialmente em ações de educação popular com atividades presenciais de exploração de materiais em grupos de estudo (“recepção organizada”). O Monitor coordena e orienta esta exploração. Sua função se relaciona menos com o conhecimento dos conteúdos e mais com sua capacidade de liderança, sendo em geral uma pessoa da comunidade, formada para esta função, de caráter mais social do que pedagógico. (p.84)

A figura do monitor pode se apresentar de diferentes formas, de acordo com a política administrativa da instituição em que ele está vinculado. Apesar da tentativa de diferenciação das figuras do tutor e monitor relatadas no início deste capítulo, é necessário frisar que em algumas instituições o monitor pode exercer um “Duplo papel”, onde também pode dominar aspectos do curso relacionados ao conteúdo. Conforme explica FLEMMING (2001): “Em diversas instituições que atuam com educação a distância encontra-se a figura do monitor, entretanto, as funções desempenhadas por esse agente apresentam bastante diferença de acordo com as necessidades de cada instituição.”. (p.5)

Para melhor compreensão do trabalho da monitoria em ações educacionais a distância será tratado mais detalhadamente no próximo tópico algumas atribuições e o perfil dos monitores em EAD, é importante ressaltar que este perfil bem como as

atribuições, podem variar de acordo com a instituição que o monitor está inserido. Assim foram destacados os aspectos mais comuns relacionados à prática de monitoria.

2.3 Perfil e atribuições do monitor na EAD

Em sua obra, Moraes (2004) à luz dos autores Simpson (2000) e Thorpe, (2001), identificou as principais características que os agentes de apoio na EAD precisam possuir para contribuir para o sucesso da ação educacional:

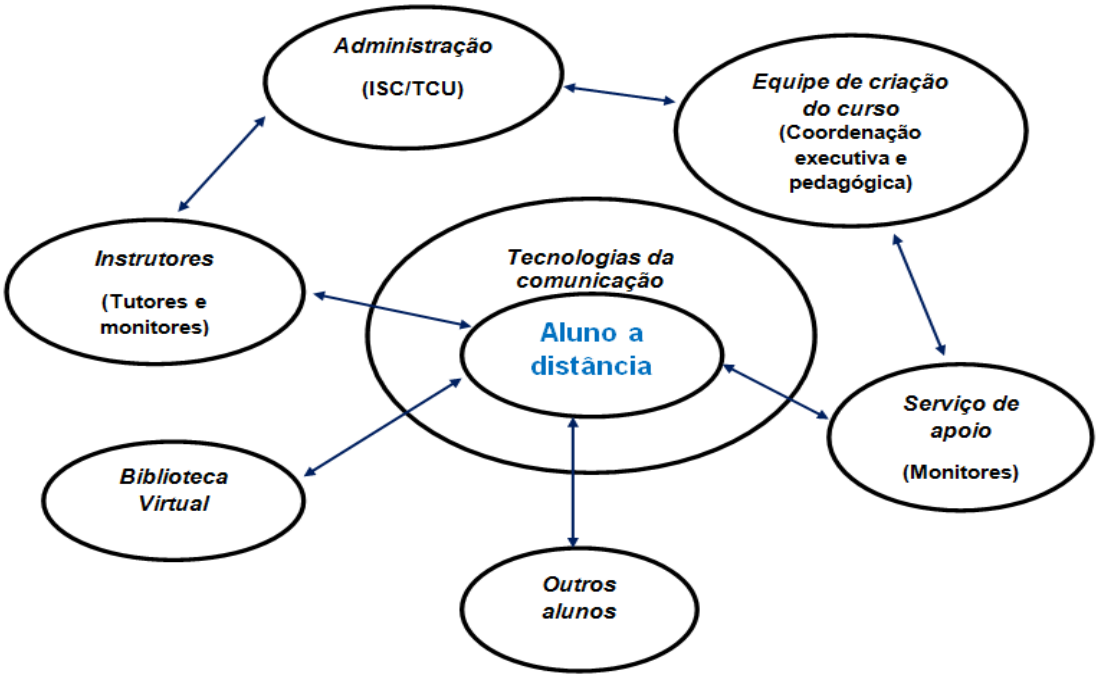
> 1)*Autenticidade*: ser sincero e oferecer ao aluno uma visão realista do curso e do que pode esperar do serviço de apoio. Não se posicionar de forma superior; 2)R*eceptividade*: mostrar-se amigável e aberto ao contato; 3)Capacidade empática: Habilidade de entender os sentimentos do outro, colocando-se em seu lugar; 4) *Estabilidade emocional*: Saber lidar com as adversidades; 5)*Capacidade de aceitação:* Não ser preconceituoso e aceitar os diferentes *backgrounds* dos alunos, sem fazer comentários críticos ou brincadeiras ofensivas; 6)*Curiosidade científica*: Inquietude, querer saber mais e ter amplos interesses. Interessar-se pelo novo, buscar novas alternativas e respostas; 7)*Liderança:* Iniciativa e autonomia, com respeito ao próximo, sem adotar posturas autoritárias; 8)*Habilidades técnicas:* Domínio de conhecimentos de EAD, informática. (p.155)

Estas características não são direcionadas exclusivamente ao monitor, mas devem ser inerentes a todos os agentes envolvidos na ação educacional a distância. Ao discutir sobre o perfil e do papel do monitor, Moraes (2004) afirma que estas características estão intimamente ligadas à compreensão de que os serviços de apoio aos alunos na EAD devem ser gerenciados tendo como base princípios de qualidade, visando o bem-estar dos alunos e a garantia de um ambiente motivador para seus estudos.

As ideias da autora supracitada vão de encontro às considerações de Moore e Kearsley (2007) no que diz respeito aos serviços de apoio aos alunos em EAD. Os referidos autores evidenciam que o aluno é o centro do sistema de ações educacionais a distância (conforme ilustrado na **figura 6**). O modelo apresentado pelos autores é muito semelhante à divisão de competências do Serviço de educação a distância – Seduc, que é o campo de estudo desta pesquisa, por isso, logo abaixo da nomenclatura proposta por Moore e Kearsley será colocado, entre parênteses, o agente de apoio a EAD que realiza o serviço no Seduc. Ao visualizar

este modelo já é possível ter uma ideia de como está estruturado o serviço de educação a distância do TCU, que será explicado detalhadamente no próximo capítulo.

Figura 2: Aluno como centro do sistema em EAD



Fonte: Moore e Kearsley, 2007 (Adaptado pela autora)

Moore e Kearsley não utilizam nomenclaturas (como monitores e tutores), os agentes de apoio em EAD são denominados, de forma mais genérica, como "Instrutores". De acordo com os autores à medida que as mais instituições criam sistemas de educação a distância o papel dos instrutores se torna diferente.

Conforme é possível perceber no modelo acima, a prática de monitoria está presente tanto no serviço de apoio, como no papel de instrutores. Esta afirmação se justifica, pois segundo Moore e Kearsley algumas das funções dos instrutores são:

> 1)Manter registro dos alunos; 2)Ajudar os alunos a gerenciar seus estudos; 3)Motivar os alunos; 4)Responder ou encaminhar questões administrativas; 5)Responder ou encaminhar questões técnicas; 6)Responder ou encaminhar questões de aconselhamento." (p.149).

Nas instituições que utilizam a prática de monitoria como suporte às ações em EAD, as funções citada por Moore e Kearsley são atribuições dos monitores. Nestas instituições os tutores são responsáveis apenas pelo conteúdo e procedimentos de

avaliação, além de aspectos motivacionais, que são inerentes a todos os agentes envolvidos em EAD.

Na prática da monitoria, Moraes e Torres (2003) ressaltam que o monitor deve conhecer o projeto ao qual está vinculado, bem como a estrutura de apoio técnico e pedagógico, o monitor também deve ter um bom domínio técnico sobre as mídias utilizadas no curso, o que comprova a importância da boa formação dos monitores em EAD. Segundo as autoras, as atribuições dos monitores estão ligadas à facilitação social, administrativa e técnica da aprendizagem do aluno. Ressaltam também que o monitor deve buscar atuar junto aos alunos como um animador/facilitador do processo educacional. Para as autoras são atribuições do monitor:

> 1)Conhecer os participantes de seu grupo de estudo; 2)Dar retorno regular aos alunos; 3)Iniciar a interação entre os participantes do curso; 4)Preparar previamente os detalhes relativos ao curso; 5)Fazer um levantamento das necessidades dos alunos; 6)Levar em consideração os compromissos dos alunos. 7)Orientar os alunos no início do curso (ou antes) em relação aos novos métodos de estudo e à tecnologia utilizada, estimulando o uso das mídias disponíveis; 8) Ajudá-los a resolver problemas técnicos durante o curso ou encaminhá-los a um profissional que possa esclarecer suas dúvidas; 9)Produzir e disponibilizar os questionários de avaliação do curso e das disciplinas; 10)Levantar, analisar e divulgar os dados estatísticos relativos ao curso; 11)Realizar, juntamente com o coordenador do curso avaliações abordando questões relacionadas ao andamento do curso; 12)Acompanhar/observar as aulas pela vídeo conferência, pelo menos uma vez a cada quinzena, para cada professor; 13)Verificar diariamente o site do curso, situação dos links, estatísticas de utilização e disponibilização de documentos por professores e alunos, encaminhando os problemas técnicos aos responsáveis. (p.9)

Logicamente nem todas as treze atribuições citadas acima são realizadas em todas as instituições que utilizam a prática de monitoria em seus cursos, como exposto anteriormente, tanto o papel como as atribuições dos monitores podem variar de acordo com a instituição que ele está inserido. Estas atribuições foram expostas para que se tenha uma visão geral do trabalho da monitoria.

Ao ler algumas atribuições dos monitores percebe-se também que existem importantes características que o monitor deve possuir para o bom desenvolvimento das atividades de monitoria, dentre elas: Pro-atividade, capacidade de observação e investigação, além de habilidades como: receptividade, organização, flexibilidade e dinâmica. Neste sentindo Flemming (2001) afirma:

> Além das questões de domínio da tecnologia, não se pode descuidar do aspecto principal do trabalho da monitoria que é o atendimento ao aluno. Para isso, o monitor deve possuir um bom nível de tratamento, ser educado e cortês. Um bom tratamento pode determinar a conquista e manutenção de um cliente. Através de um atendimento adequado e educado, o aluno tende a se motivar e se interessar mais pelo curso, sendo então conquistado. No atual mundo competitivo em que a sociedade se encontra, conquistar clientes, garantindo a fidelidade de suas próximas aquisições é um ponto importantíssimo para o êxito das organizações; e o trabalho do monitor deve trazer esse diferencial para a instituição. (p.5)

A boa formação da equipe de monitoria reflete diretamente na execução do trabalho desta, como uma das principais funções do monitor é o atendimento ao aluno, seja pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem, telefone ou e-mail, é necessário que este conheça muito bem política administrativa da instituição que ele está inserido. Uma formação que abranja atendimento ao público, direcionada à política administrativa da instituição se configura como um importante instrumento para o sucesso do exercício da monitoria. Porém, a formação de uma equipe de monitoria não é uma tarefa tão simples, conforme afirmam Döding, Mendes e Kovalski (2003): “A formação de um monitor é um desafio. Ele precisa atender a requisitos mínimos e ter as respostas básicas para o aluno a quem estiver prestando o serviço de monitoria.” (p.1)

A equipe de monitoria na estrutura de uma ação educacional a distância, é uma das responsáveis pelo contato direto com os alunos e professores. Para as autoras supracitadas, a principal função do monitor é manter a comunicação entre os envolvidos e o estímulo aos alunos no curso. Neste sentindo as autoras afirmam:

> A monitoria a distância auxilia os alunos quanto às dificuldades específicas que apresentam dentro do ambiente virtual. Além de atender, através de telefone e fax, quando o aluno tem alguma dificuldade específica no ambiente. Essa forma de interação é mais comum no início do curso, quando os alunos ainda não estão totalmente familiarizados com o ambiente e não se sentem totalmente à vontade para interagir através dele. (p.1)

Percebe-se então, que a prática de monitoria na EAD demonstra ser uma importante ferramenta para o sucesso da ação educacional. É preciso salientar a importância da boa formação destes profissionais, pois eles lidam diretamente com o

público e realizam muitas vezes um trabalho de mediação entre professores (tutores) e alunos.

O objeto de estudo deste capítulo foi oferecer um aparato teórico sobre a prática da monitoria na educação a distância, bem como delimitar papel desempenhado pelo monitor na EAD. Um dos objetivos da pesquisa deste trabalho será delimitar qual o papel desempenhado pelo monitor em EAD no Instituto Serzedello Corrêa (ISC), que pertence ao Tribunal de Contas da União. Assim, para melhor compreensão da pesquisa, o trabalho educativo que o Tribunal exerce será tratado de forma mais abrangente no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III – CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DA PESQUISA

Este capítulo se inicia com a história do Tribunal de Contas da União (TCU), que é o campo de pesquisa deste trabalho. O segundo tópico trata do Instituto Serzedello Corrêa (ISC), que tem a função de atender o planejamento, promoção, coordenação, execução e avaliação das ações educacionais promovidas pelo Tribunal. Como no TCU a prática da Educação corporativa é o eixo central das ações educacionais do órgão, este capítulo também trás algumas definições educação de corporativa. Com a pretensão de capacitação e aperfeiçoamento de servidores em larga escala o Tribunal criou o serviço de educação a distância (Seduc), que atende a servidores públicos de todo o Brasil, o trabalho dos agentes envolvidos neste serviço, bem como a plataforma virtual de aprendizagem utilizada também serão tratados neste capítulo.

3.1 Contexto Histórico do Tribunal

O Tribunal de Contas da União é um órgão do Poder Legislativo com sede no Distrito Federal. Atualmente tem suas atribuições previstas na Constituição Federal de 1988, para, no auxílio ao Congresso Nacional, exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e administração indireta, quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade e a fiscalização da aplicação das subvenções e da renúncia de receitas. Auxilia também o Congresso Nacional no planejamento fiscal e orçamentário anual. As competências constitucionais privativas do Tribunal constam dos artigos 71 a 74 e 161 da Constituição Federal, conforme descritas adiante:

> • Apreciar as contas anuais do presidente da República;
> • Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos;
> • Apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões civis e militares;
> • Realizar inspeções e auditorias por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional;
> • Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais;
> • Fiscalizar a aplicação de recursos da União repassados a estados, ao Distrito Federal e a municípios;
> • Prestar informações ao Congresso Nacional sobre fiscalizações realizadas;
> • Aplicar sanções e determinar a correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos;

> • Sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;
> • Emitir pronunciamento conclusivo, por solicitação da Comissão Mista Permanente de Senadores e Deputados, sobre despesas realizadas sem autorização;
> • Apurar denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades na aplicação de recursos federais;
> • Fixar os coeficientes dos fundos de participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e fiscalizar a entrega dos recursos aos governos estaduais e às prefeituras municipais. (PORTAL DO TCU, 2012)

Ainda de acordo com o Art. 71 da Constituição Federal o Tribunal de Contas da União é uma instituição com autonomia administrativa, financeira e orçamentária, dessa forma o Tribunal não está ligado diretamente a nenhum poder, o que faz com que seja um órgão independente.

Mas de onde surgiu a ideia de criar um Tribunal de Contas no Brasil? Essa história começa no período colonial, em 1680 foram criadas as Juntas das Fazendas das Capitanias e a Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, jurisdicionadas a Portugal. Já em 1808, na administração de D. João VI, foi instalado o Erário Régio e criado o Conselho da Fazenda, que tinha como atribuição acompanhar a execução da despesa pública. Porém, foi apenas em 1826 que surgiu efetivamente a ideia de criação de um Tribunal de Contas através de Felisberto Caldeira Brandt, Visconde de Barbacena, e de José Inácio Borges, que apresentaram um projeto de lei ao Senado do Império.

Os questionamentos em torno da criação de um Tribunal de Contas perduraram por quase um século, divididos em dois grupos: De um lado aqueles que defendiam a necessidade de criação de Tribunal de Contas, onde as contas públicas deviam ser examinadas por um órgão independente, do outro lado aqueles que combatiam esta criação, por entenderem que as contas públicas podiam continuar sendo controladas por aqueles mesmos que as realizavam.

Foi apenas em 1890, após a queda do Império e graças as reformas político-administrativas da jovem República, finalmente o Tribunal de Contas da União tornou-se uma realidade. Assim, em 07 de novembro de 1890, por iniciativa do então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, o Decreto nº 966-A criou o Tribunal de Contas da União, norteado pelos princípios da autonomia, fiscalização, julgamento, vigilância e energia.

A primeira constituição republicana do Brasil, a Constituição de 1891, que contou com a influência de Rui Barbosa, institucionalizou definitivamente o Tribunal de Contas da União, inscrevendo-o no seu art. 89.

Porém, a instalação formal do Tribunal, ocorreu em 17 de janeiro de 1893, graças ao comprometimento do Ministro da Fazenda do governo de Floriano Peixoto, Serzedello Corrêa. Inicialmente o TCU possuía competência para exame, revisão e julgamento de todas as operações relacionadas com a receita e a despesa da União, a fiscalização era feita pelo sistema de registro prévio.

Conforme descrito anteriormente, a Constituição de 1891 institucionalizou o Tribunal, e também lhe conferiu competências para liquidar as contas da receita e da despesa, bem como verificar a sua legalidade antes de serem prestadas ao Congresso Nacional. Dentro de suas atribuições, logo após sua instalação, o Tribunal de Contas considerou ilegal a nomeação, feita pelo Presidente Floriano Peixoto, de um parente do ex-presidente Deodoro da Fonseca. O então presidente, inconformado com a decisão do TCU, mandou redigir decretos que retiravam do TCU a competência para impugnar despesas consideradas ilegais.

Com o passar do tempo as atribuições do Tribunal de Contas da União foram sendo modificadas, dentre as principais mudanças desatacam-se:

> [...] Constituição de 1934, o Tribunal recebeu, entre outras, as seguintes atribuições: proceder ao acompanhamento da execução orçamentária, registrar previamente as despesas e os contratos, julgar as contas dos responsáveis por bens e dinheiro públicos, assim como apresentar parecer prévio sobre as contas do Presidente da República para posterior encaminhamento à Câmara dos Deputados.
> A Constituição de 1946 acresceu um novo encargo às competências da Corte de Contas: julgar a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.
> A Constituição de 1967, ratificada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969, retirou do Tribunal o exame e o julgamento prévio dos atos e dos contratos geradores de despesas, sem prejuízo da competência para apontar falhas e irregularidades que, se não sanadas, seriam, então, objeto de representação ao Congresso Nacional. (PORTAL DO TCU, 2012)

Conforme o trecho anterior, a Emenda Constitucional à Constituição de 1967, excluiu a atribuição de o Tribunal de Contas de examinar e julgar previamente os atos e contratos geradores de despesas. Retirando também a competência do Tribunal de julgar a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e

pensões, tendo o Tribunal de Contas apenas competência para a apreciação da legalidade para fins de registro.

Todavia, apesar das restrições sofridas anteriormente, na Constituição de 1988 o Tribunal teve a sua jurisdição e competência ampliadas, e com isso, houve o fortalecimento da instituição Tribunal de Contas, conforme descreve Cavalcanti (2006):

> O art.73, do Texto Constitucional, ao estabelecer que dois terços dos membros do TCU seriam indicados pelo Congresso Nacional, enquanto o Presidente da República indica apenas um terço, sendo que dois, alternadamente, entre membros do Ministério Público junto ao Tribunal e auditores, e apenas um membro em princípio estranho ao TCU, fortaleceu a Corte, em tese, assegurando-lhe maior autonomia em relação ao Executivo. (p.9)

Finalmente, a partir da Constituição Federal de 1988, a instituição Tribunal de Contas consolida-se através do importante papel de proteção do patrimônio público.

3.2 O Instituto Serzedello Côrrea (ISC)

O Instituto Serzedello Corrêa recebeu este nome em homenagem a Innocêncio Serzedello Corrêa, que foi Ministro da Fazenda no período de 31/8/1892 a 30/4/1893, conforme mencionado no tópico anterior, o Ministro foi responsável pela regulamentação e funcionamento do Tribunal de Contas da União, onde defendeu a autonomia do órgão, não só como responsável pelo registro de despesas, mas, sobretudo, como instituição independente e moralizadora dos gastos públicos.

O ISC foi conjecturado na Lei Orgânica do TCU (Lei nº 8443/92), e sua instituição ocorreu através da Resolução-TCU nº 19, de 09/11/1994. Neste sentido o Instituto Serzedello Corrêa é unidade de apoio estratégico do Tribunal de Contas da União, subordinada à Secretaria-Geral da Presidência (Segepres).

De acordo com o a Art. 2º da Resolução-TCU nº 19/1994 a organização do TCU será pautada de modo a atender funções de planejamento, promoção, coordenação, execução e avaliação das ações educacionais promovidas pelo Tribunal de Contas da União. Conforme descrito a seguir:

> O Instituto está organizado de modo a atender às funções de planejamento, promoção, coordenação, execução e avaliação das atividades relativas ao recrutamento, seleção, formação, capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos do Tribunal de Contas da União, bem como as de promoção e organização de simpósios, trabalhos e pesquisas acerca de questões relacionadas com técnicas de controle da Administração Pública e, ainda, a de administração de biblioteca, centro de documentação e serviços de editoração. (TCU, 1994)

Em relação à sua finalidade, a Resolução-TCU nº 240, de 23 de dezembro de 2010, descreve que o Instituto deve propor políticas e diretrizes de seleção externa de servidores, educação corporativa, gestão do conhecimento organizacional e gestão documental, e também coordenar as ações delas decorrentes. Assim, o ISC é responsável pelos seguintes processos corporativos:

1. Seleção de futuros servidores;
2. Educação Corporativa (Treinamento e Desenvolvimento Profissional);
3. Gestão do conhecimento organizacional (Biblioteca e Editora); e
4. Gestão Documental.

3.3 A Educação Corporativa no Tribunal de Contas da União

Para o Tribunal de Contas da União, a definição de Educação Corporativa, está prevista no art. 3º da Resolução-TCU N.º 212, de 25 de junho de 2008. Assim, a resolução considera:

> I – educação corporativa – processo corporativo formado pelo conjunto de práticas de desenvolvimento de pessoas e de aprendizagem organizacional com o objetivo de adquirir, desenvolver e alinhar competências profissionais e organizacionais, permitir o alcance dos objetivos estratégicos, incentivar a colaboração e o compartilhamento de informações e conhecimentos, estimular processos contínuos de inovação e promover o aperfeiçoamento organizacional. (TCU, 2008)

Segundo o Portal de Educação Corporativa, mantido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a Educação Corporativa é definida

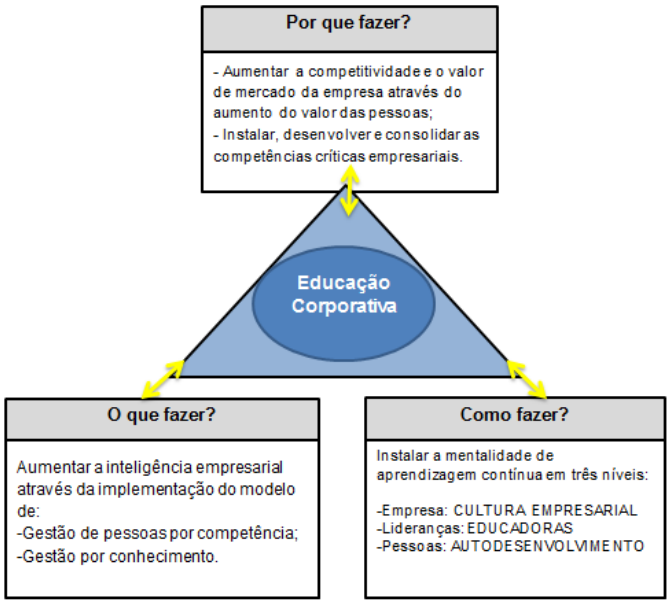
como uma prática coordenada de gestão de pessoas e de gestão do conhecimento, e tem como orientação a estratégia de longo prazo de uma organização, bem como:

> [...] é mais do que treinamento empresarial ou qualificação de mão de obra. Trata-se de articular coerentemente as competências individuais e organizacionais no contexto mais amplo da empresa. Nesse sentido, práticas de educação corporativa estão intrinsecamente relacionadas ao processo de inovação nas empresas e ao aumento da competitividade de seus produtos (bens ou serviços). (PORTAL DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA, 2012).

No Brasil a prática de Educação Corporativa teve seu início no século XX, as primeiras instituições de educação corporativa no Brasil surgiram por volta dos anos 1990, e tinham como objetivo aperfeiçoar o conhecimento dos funcionários das empresas, esta prática deu devido à alta competitividade do mercado. De acordo com Eboli (2004), a Educação Corporativa se ampliou nos anos 90 devido ao advento de um mercado cada vez mais competitivo e globalizado, com isso, as organizações começaram a se sentir pressionadas a investir na qualificação profissional de seus colaboradores, bem como no seu desenvolvimento contínuo.

A autora também sugere um modelo integrado de Educação Corporativa, que tem como importantes pilares a existência de modelos de gestão por competências e de gestão do conhecimento na organização. Conforme demonstra na **Figura 3**, em seu modelo integrado de Educação Corporativa, Eboli (2002) reflete sobre a sua implantação:

Figura 3: Sistema integrado de educação corporativa



Fonte: Eboli (2002)

Estes conceitos e o modelo de educação corporativa proposto por Eboli também são pilares para prática da Educação Corporativa no Tribunal de Contas da União, segundo dados do Portal TCU, a Educação Corporativa é:

> Processo institucional que tem como finalidade básica:
> Fomentar o desenvolvimento e a instalação das competências empresariais e humanas, atuais e futuras, consideradas críticas para a viabilização das estratégias de negócios, de uma forma sistemática e contínua. (PORTAL DO TCU, 2012)

No Tribunal de Contas da União a prática da Educação corporativa é o eixo central das ações educacionais do órgão, o desenvolvimento desta prática deve ser visto dentro do contexto organizacional de gestão do seu corpo técnico. A implantação da gestão de pessoas por competências resultou no redimensionamento das ações educacionais exercidas pelo órgão.

Ao pensar na capacitação e aperfeiçoamento de servidores em larga escala, em 2006 o Tribunal criou o serviço de educação a distância (Seduc), neste setor é feito o planejamento e a execução dos cursos ofertados pelo TCU na modalidade a distância.

A partir daí o Tribunal passou a utilizar a plataforma virtual de aprendizagem Moodle (*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*). No próximo tópico será trabalhado mais detalhadamente o trabalho do Seduc, a plataforma moodle e sua utilização nos cursos oferecidos pelo TCU.

3.4 Serviço de Educação a Distância (Seduc)

Para contextualizar melhor o lócus da pesquisa é necessário entender o trabalho do Seduc, que após a sua consolidação passou a oferecer cursos na modalidade a distância para servidores públicos tanto do TCU quanto de outras instituições públicas do Brasil. Nesta modalidade o Tribunal oferta dois tipos de cursos:

- Os cursos autoinstrucionais, que podem ser acessados pelo público em geral após o cadastro no Portal do TCU, e não têm data definida para ocorrer; cada um se inscreve e conclui de acordo com suas possibilidades;

- Os demais cursos são oferecidos apenas para pessoas que tenham vínculos com órgãos públicos ou instituições que tenham firmado acordo de cooperação com o TCU.

Os servidores do TCU podem participar tanto das ações educacionais disponibilizadas exclusivamente para servidores do Tribunal, quanto dos cursos ofertados para servidores públicos de outras instituições.

Para os servidores públicos de outras instituições o Tribunal oferta gratuitamente diversos cursos, que tem como objetivo a disseminação de conhecimentos sobre práticas corretas da administração pública, contribuindo, assim, para a aplicação correta e regular dos recursos públicos.

É importante destacar que um curso a distância requer a participação de profissionais especializados para dar assistência aos participantes, só assim os participantes passarão ter um melhor aproveitamento na ação educacional. Um curso a distância não pode simplesmente ser produzido e depois ofertado sem nenhum cuidado, pois isso pode afetar a qualidade do ensino que se pretende transmitir.

Para entender melhor o papel e a atuação do Seduc é preciso compreender a sua dinâmica de trabalho, este setor é dividido em duas coordenações, a seguir um breve resumo das competências de cada coordenação:

- **Coordenação pedagógica**: Esta equipe é a responsável por todo o processo de planejamento do curso, ou seja, preparam a matriz instrucional, objetivos geral e específicos, matriz curricular, matriz de avaliação, etc. Possuem maior contato no apoio aos conteudistas dos cursos, pois geralmente os conteudistas são especialistas no assunto tratado no curso, mas não possuem didática para transmissão do conteúdo. Vale ressaltar que na modalidade a distância é imprescindível a atenção especial na qualidade do material ofertado, não só no que se refere ao conteúdo, mas também na forma que ele é ministrado.

A respeito do trabalho pedagógico envolvido nos cursos a distância, Pereira (2007) dá destaque ao processo de elaboração dos materiais ofertados nesta modalidade. Assim como acontece no Seduc, a autora menciona que em geral os cursos a distância envolvem o trabalho de diversos profissionais que devem trabalhar de forma integrada coordenados pela equipe pedagógica, para que a se

alcance a o sucesso da ação educacional. A autora menciona Santos (2003), que descreve basicamente as funções de alguns profissionais da equipe pedagógica do Seduc:

> - **conteudista**: É um especialista no domínio do conhecimento a ser trabalhado. Conhecido também como professor-autor por ser responsável pela preparação do programa didático, criação e seleção dos conteúdos normalmente na forma de textos explicativos e dissertativos;
> - ***designer* instrucional**: É geralmente, um educador, com experiência em Tecnologia Educacional. Sua função orienta o desenvolvimento e/ou customização do sistema a ser utilizado e a produção de matérias do curso. Este profissional efetiva a associação entre o enfoque pedagógico, o conteúdo didático e o ambiente de aprendizagem. Suas atividades consistem em: analisar as necessidades, construir o desenho do ambiente de aprendizagem em conjunto com os profissionais de outras áreas (...)
> -***designer* gráfico**: é ele quem desenvolve a identidade visual do sistema digital impresso. Trabalha junto com o designer instrucional e os programadores na interface do sistema. Fundamenta-se em estudos ergonômicos de usabilidade, navegação, organização da informação semiótica, princípios de designer, etc.
> - ***programador***: é quem desenvolve e customiza o AVA, criando sistemas personalizados de acordo com as orientações de cunho pedagógico e de *design* de interface. Além disso, cria e gerencia o banco de dados; (p.17)

Pereira menciona apenas atuação da equipe pedagogia na execução de um curso a distância. Porém, como foi mencionado anteriormente, no Seduc o trabalho é divido em duas coordenações. Além da equipe pedagógica, os cursos oferecidos pelo também contam TCU com a atuação de outros profissionais, que são responsáveis pela execução e oferta dos cursos.

- **Coordenação executiva:**

Após receber o trabalho de preparação do material didático que foi elaborado pela equipe pedagógica, a coordenação executiva tem a missão de colocar em prática o curso. Esta equipe é a responsável pelo processo de seleção e contratação dos Tutores, que atuarão diretamente com os alunos durante o curso. A coordenação executiva contrata e designa as funções dos monitores para ação educacional, que são responsáveis por procedimentos administrativos e gerenciamento de participantes.

Administram também, com o auxílio dos monitores, as inscrições nos cursos, cronograma, emissão de certificados, e aplicação de avaliação de satisfação, dentre outros procedimentos inerentes à ação educacional. Dessa forma, a equipe de

coordenação executiva administra as etapas de execução e parte da avaliação dos cursos.

Para que aconteça o sucesso da ação educacional, é preciso que os sujeitos envolvidos na execução do curso entendam as suas atribuições, no período de ambientação dos seus cursos, que é o momento que o participante conhece a estrutura do curso, o Seduc, no “Guia do Participante” destaca o papel dos agentes envolvidos da seguinte forma:

> **- *Monitor*:** Preparam os cursos no AVEC-TCU, organizando os materiais do curso na plataforma, gerenciam os participantes na plataforma de aprendizagem e na ferramenta de apoio as inscrições e emissão de certificado dos participantes. Conduzem a etapa de ambientação dos cursos. Orientam os participantes sobre o acesso e uso dos recursos do ambiente virtual de aprendizagem. Acompanharam o cumprimento do cronograma de atividades dos participantes. Acompanham a participação da turma nas atividades do curso. Acompanham a atuação do Tutor, no sentido de verificar dúvidas não respondidas e apoio técnico relacionado ao ambiente virtual.
> ***-Tutor* :** Fomentaram o debate nos fóruns sobre o conteúdo, responderá às dúvidas dos participantes sobre o conteúdo, comentaram as contribuições nos fóruns sobre o conteúdo, indicará leituras complementares, apresentará exemplos sobre os temas tratados no curso, quando necessário.
> ***-Deveres do participante*:** Acessar o ambiente virtual de educação corporativa do TCU (AVEC-TCU) e consultar, pelo menos uma vez por semana, o cronograma do curso; Estudar o conteúdo do módulo e, em seguida, realizar as atividades correspondentes, de acordo com o Cronograma estabelecido; Dedicar pelo menos 2 horas diárias de estudo em dias úteis; Consultar periodicamente o “Quadro de Avisos” no AVEC-TCU e participar ativamente dos debates do curso; Enviar imediatamente dúvidas ou questionamentos ao monitor ou tutor.

3.4.1 A O sistema de gerenciamento de aprendizagem – Moodle

Com o avanço das novas tecnologias de informação e comunicação aconteceu a eminência de novas possibilidades de utilização das mídias. A nova ordem econômica mundial resultou na renovação das necessidades de capacitação, sobretudo nos aspectos profissionais que precisam estar em constante aperfeiçoamento. A educação precisou se adaptar a esta nova realidade, onde a demanda educativa deixou de ser exclusivamente de uma faixa etária que frequenta escolas e universidades, com isso as novas tecnologias de informação e comunicação foram agregadas à prática de ensino. Atualmente a possibilidade de interação a distância já é uma realidade em grande parte das instituições de ensino,

neste cenário surgiram os ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs) utilizando a internet. (PEREIRA, 2007)

A autora supracitada define os AVAs como: “(...) mídias digitais que utilizam o ciberespaço para veicular conteúdos e permitir interação entres os atores do processo educativo.” (p 4). Assim, os ambientes virtuais de aprendizagem funcionam como uma ferramenta de medição no processo de ensino-aprendizagem a distância.

Atualmente existem diversos ambientes virtuais de aprendizagem, que se dividem em plataformas virtuais de aprendizagem. Conforme mencionado anteriormente, a partir de 2006 o TCU passou a utilizar a plataforma virtual de aprendizagem Moodle para realizar ações educacionais a distância. Mas o que é efetivamente o sistema Moodle?

Segundo a documentação que consta no sítio oficial do Moodle:

> “O Moodle é um Course Management System (CMS), também conhecido como Learning Management System (LMS) ou Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Ele é um aplicativo web gratuito que os educadores podem utilizam na criação de sites de aprendizado eficazes.”

Este sistema começou a ser idealizado por quando Martin Dougiamas, no início da década de 90, que era o *Webmaster* na *Curtin University of Technology* na Austrália. A criação do Moodle ocorreu porque Martine desejava de proporcionar uma alternativa gratuita e livre, que pudesse inserir pessoas, instituições, escolas de pequeno ou grande porte no universo on-line. Os ideais de Martin nas inúmeras possibilidades da educação baseada na internet o levaram a fazer mestrado e doutorado na área de educação, combinando sua experiência em ciência da computação com teorias sobre construção do conhecimento e natureza da aprendizagem e da colaboração Martin deu início ao seu projeto da plataforma Moodle.

Desde sua criação, várias versões do Moodle foram produzidas e descartadas até a versão 1.0 ser aceita e muito utilizada em 2002. Com o aumento da comunidade de usuários, novas versões do software foram desenvolvidas, a essas novas versões foram adicionadas funcionalidades, delineadas por pessoas em diferentes situações do ensino. O Moodle conta com as principais funcionalidades de um ambiente virtual de aprendizagem, possui ferramentas de comunicação, de avaliação e de administração e organização. As suas possibilidades de utilização

são bastante amplas, pode ser utilizado em universidades, escolas de ensino médio, escolas primárias, organizações, companhias privadas e por professores independentes. Deste modo, esta o Moodle se caracteriza como um bom sistema de gerenciamento de aprendizagem. [5]

3.4.2 O ambiente virtual de aprendizagem: AVEC-TCU

O ambiente virtual AVEC-TCU utiliza o sistema de gerenciamento de aprendizagem Moodle. Este foi escolhido pelo Tribunal por ser uma ferramenta simples e de fácil acesso, em todos os cursos oferecidos os participantes encontram no módulo de Ambientação um guia intitulado “Guia de Utilização do AVEC e do FÓRUM”. Neste são disponibilizadas orientações sobre o acesso e navegação no curso, gerencia de participantes, atividades, administração, notícias e mensagens, fórum, tarefas, perfil do participante, opção de sair do ambiente, etc.

Quando o participante recebe a confirmação de matrícula no curso, recebe também as orientações de acesso ao mesmo, bem como a data de início da ação educacional. Ao acessar o ambiente virtual de aprendizagem, há uma lista com os nomes dos cursos e disciplinas em que o participante está inscrito, conforme ilustrado na figura a seguir:

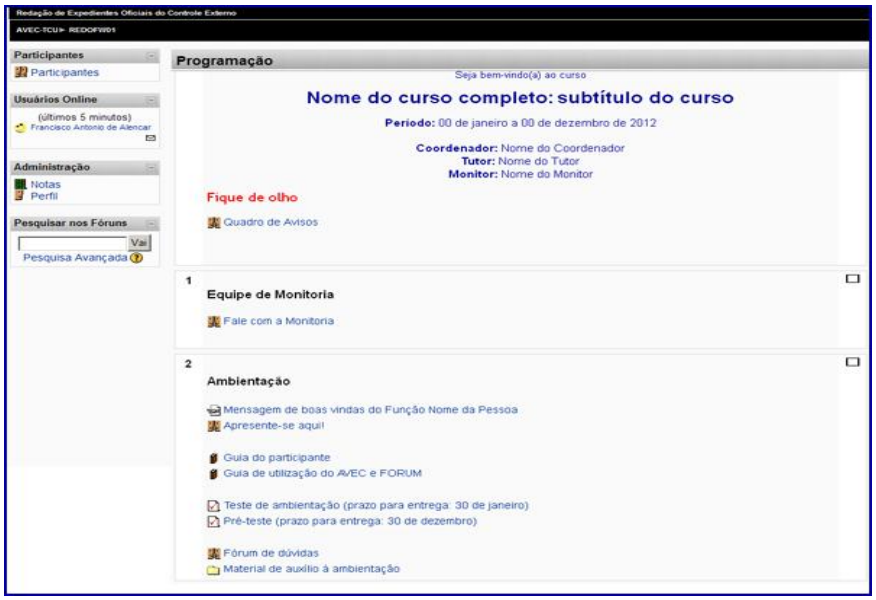
Figura 4: Acessando o curso no AVEC-TCU

Disponível em: https://contas.tcu.gov.br/avec/mod/book/view.php?id=34449&chapterid=12003

[5] As informações destes dois parágrafos foram retiradas do seguinte artigo: http://www.aedb.br/seget/artigos10/22_SegetMoodle_TI.pdf

Após clicar no curso desejado, o participante terá acesso à página inicial do curso em que está matriculado, em que são disponibilizados recursos e ferramentas que possibilitam uma navegação fácil através do ambiente. Nas laterais da página encontram-se diversos boxes, no centro a programação do curso, e em seguida as unidades relativas ao conteúdo do curso, bem como atividades propostas pelo tutor, fóruns, chats e tarefas, conforme detalhado a seguir:

Figura 4: Navegação no ambiente do curso

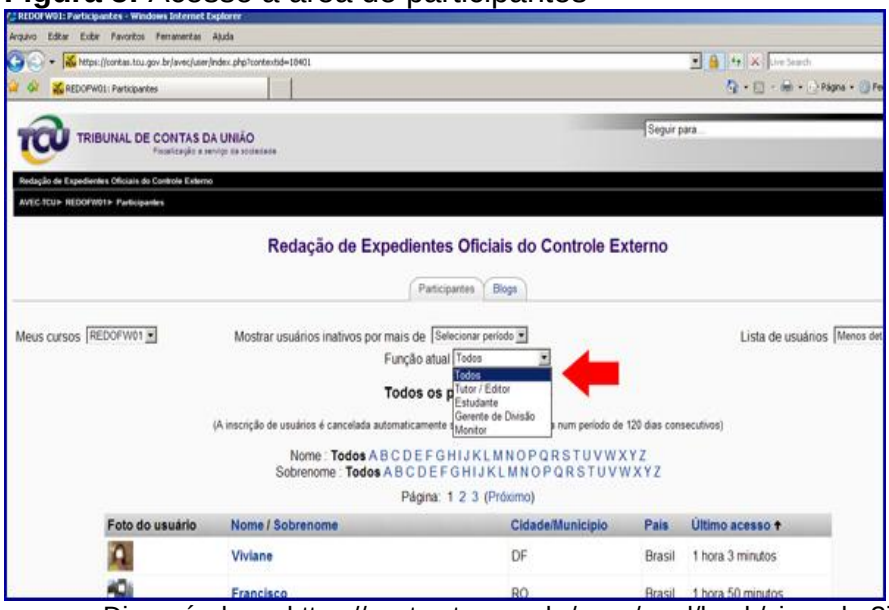


Disponível em: https://contas.tcu.gov.br/avec/mod/book/view.php?id=34449&chapterid=12003

O primeiro box, à esquerda permite visualizar a lista de participantes do curso. Neste recurso será exibida a lista de todos os participantes, incluindo alunos, tutores e monitores. Também é possível visualizar apenas os alunos, ou apenas os tutores, para isso basta selecionar a opção desejada.

É através desta ferramenta que o monitor pode enviar uma única mensagem há vários participantes, selecionando os participantes desejados e em seguida clicando em “Enviar mensagem”. Este recurso otimiza o trabalho do monitor, e também possibilita certa segurança para uma posterior comprovação que a mensagem foi enviada, pois após o envio não é possível apagar a mensagem do histórico de mensagens tanto de quem enviou como de quem recebeu. Este recurso está ilustrado modelo a seguir:

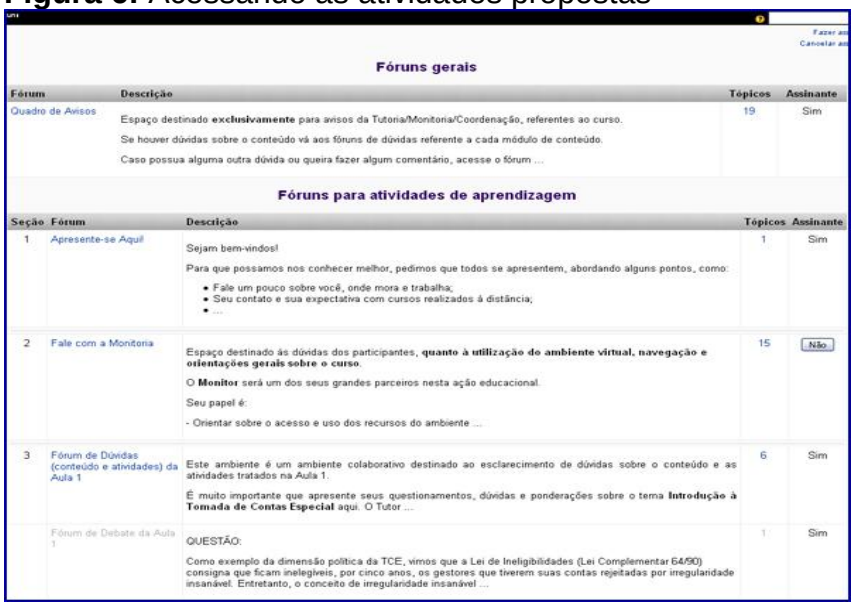
Figura 5: Acesso à área de participantes



Disponível em: https://contas.tcu.gov.br/avec/mod/book/view.php?id=34449&chapterid=12003

As atividades propostas pelo tutor e postadas pelo monitor ao longo do curso são listadas de acordo com categoria a qual pertencem (Chats, Fóruns, Recursos, Tarefas, etc.). Ao clicar em uma das categorias listadas, todas as atividades daquele tipo que foram propostas no curso serão exibidas. Por exemplo, clicando em "Fóruns", todos os fóruns propostos durante o curso são exibidos. Veja o exemplo:

Figura 6: Acessando as atividades propostas



Disponível em: https://contas.tcu.gov.br/avec/mod/book/view.php?id=34449&chapterid=12003

O sucesso da ação educacional não se deve apenas ao domínio técnico do ambiente. É importante que o participante consiga desenvolver um processo de ensino aprendizagem de forma efetiva, este deve compreender que existem regras de convivência, que são fundamentais em todos os espaços sociais, e em ambientes virtuais não é diferente. Estas regras devem ser utilizadas, em especial, nos fóruns de ações de aprendizagem no AVEC-TCU, que é um destinado ao compartilhamento de experiências, opiniões e perspectivas. A seguir são listados alguns comportamentos a serem observados por todos os participantes de fóruns de ações de aprendizagem no AVEC-TCU e que estão disponíveis nos guias de utilização dos cursos:

1. É preciso entender a maioria dos participantes de cursos online dispõe de tempo limitado para eles. Assim, seja claro e breve em suas respostas, mantendo o foco das discussões no assunto do curso.
2. Leia todas as mensagens antes de postar alguma dúvida ou pergunta para se assegurar de que sua resposta já não foi publicada e, assim, evitar repetição.
3. Participe efetivamente acrescentando algo ao debate. Um novo exemplo, um novo argumento, uma nova pergunta ainda dentro do mesmo assunto. Comentários do tipo “concordo com você” não agregam ao debate e tomam tempo dos participantes.
4. Só envie anexos relevantes ao assunto em debate e jamais os cole no corpo da mensagem. Lembre-se de que nem todos os usuários dispõem de conexões rápidas. Portanto, procure adequar o tamanho dos arquivos para que o acesso ao seu conteúdo não seja um transtorno para os colegas.
5. Não repasse mensagens que não sejam de sua autoria, a não ser que o autor lhe tenha permitido. Ao retransmitir mensagens devidamente autorizadas, sempre identifique sua origem e a autoria.
6. Dispense o uso de letras maiúsculas, a não ser em títulos ou cabeçalhos, pois mensagens com esse formato indicam que o remetente está gritando com seu interlocutor.
7. Não envie mensagens agressivas e/ou preconceituosas. Não faça comentários difamatórios, obscenos, racistas, xenófobos, pornográficos, de apologia ao terrorismo ou atentatórios contra os direitos humanos. Jamais envie mensagens

de conteúdo inflamado ou ofensivo para o fórum ou para um endereço particular de participantes.

8. Cada participante é responsável pelas suas mensagens publicadas no fórum. Os participantes cedem o direito sobre as informações veiculadas nos fóruns para uso em ações educacionais do ISC.
9. A administração do curso reserva-se o direito a apagar e editar mensagens que descumpram essas normas de comportamento.

3.4.3 A estrutura do curso no ambiente virtual de aprendizagem

Os cursos oferecidos pelo Tribunal de Contas da União obedecem a uma estrutura padrão[6], que é seguido em todos os cursos oferecidos pelo Tribunal. A coordenação pedagógica encaminha o material do curso ao monitor que é o responsável pela estruturação dos materiais e cronogramas, esta estrutura consiste em:

- “Rótulo de apresentação”: Este recurso contém informações gerais referentes ao curso, como o nome do curso, o período de realização, os nomes dos agentes diretos responsáveis pelo desenvolvimento do curso que são: coordenador executivo, tutor e monitor;
- “Fique de olho”: Que contém o “Quadro de Avisos” neste fórum são postadas todas as notícias referentes ao curso, como abertura e encerramento de aulas, prazo para entrega de atividades, eventuais indisponibilidades no sistema, dentre outros. Este fórum não é destinado à discussões, pois tem caráter informativo, por uma questão de organização somente os monitores e tutores podem postar mensagens neste fórum, caso algum participante poste alguma dúvida ou posicionamento no “Quadro de Avisos” a mensagem deste é transferida para outro fórum.
- “Equipe de Monitoria”: Este fórum é destinado às dúvidas dos participantes relacionadas à utilização do ambiente virtual, navegação, metodologia, cronograma e orientações gerais sobre o curso, que são respondidas pelo monitor responsável pelo curso num prazo de 24 horas;

[6] A estrutura padrão dos cursos pode ser visualizada parcialmente na **Figura 4** deste trabalho.

- “Ambientação”: Este módulo contém um roteiro de estudos, dois arquivos em formato *book*: sendo um o Guia do Participante (que possui informações do curso, como cronograma, avaliação, carga horária, etc.) o é outro o Guia de utilização do AVEC (que possui informações sobre a navegação no ambiente do curso) na antiga estrutura existia o “Teste de ambientação”, mas este foi substituído pelo Fórum de debates sobre os textos lidos, este módulo também possui um Fórum de dúvidas, um fórum destinado a apresentação dos participantes e uma biblioteca com materiais de auxílio à ambientação;
- Abaixo do módulo de Ambientação são alocados os módulos destinados às aulas, que possuem suas peculiaridades de acordo com cada curso, mas que no geral iniciam com um roteiro de estudos, o conteúdo da aula*,* fórum de dúvidas e de debates, e avaliações de aprendizagem;
- Em geral nos cursos existe um módulo destinado à biblioteca virtual do curso, contendo textos complementares e de apoio ao aluno;
- Ao final da página inicial do curso, existe o módulo de Avaliação de Satisfação, instrumento ao qual o ISC utiliza para recolher informações dos alunos acerca das suas opiniões sobre a ação de educacional, com o intuito de aperfeiçoar, de forma contínua, o processo de educação corporativa no Tribunal.

Uma das preocupações centrais da equipe responsável pelos cursos a distância oferecidos pelo Tribunal é que o participante se sinta familiarizado com o ambiente do curso, entendendo suas ferramentas, por isso o Tribunal busca sempre facilitar esse processo, tanto atualizando de forma pedagógica o ambiente, quanto contando com o apoio dos monitores.

Após conhecer melhor o campo de pesquisa, a estrutura do setor responsável pelos cursos a distância, as funções dos agentes envolvidos na EAD do campo de pesquisa, ter contato com o ambiente virtual de aprendizagem (o qual o monitor exerce grande parte do seu trabalho), conhecer a estrutura dos cursos ofertados, e perceber o quanto o monitor é um agente atuante na execução dos cursos em EAD oferecidos pelo TCU. No próximo capítulo você terá contato com a metodologia utilizada nessa pesquisa, e também como a análise dos dados obtidos através do questionário e entrevista que foram realizados com alguns dos agentes de EAD do Seduc.

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo busca descrever o processo metodológico utilizado na realização desta pesquisa, escolher a metodologia a ser utilizada numa pesquisa consiste num dos grandes desafios para um pesquisador, já que é o pesquisador precisa realizar análise e ao mesmo tempo contextualizar os conhecimentos adquiridos por meio de uma prática investigativa como uma forma de apropriar-se de novos conhecimentos. Neste mesmo capítulo também serão analisados os dados obtidos através da pesquisa.

4.1 Tipo Pesquisa

Levando em consideração a questão básica desta pesquisa, que é analisar a prática de monitoria nos cursos oferecidos no Tribunal de Contas da União, buscou-se obter as informações necessárias diretamente com a população investigada através da análise qualitativa. De acordo com Gibbs (2009), a pesquisa qualitativa possui diferentes maneiras de ser abordada:

> a) analisando experiências de indivíduos ou grupos. As experiências podem estar relacionadas a histórias biográficas ou a práticas (cotidianas ou profissionais), e podem ser tratadas pela análise de conhecimentos, relatos e histórias do dia a dia; b) examinando interações e comunicações que estejam se desenvolvendo. Isso pode ser baseado na observação e no registro de práticas de interação e comunicação, bem como na análise desse material; c) investigando documentos (textos, imagens, filmes ou música) ou traços semelhantes de experiências ou interações (p. 8).

A base de uma pesquisa qualitativa, segundo Triviños (2008) é a percepção de um fenômeno num contexto, para o referido autor este tipo de pesquisa é coerente, lógica e consistente. De tal forma, a abordagem qualitativa devido à suas características, proporciona o bom desenvolvimento de instrumentos para compreender os fenômenos a serem investigados.

Assim, a realização de uma pesquisa qualitativa significa a opção pela condução de um estudo exploratório, interpretativo, baseado na observação e na

análise dos dados. Deste modo nesta pesquisa buscou-se explorar o ambiente de pesquisa no sentido de obter informações dos agentes envolvidos na prática de monitoria, além da obtenção de informações estas serão analisadas e interpretadas.

4.2 Instrumentos de Coleta de Dados

4.2.1 Questionário

Um dos instrumentos de pesquisa utilizados neste trabalho foi o questionário. De acordo com Gil (2008), o questionário pode ser delimitado como uma técnica de investigação social composta por um conjunto de questões que são submetidas as pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, para o autor o questionário é entendido como “[...] um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado.” (p.114). Segundo este autor, o questionário também se configura como um importante instrumento de coleta de informações em gerais, como: valores, aspirações, temores, comportamento, passado e presente, dentre outros.

Na escolha das informações sobre um tema e delimitação de um público-alvo, o questionário é extremamente útil, pois pode se interrogar um elevado número de pessoas, e demanda um espaço de tempo relativamente curto Ainda de acordo com Gil (2008), construir um questionário consiste em traduzir de forma mais clara possível os objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas obtidas através do questionário irão proporcionar importantes dados ao pesquisador para descrever as características e considerações do público pesquisado.

O questionário teve como objetivo delimitar o perfil do público pesquisado, no caso os monitores do Seduc, bem como verificar quais as considerações que os monitores possuem em relação à sua própria prática. Buscou-se também verificar quais o contingente de monitores que receberam formação para exercer a prática de monitoria e também a avaliação que os monitores fazem desta formação e o grau de dificuldade que os monitores que não receberam formação enfrentaram.

4.2.2 Entrevista

Nesta pesquisa, foi utilizada uma entrevista semiestruturadas elaborada pela autora deste trabalho. Esta entrevista foi realizada com os coordenadores executivos

do Seduc, que tem um contato direto com a equipe de monitoria. A entrevista semiestruturada é caracterizada por:

> "Aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida oferecem um amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo á medida que recebem as repostas do informante" (TRIVIÑOS, 2008, p.146).

Com a entrevista, buscou-se verificar quais as perspectivas que os coordenadores possuem em relação à prática de monitoria, buscou-se também constatar quais instrumentos de formação que já foram utilizados anteriormente para capacitar a equipe de monitoria.

Segundo Cervo, Bervian e Da Silva (2007) a entrevista não é uma simples conversa, mas uma conversa orientada para um objetivo definido. Segundo os autores, os pesquisadores recorrem a entrevistas quando as informações que procuram não podem ser encontradas em registros e fontes documentais, mas podem ser fornecidas por algumas pessoas. A prática de monitoria na educação a distância não possui nenhum aparato legal relacionado diretamente á sua prática. Por isso, a entrevista foi utilizada, com o intuito de obter as informações necessárias à pesquisa também através das considerações dos coordenadores.

A obtenção de considerações fornecidas diretamente pelos sujeitos envolvidos no processo é muito importante na pesquisa qualitativa. Neste sentido, o questionário e a entrevista se complementaram, de forma a atender os objetivos desta pesquisa.

Os próximos tópicos visam analisar os dados alcançados através do questionário aplicado aos monitores e das entrevistas realizadas com os coordenadores executivos dos cursos a distância ofertados pelo Tribunal de Contas da União. Esta análise busca responder aos objetivos da pesquisa, que são:

- Objetivo geral: Identificar a percepção do monitor no que se refere ao seu próprio papel;
- Objetivos específicos:
    - Verificar a formação que o Tribunal de Contas da União oferece aos monitores para exercerem sua prática;

- Propor um curso de formação para monitores do TCU.

4.3 Análise dos questionários aplicados aos monitores

O quadro de monitores do Seduc é composto por oito (8) estagiários, graduandos dos cursos de pedagogia ou letras, que são selecionados pelos coordenadores executivos do setor, destes estagiários, um deles é a autora desta pesquisa, que não participou da pesquisa. Dessa forma, a amostra desta pesquisa é composta por sete participantes.

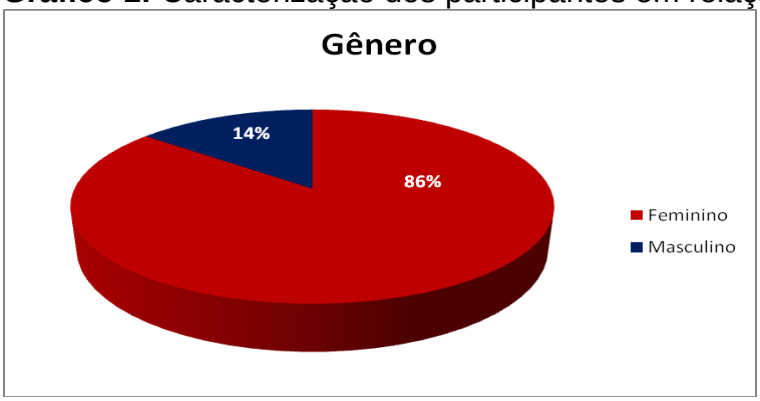
Optou-se em criar o questionário *online,* utilizando o recurso “Enquete” do Moodle, dentro do ambiente virtual de aprendizagem corporativa (AVEC-TCU). O mesmo foi disponibilizado no módulo de “Ambientação” de um curso teste (futuro curso de formação de monitores do TCU). O questionário ficou disponível do dia 10 de dezembro de 2012 ao dia 20 de janeiro de 2013, em virtude do recesso de fim de ano dividido o prazo precisou ser alongado. O questionário, que se encontra no apêndice do trabalho, é dividido nos seguintes blocos:

a) Bloco I (um) - Dados Demográficos: sexo e idade.
b) Bloco II (dois) - Formação: Qual curso de graduação, se realizou alguma disciplina sobre educação a distância na faculdade.
c) Bloco III (três) – Prática de monitoria: Tempo de atuação como monitor no TCU; Se já atuou como monitor em EAD fora do TCU; Se o monitor recebeu alguma formação para prática de monitoria quando entrou no TCU; Avaliação da formação de monitores que receberam no TCU; Caso não tenham recebido formação que avalie o grau de dificuldade para o exercício da prática de monitoria; Se consideravam importante um curso de formação de monitores; Que descrevessem os principais aspectos que devem ser tratados num curso de formação de monitores; Definissem o papel da monitoria em EAD.

O questionário é composto por doze (12) questões. O objetivo foi delimitar o perfil dos monitores do SEDUC, a formação que receberam para sua prática e suas possíveis contribuições para elaboração de um curso de formação para os novos monitores.

Na análise de dados é importante, primeiramente, caracterizar os sujeitos que participaram desta pesquisa. Diante desta afirmação, as primeiras três questões do questionário disponibilizado aos monitores versam, respectivamente, sobre a identificação do respondente no que se refere a gênero, faixa etária e curso de graduação em que está matriculado. Através dos dados obtidos, foi possível perceber que seis (6) participantes, que compõe (86%) dos participantes da pesquisa eram do gênero feminino e apenas um participante (14%) era do gênero masculino. Como a seguir ilustra o gráfico:

Gráfico 1: Caracterização dos participantes em relação ao gênero

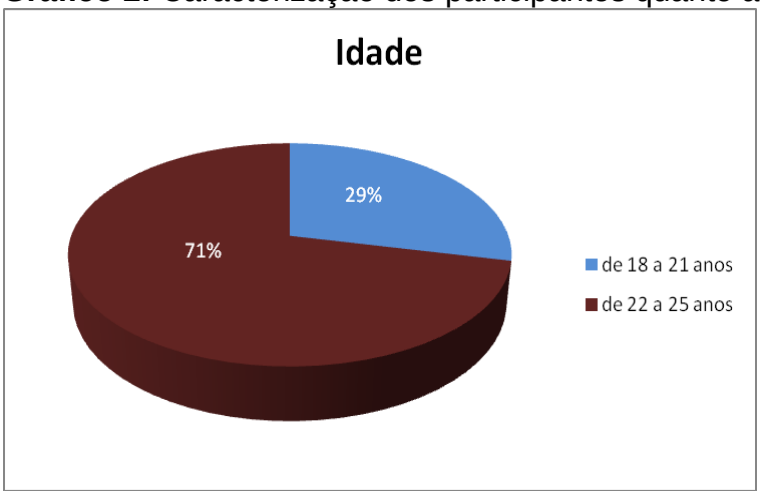


Fonte: Questionário aplicado pela autora

Observa-se que o gênero feminino predomina nesta amostra, evidenciando que as mulheres estão mais atuantes neste tipo de atividade.

A segunda pergunta do questionário teve como objetivo traçar a faixa etária dos participantes da pesquisa. Onde foram obtidos os seguintes dados:

Gráfico 2: Caracterização dos participantes quanto a idade

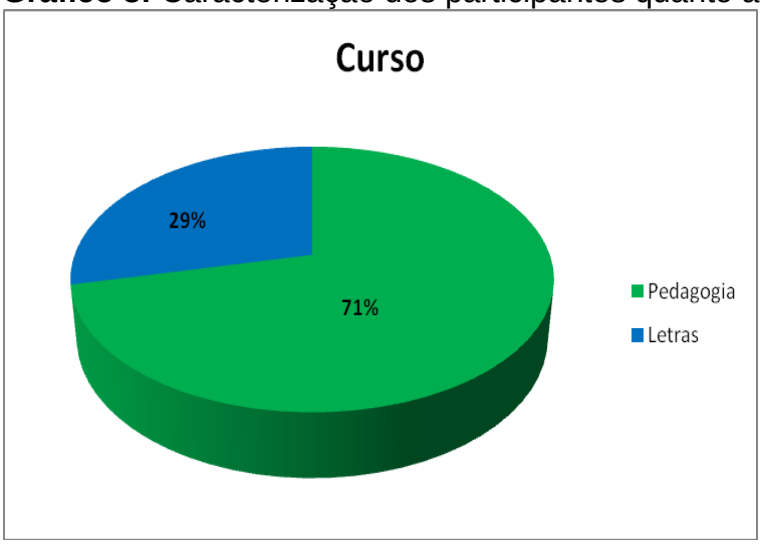


Fonte: Questionário aplicado pela autora

Verifica-se que os participantes da pesquisa constituem-se como um público bastante jovem, sendo que dos sete participantes cinco (5) deles o que compõem (71%) dos monitores tem entre vinte e dois (22) a vinte e cinco (25) anos e dois (2) participantes tem entre dezoito (18) a vinte e um (21) anos, compondo 29% dos monitores.

Também foi analisado o curso de graduação que os participantes da pesquisa frequentam, já que o público da pesquisa se trata de estagiários, necessariamente todos os participantes devem estar cursando um curso de graduação.

Gráfico 3: Caracterização dos participantes quanto ao curso

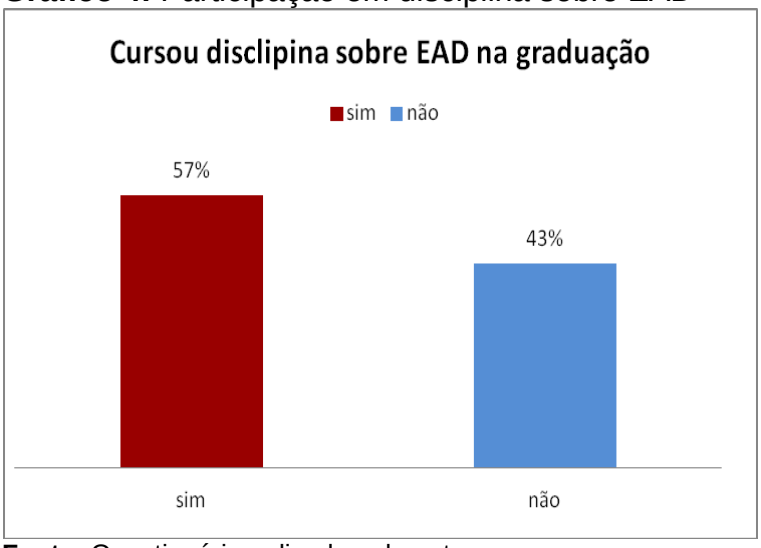


Fonte: Questionário aplicado pela autora

Constatou-se que os cursos de graduação frequentados pelos participantes da pesquisa são basicamente dois: Pedagogia e Letras. Sendo que dos sete participantes cinco (5) deles o que compõem (71%) estão matriculados no curso de Pedagogia, enquanto os monitores matriculados no curso de Letras compõem 29% compondo dois (2) monitores.

Na quarta pergunta, foi questionado aos participantes se eles cursaram alguma disciplina relacionada à educação a distância em seu curso de graduação. Já que por se tratarem de estudantes de licenciatura, é importante verificar se as faculdades estão ofertando disciplinas nesta área.

Gráfico 4: Participação em disciplina sobre EAD

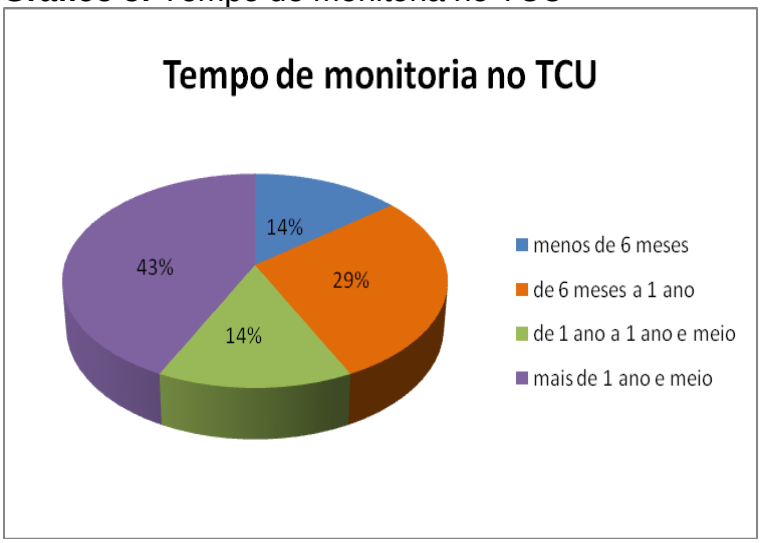


Fonte: Questionário aplicado pela autora

Foi constatado que dos sete participantes quatro (4) já cursaram disciplinas sobre em EAD, enquanto três (3) participantes não realizaram nenhuma disciplina nesta área.

Ainda pensando na caracterização dos sujeitos da pesquisa, a quinta pergunta do questionário foi sobre o tempo que o participante trabalha como monitor (a) no Tribunal de Contas da União.

Gráfico 5: Tempo de monitoria no TCU



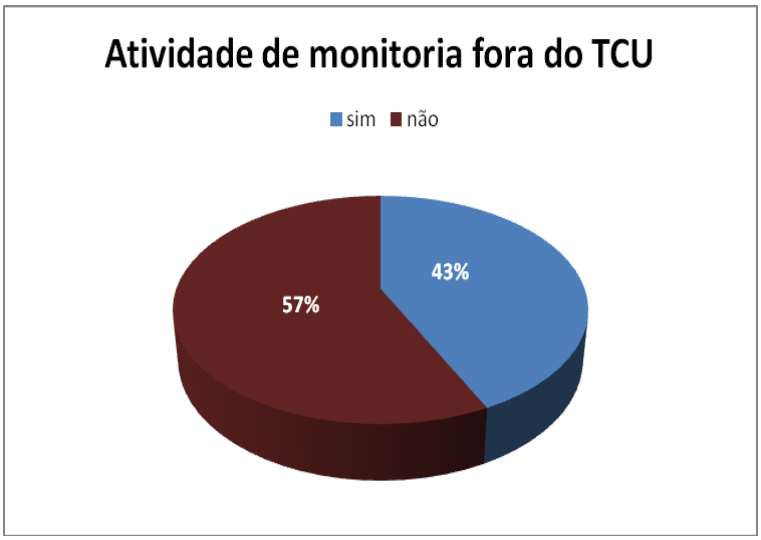
Fonte: Questionário aplicado pela autora

Como resultado deste questionamento verificado que um (1) participante trabalha a menos de seis meses, dois (2) de 6 meses a 1 anos, um (1) de 1 ano a

um 1 ano e meio e três (3) há mais de 1 ano e meio. Observa-se que 43% dos entrevistados trabalham como monitores no TCU há mais de um ano e meio, constata-se que a rotatividade de monitores neste setor não é muito grande, verifica-se também que o quadro de monitores do Seduc está perto de ser sofrer algumas modificações, já que a um estudante só pode exercer a função de estagiário em uma instituição, por no máximo dois anos.

A sexta pergunta foi sobre a atuação dos monitores em cursos a distância fora do Tribunal de Contas da União.

Gráfico 6: Atividade de monitoria fora do TCU

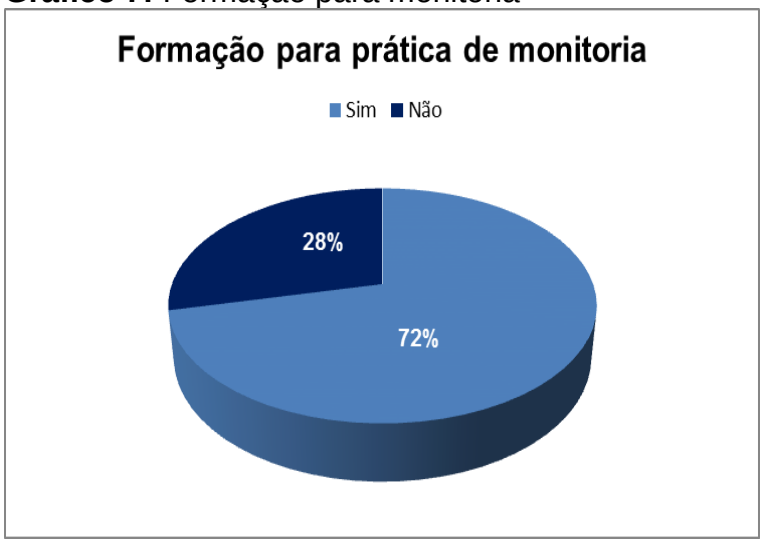


Fonte: Questionário aplicado pela autora

Foi constatado que três (3) participantes já atuaram como monitores em cursos a distância fora do TCU, enquanto quatro (4) participantes só atuaram como monitores no Tribunal de Contas da União. O que demonstra que a prática de monitoria em EAD também está bastante presente em outras instituições de ensino.

A sétima pergunta foi realizada com o propósito de verificar se os monitores receberam algum tipo de formação direcionada à prática de monitoria quando entraram no TCU para trabalharem com educação a distância.

Gráfico 7: Formação para monitoria

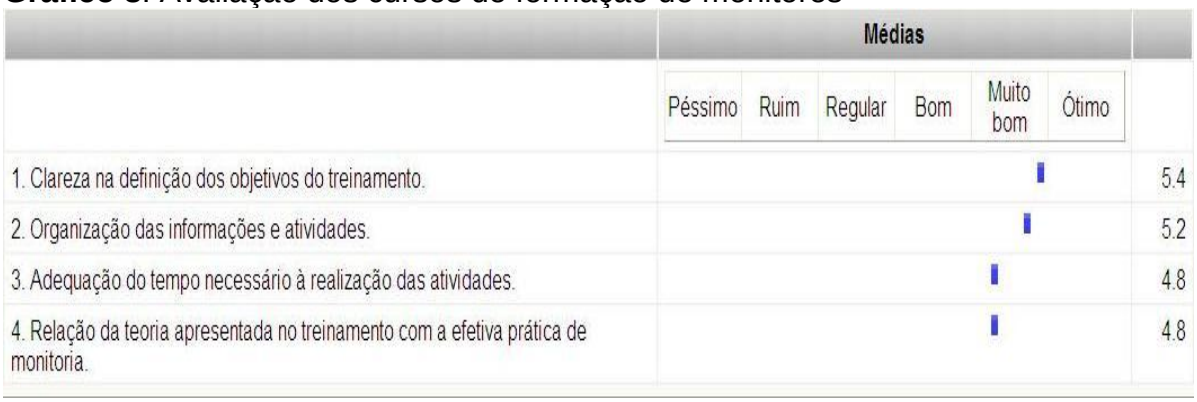


Fonte: Questionário aplicado pela autora

Foi constatado que dos sete participantes, cinco (5) receberam algum tipo de formação para prática de monitoria quando entraram no TCU e dois (2) participantes não receberam nenhuma formação para o exercício da sua prática.

A questão seguinte, solicita que caso o respondente tenha recebido algum tipo de formaçõa para prática de monitoria ao iniciar seu trabalho no TCU, que este avalie o treinamento que recebeu. Assim foram feitas as seguintes perguntas: “Clareza e definição dos objetivos do treinamento”, “Organização das informações e atividades”, “Adequação do tempo necessário à realização das atividades” e “Relação da teoria apresentada no treinamento com a efetiva prática de monitoria” Todas as perguntas deste bloco se relacionavam ás seguintes escalas: “Péssimo”, “Ruim”, “Regular”, “Bom”, “Muito bom” e “Ótimo”. O resultado pode ser visto a seguir:

Gráfico 8: Avaliação dos cursos de formação de monitores



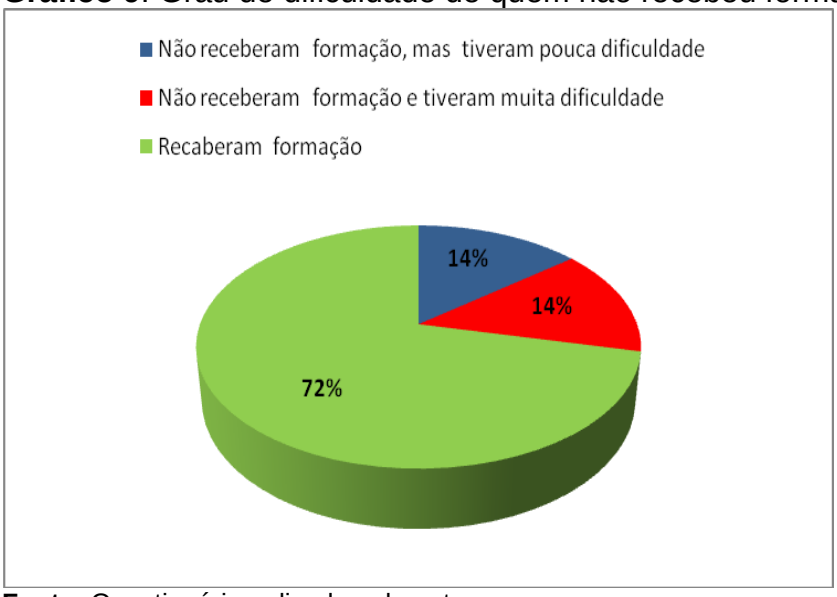
Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Todas as respostas dos participantes neste bloco se encaixaram na média “Muito bom”, o gráfico também demonstra numericamente em uma escala de 1 a 5, a avaliação dos participantes quanto aos critérios mencionado, sendo que 1 equivale a uma avaliação ruim e o 5 a melhor avaliação. Os itens “Adequação do tempo necessário à realização das atividades” e “Relação da teoria apresentada no treinamento com a efetiva prática de monitoria” foram os itens menos votados. Com isso entende-se que para que um treinamento seja efetivo ele deve ter um tempo adequado e estar efetivamente ligado à prática de monitoria, neste sentindo é possível perceber que não se pode pensar num curso de formação para monitores sem atividades práticas.

Dessa forma, foi constatado que 72% dos participantes receberam algum tipo de formação quando iniciaram seu trabalho como monitores no TCU e quem em geral, esta formação foi avaliada como muito boa.

Dos sete participantes da pesquisa, dois (2) deles que não receberam nenhum tipo de formação para prática de monitoria no TCU, o que constitui 28% dos participantes da pesquisa. Foi pedido a estes que classificassem o grau de dificuldades que enfrentaram na prática de monitoria e foram dadas as seguintes opções, para que o participante escolhesse apenas uma: “não tive dificuldades”; “tive dificuldades, mas foram poucas” e “tive bastante dificuldades”. O gráfico a seguir demonstra o resultado:

Gráfico 9: Grau de dificuldade de quem não recebeu formação



Fonte: Questionário aplicado pela autora

Dos participantes que não receberam formação, nenhum deles afirmou ter exercido a prática de monitoria sem nenhuma dificuldade, um deles afirmou que teve pouca dificuldade e outro relatou ter sentido muito dificuldade para realizar seu trabalho como monitor.

Se os participantes que não receberam nenhum tipo de formação ao iniciarem seu trabalho como monitores relataram ter sentido alguma tipo de dificuldade para exercê-la, fica o questionamento: Por que estes participantes não receberam esta formação? O que nos faz pensar, que se houvesse algum material como suporte, ou algum curso que explicasse como é exercida a prática de monitoria dentro do Tribunal, essas dificuldades poderiam ser minimizadas.

Na décima pergunta foi questionado aos monitores se eles consideravam importante um curso de formação específico para prática de monitoria, foi pedido também que a resposta fosse justificada. Sobre este questionamento foram obtidas as seguintes respostas:

> M1: “Com certeza, por mais que o trabalho da monitoria não seja tão complexo, o treinamento é necessário para manter a qualidade da atividade.”
> M2: “Sim. O uso dos recursos do Moodle, as atividades que podem ser propostas no curso a distância, a polidez em ambiente virtual com relação ao tratamento dirigindo aos participantes, o uso do ISCnet para matrículas, carregamento de notas e fonte de pesquisa, pois são atividades rotineiras na atuação do monitor.”
> M3: “Sim, para que o monitor já comece a trabalhar tendo a formação necessária para exercer as atividades da monitoria”
> M4: “Sim, pois a prática tanto da monitoria quanto da tutoria variam conforme a instituição. Assim, é em um curso de formação onde serão explicitados o papel do monitor no processo de trabalho, suas principais funções e, principalmente, a prática aceita para a sua atuação.”
> M5:”Sim, pois um curso para monitoria pode auxiliar, direcionar e orientar trabalho de um monitor, principalmente se este não tiver experiência e o curso envolver situações que acontecem no cotidiano da monitoria.”
> M6:“Sim. Mesmo que tenhamos contato com as discussões pertinentes a educação a distância, a prática como monitor requer outros conhecimentos operacionais e pedagógicos, bem específicos, que apenas com uma mínima formação, seja ela formal (via curso de formação) ou informalmente (aprendizagem com os demais colegas de trabalho) torna-se possível o bom desenvolvimento e desempenho da monitoria.”
> M7:”Sim. Porque assim como em outras atividades do mercado de trabalho, quando temos contato prévio com a realidade e com a prática da função que será desenvolvida, o trabalho se torna mais produtivo e benéfico para o sujeito e para a instituição. Quando se trata do trabalho do monitor, que envolve funções executivas e pedagógicas, um curso de formação, mostrando conhecimentos acerca do ambiente virtual de aprendizagem e do banco de dados utilizado na instituição, facilita o desenvolvimento, a execução e a finalização.”

Em suma, foi verificado que os participantes consideram a formação importante para manter a qualidade dos serviços prestados, para que o monitor já comece a trabalhar com uma formação necessária para sua prática, bem como entenda a suas atribuições de acordo com a política da instituição. Caso nunca tenha trabalhado com monitoria, é num curso de formação que ele será melhor orientado sobre a sua prática, porém, mesmo que o participante tenha um conhecimento prévio sobre a educação a distância , a prática de monitoria requer o mínimo de formação para que seja exercida de forma eficaz. Por fim, ainda segundo os participantes, o contato prévio com as funções que serão desenvolvidas torna o trabalho mais produtivo.

Desse modo, uma boa formação inicial reflete positivamente na prática do monitor em EAD, conforme pode ser percebido com a resposta do M1: “Com certeza, por mais que o trabalho da monitoria não seja tão complexo, o treinamento é necessário para manter a qualidade da atividade.”.

Outra resposta que justifica a importância de uma formação inicial para a prática de monitoria é a do M4, o participante da pesquisa dá atenção especial a um aspecto que já foi tratado neste trabalho: que é a variação das atribuições dos agentes envolvidos na EAD de acordo com a política da instituição. Dessa forma, ao iniciar o seu trabalho, o monitor precisa compreender a dinâmica do trabalho, que contém diversas atribuições, conforme relata também o M6:

> “[...] a prática como monitor requer outros conhecimentos operacionais e pedagógicos, bem específicos, que apenas com uma mínima formação, seja ela formal (via curso de formação) ou informalmente (aprendizagem com os demais colegas de trabalho) torna-se possível o bom desenvolvimento e desempenho da monitoria.”

Para Döding, Mendes e Kovalski (2003) a formação de um monitor é um desafio, as autoras afirmam não existe uma “receita pronta” para a formação do monitor. Mas é de grande importância que a formação tenha como objetivo a capacitação profissional de forma que o monitor possa atender aos alunos com qualidade, utilizando todas as ferramentas e competências disponíveis.

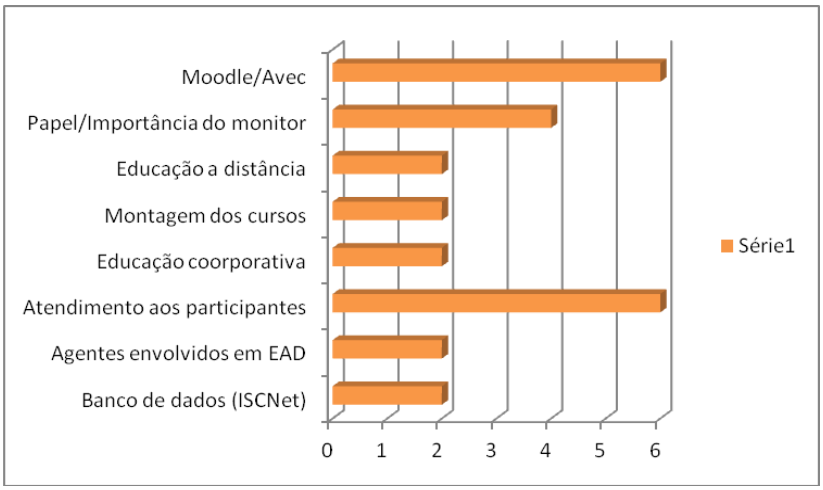
A penúltima pergunta pedia aos monitores que considerando a sua própria prática e experiências adquiridas durante a atuação como monitores, que

descrevessem quais os principais aspectos que consideravam importantes a serem tratados em um curso de formação para monitores.

> M1: “A função da EAD na Educação coorporativa, o papel do monitor na educação a distancia, atividades referentes à atuação do monitor no ambiente virtual, o trabalho do monitor na progressão de uma ação educacional e criação de atividades.”
> M2: “A importância da equipe de monitoria em cursos à distância; funções do ambiente virtual de aprendizagem (AVEC); montagem e configuração de cursos no AVEC; funções do banco de dados utilizado pela instituição; a importância de saber lidar com os participantes; o papel de todos os agentes envolvidos no curso (coordenadores, monitores, participantes).”
> M3: “As atividades a serem realizadas pelo monitor, como tratar os participantes no ambiente virtual, como montar os cursos no Moodle, etc.”
> M4: “Aspectos da EAD, a utilização dos recursos do Moodle/AVEC, noções do ISCNet e como lidar com o público (no caso os alunos).”
> M5: “Atendimento aos participantes, compreensão da atuação da monitoria, se interar sobre a dinâmica corporativa do Tribunal de Contas da União, conhecer o ambiente virtual (Moodle).”
> M6: “Modo pelo qual se dá a EAD na instituição; processo de trabalho dos envolvidos no trabalho em EAD; papel e importância do monitor; familiarização com a prática de monitoria; estudos de caso (aprendendo com problemas comuns à prática da monitoria); relações interpessoais entre os agentes da EAD.”
> M7: “O que fazer ou não em determinadas situações, como lidar com a ferramenta Moodle.”

O gráfico a seguir buscou ilustrar os principais aspectos que devem ser abordados em curso para formação de monitores, segundo os próprios monitores.

Gráfico 10: Principais aspectos de um curso de monitores



Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Observa-se que segundo os participantes da pesquisa, os principais aspectos que devem ser tratados em um curso de formação de monitores remetem à caracterização da educação a distância, que foram citadas por três (3) participantes; A educação corporativa que citada por dois (2) participantes; O papel do monitor e a importância do monitor foram mencionados por quatro (4) participantes; Aspectos relacionados à montagem e configuração dos cursos foram citados por dois (2) participantes; O papel dos agentes envolvidos na EAD foram mencionados por dois (2) participantes; As funções do banco de dados que é o ISCNet que foi citado por dois (2) participantes. O ambiente virtual de aprendizagem (AVEC/ MOODLE) e a questão do relacionamento e atendimento aos participantes foram os itens mais citados, seis (6) participantes mencionaram estes itens como importantes a serem tratados num curso de formação de monitores.

Com a análise desta pergunta, é possível perceber, que para os monitores, os principais aspectos que devem ser tratados na formação da equipe de monitoria estão relacionados ao aliamento da teoria com a prática. Já que os monitores citam como importantes aspectos como: “A função da EAD na Educação coorporativa”; “Modo pelo qual se dá a EAD na instituição”; “A importância da equipe de monitoria em cursos à distância;”, que mais relacionados a aspectos teóricos. Enquanto outras citações como: “... montagem e configuração de cursos no AVEC.”; “Atendimento aos participantes...”; “... estudos de caso (aprendendo com problemas comuns à prática da monitoria);” remetem a aspectos que só podem ser melhor compreendidos em atividades práticas.

Constata-se que como a atuação da monitoria requer conhecimentos operacionais e pedagógicos, um curso de formação de monitores deve abordar a sua prática sem deixar de abranger aspectos teóricos relacionados ao exercício do monitor. Em seu trabalho, Döding, Mendes e Kovalski (2003) listam algumas características desejáveis que a equipe de monitoria precisa possuir. Dessa forma, um curso de formação de monitores deve ser pensado no sentido de despertar no monitor as seguintes características:

> 1) Domínio a comunicação oral e escrita; 2)Autonomia, criticidade, flexibilidade e organização; 3)Técnicas de atendimento ao aluno; 4)Embasamentos pedagógicos no desenvolvimento multidisciplinar (alunos e professores) no processo de aprendizagem; 5)Gerência, mediação e facilitação à aprendizagem do aluno; 6) Auxiliar na motivação; 7)Desenvolvimento de princípios básicos de relacionamento interpessoal. 8)

> Domínio das tecnologias utilizadas no processo de aprendizagem. 9)Domínio dos recursos tecnológicos que dão suporte a um curso ou ambiente virtual. DÖDING, MENDES e KOVALSKI (2003, p.1)

Conforme as autoras expõem a atividade de monitoria está muito ligada ao domínio técnico e mediação pedagógica. Um monitor que inicia seu trabalho, certamente terá dificuldade em conseguir adquirir todas estas características. Mesmo que o monitor já tenha um conhecimento prévio, ou já tenha experiência com a prática de monitoria em outras instituições, ele precisará de informações sobre a nova instituição em que irá trabalhar. Assim, o melhor que a instituição tem a fazer é organizar um material de suporte à equipe de monitoria, já que estes trabalham com educação a distância, a proposta de um curso a distância para formação de monitores se configura como uma boa opção para a instituição.

Por fim, a última pergunta do questionário pedia aos participantes que o concebessem o papel da monitoria em ações educacionais a distância. Dessa forma, os próprios monitores definiram a sua prática como:

> M1: Entendo o papel da monitoria como essencial em ações educacionais a distância, pois o monitor além de dar o suporte técnico, acompanha a participação dos alunos e auxilia de maneira geral os agentes no processo de ensino-aprendizagem. É de suma importância o papel do monitor porque ele exerce a função de facilitador, motivador e intermediário entre alunos, tutores e coordenação.
> M2: Acredito que o monitor tem um papel essencial em um curso a distância, pois é ele quem facilita a mediação entre as diferentes partes: aluno-ambiente, aluno-tutor, aluno-coordenador e aluno-aluno. Essa mediação permite reduzir as distâncias entre as partes mencionadas, aumentando o comprometimento do aluno com o curso e motivando-o a continuar, sabendo que está sendo acompanhado ao decorrer do curso.
> M3: O monitor exerce um papel de grande importância em um curso a distância, mesmo não tendo um trabalho muito complexo, a sua atuação ajuda a manter a qualidade do curso. Como no TCU as ofertas de cursos são muito grandes, o monitor atua no auxílio dos coordenadores e tutores no atendimento aos alunos e no suporte técnico, o que otimiza a ação educacional.
> M4: O monitor participa de grande parte do processo de execução do curso e necessita ter consciência da sua importância como um dos agentes responsáveis pelo sucesso de uma ação educacional. A monitoria engloba um papel técnico e um papel pedagógico, pois além de auxiliar em questões técnicas, como montagem e atualizações de cursos no ambiente virtual, a equipe também precisa ser facilitadora da aprendizagem, pois os monitores possuem contado "direto" com os participantes, os auxiliando em diversas etapas do curso e ao mesmo tempo buscando incentivar estes dentro do processo de aprendizagem.
> M5: Os monitores são responsáveis pela condução da aprendizagem no ambiente virtual. Sempre auxiliando os participantes em caso de dúvidas e

> questionamentos a respeito do funcionamento das ferramentas virtuais. Além disso, o monitor acompanha o tutor, transfere os participantes via Iscnet para o AVEC e acompanha a execução do curso no Moodle.
> M6: Para além das abordagens conteudistas da ação da tutoria, compreendo a monitoria como peça estratégica para a motivação participativa e, consequentemente pelo fim da evasão no ensino a distância. Tendo em vista que, o acompanhamento minucioso, por parte da monitoria, dado aos cursistas que se propõem a estudar mediante essa modalidade educacional gera não só a expressiva participação, mas também uma participação qualitativa por parte dos cursistas.
> M7: Considero o papel do monitor fundamental para o sucesso das ações educacionais a distancia, pois este auxilia em varias etapas da execução do curso. O monitor auxilia os alunos, mantendo o engajamento e motivando-os durante o curso e se tornando muitas vezes um elo de comunicação entre os envolvidos na ação educacional. É responsável por algumas questões mais técnicas relacionadas ao ambiente virtual de aprendizagem e por auxiliar os agentes no processo de ensino aprendizagem.

A análise das respostas dos monitores identifica que a percepção dos monitores do Seduc sobre ao seu próprio papel, remete, entre outros aspectos, ao acompanhamento dos participantes, pois todos os monitores relacionaram o papel do monitor com atividades ligadas ao acompanhamento/atendimento/auxílio aos participantes, o que pode ser verificado nos trechos a seguir:

> M1: "....**acompanha a participação dos alunos** e auxilia de maneira geral os agentes no processo de ensino-aprendizagem. "
> M2:. "... Essa mediação permite reduzir as distâncias entre as partes mencionadas, aumentando o comprometimento do aluno com o curso e motivando-o a continuar, **sabendo que está sendo acompanhado ao decorrer do curso.**"
> M3: "...o monitor atua no auxílio dos coordenadores e tutores no **atendimento aos alunos** e no suporte técnico, o que otimiza a ação educacional."
> M4: "... **pois os monitores possuem contado "direto" com os participantes, os auxiliando em diversas etapas do curso** e ao mesmo tempo buscando incentivar estes dentro do processo de aprendizagem."
> M5: "... **Sempre auxiliando os participantes** em caso de dúvidas e questionamentos a respeito do funcionamento das ferramentas virtuais."
> M6: "... compreendo a monitoria como peça estratégica para a motivação participativa e, consequentemente pelo fim da evasão no ensino a distância. **Tendo em vista que, o acompanhamento minucioso, por parte da monitoria, dado aos cursistas** ..."
> M7: "...**O monitor auxilia os alunos**, mantendo o engajamento e motivando-os durante o curso e se tornando muitas vezes um elo de comunicação entre os envolvidos na ação educacional."

O que também pode ser inferido, de acordo com a resposta dos participantes é que a prática de monitoria no Seduc vai além do suporte técnico, pois os monitores

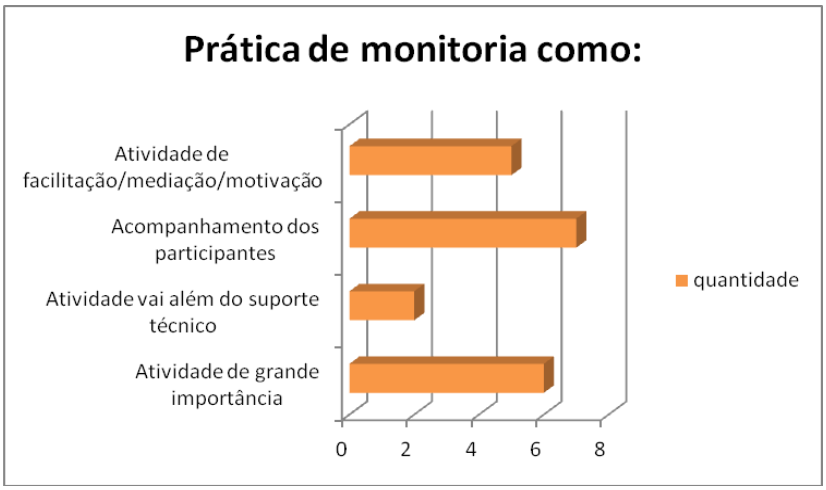
também exercem atividades relacionadas a mediação entre todos os agentes envolvidos na ação educacional a distância.

Verificou-se assim, que a equipe de monitoria do Seduc é consciente do papel que exercem e que consideram a prática de monitoria de grande importância para ações educativas a distância. Pois, 86% dos entrevistados, o que compõem cinco (6) participantes, direcionaram sua respostas no sentindo da importância da prática de monitoria na EAD:

> M1: “Entendo o papel da monitoria **como essencial** em ações educacionais a distância...”.
> M2: “Acredito que o monitor tem um **papel essencial** em um curso a distância...”.
> M3: “O monitor exerce um papel de **grande importância** em um curso a distância.”.
> M4: “O monitor participa de grande parte do processo de execução do curso e necessita ter **consciência da sua importância** como um dos agentes responsáveis pelo sucesso de uma ação educacional.”
> M6: “... compreendo a monitoria **como peça estratégica para a motivação participativa** e, consequentemente pelo fim da evasão no ensino a distância.”.
> M7: “Considero **o papel do monitor fundamental** para o sucesso das ações educacionais a distancia, pois este auxilia em varias etapas da execução do curso,“.

Em suma, os pontos mais destacados pelos monitores sobre o seu papel na educação a distância remetem aos seguintes aspectos: “Atividade de grande importância”; “Atividade vai além do suporte técnico”; “Acompanhamento dos participantes” e “Atividade de facilitação/mediação/motivação dos participantes”. O que demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 11: Prática de monitoria pelos próprios monitores



Fonte: Autora

A percepção dos monitores, participantes da pesquisa, sobre a sua própria prática vai de encontro às ideias de Sartori e Roesler (2005), os autores também consideram o papel do monitor como de grande importância em ações educacionais a distância, onde além do suporte técnico, o monitor atura como facilitador e motivador do curso em EAD, conforme demonstrado a segur:

> Atualmente, o monitor tem atuado no suporte técnico informático, no encaminhamento de questões acadêmicas e de atividades para correção por parte do tutor, no acompanhamento do curso e da participação dos alunos, na aplicação de questionários de avaliação do curso e da disciplina. Utilizando recursos de comunicação e informação, auxilia os agentes do processo ensino-aprendizagem no alcance dos seus objetivos. Dessa forma, pode-se perceber que o papel do monitor é de suma importância para a EAD, exercendo a função de facilitador, agente motivador e intermediário entre os alunos e professor. (SARTORI e ROESLER 2005, p. 54)

4.4 Análise da entrevista com os coordenadores

As entrevistas foram realizadas individualmente no Instituto Serzedello Corrêa, no dia 30 de janeiro de 2013. A entrevista tinha como objetivo colher a opinião dos coordenadores sobre o papel da monitoria na educação a distância e sobre os cursos de formação que os mesmos oferecem aos monitores, bem como os pontos fortes e melhorias das formações que já foram oferecidas ao quadro de monitores.

O quadro de coordenadores [7]executivos do SEDUC é composto por oito (3) servidores efetivos do Tribunal de Contas da União. A entrevista, que se encontra no apêndice do trabalho, é composta por onze (16) perguntas e foram realizadas no próprio local de trabalho dos participantes. O objetivo foi delimitar a visão dos coordenadores sobre a EAD, a visão dos coordenadores sobre a prática de monitoria,o perfil dos monitores que eles escolhem para trabalhar no Seduc, a formação que oferecem aos novos monitores para que possam exercer a sua função e possíveis contribuições para elaboração de um curso de formação monitores do setor.

Os coordenadores executivos do Seduc possuem formação em diferentes áreas. O Coordenador 1 (C1) é formado em Administração de Empresas e possui Especialização em Design Instrucional para cursos na modalidade a distância. O Coordenador 2 (C2) é Tecnólogo em processamento de dados pela UnB, possui especialização em educação a distância pela UnB, especialização em gestão de conhecimento pela PCU/ PARANÁ e mestrado em psicologia social do trabalho pelo departamento de psicologia da UnB.

O C1 é servidor do TCU há 15 anos e o C2 trabalha no Tribunal há 19 anos. Foi perguntado há quanto tempo eles trabalham com educação a distância no Tribunal de Contas da União, o C1 afirma que trabalha na área de treinamento do TCU, especificamente com EAD desde 2009, completando 4 anos de exercício nesta área e o C2 já está trabalhando com EAD no Tribunal há 7 anos.

Ao serem questionados sobre os motivos que os levaram a trabalhar com educação a distância, foram coletadas as seguintes respostas:

> C1: “Acredito que esta modalidade educacional proporciona significativa amplitude de possibilidades. A modalidade proporciona flexibilidade aos participantes e maior alcance por parte da Instituição promotora da ação educacional. Estes fatores são de grande importância quando se trabalha em projetos voltados à Educação Corporativa.”
> C2: “Me interessei pela área muito mais pela curiosidade, pois frequentei cursos a distância pela internet, tive acesso a matérias de cursos a distância impressos, com isso passei a ler artigos na internet sobre o tema e me interessei bastante. Isso aconteceu há mais de dez anos, no início eu acreditava que os problemas relacionados à EAD eram muito mais técnicos, porque eu trabalhava na área de informática, e não conhecia toda a

[7] Vale ressaltar que a pesquisa foi feita apenas com os coordenadores executivos porque no Seduc são eles que trabalham diretamente com a equipe de monitoria, foco desta pesquisa.

> complexidade pedagógica que havia atrás das ações educacionais a distância."

Ao analisar as respostas é possível perceber que os motivos que fizeram estes profissionais trabalharam com educação a distância foram diferentes para cada um deles. Enquanto o C1 afirma ter se interessado pela área por acreditar que esta possibilita maior alcance flexibilidade para os participantes e para a instituição, ressaltando a importância da EAD para à Educação Corporativa, o C2 demonstra que se interessou pela área por curiosidade e após aprofundar o seu conhecimento pela área percebeu que os problemas relacionados á ela não são apenas técnicos, mas envolvem uma série de ações pedagógicas.

Perguntados se receberam de algum curso de formação promovido pelo TCU para darem início ao trabalho com em educação a distância no Tribunal todos os coordenadores responderam negativamente. O C1 relatou que inicialmente não houve nenhum treinamento, mas que ao longo do tempo, por inciativas próprias, passou a participar de alguns cursos voltados para a área e que atendesse às suas necessidades profissionais, como o curso de Pós-Graduação que frequentou recentemente. O C2 afirmou não ter participado exatamente de um curso de formação, em 2006 participou de um Projeto de coordenação de ações em EAD no Tribunal, este projeto foi realizado em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o coordenador afirmou que foi muito enriquecedor, pois houve uma grande troca de experiência entre as instituições, afirmou ainda que como a prática em EAD no Tribunal era muito recente, eles tinham muitas dúvidas, que foram sanadas através das trocas de experiências. As outras formações que recebeu foram por conta de iniciativas próprias, por meio dos cursos de especialização que cursou e pelo mestrado.

Foi perguntado aos participantes se eles achavam a modalidade de educação a distância eficaz, todos os responderam positivamente a essa pergunta. O C1 afirmou que modalidade é bastante eficaz. O C2 respondeu que com certeza considera a modalidade eficaz, uma definição muito boa que ouviu de um professor do CEAD/UNB é que daqui a algum tempo não existirá mais fronteiras entre as modalidades de educação, ou seja não haverá mais "Educação a distância", e sim, apenas a Educação. Em relação a questão de aprendizagem acredita que a EAD oferece uma série de vantagens, principalmente para cursos de especialização de

adultos, que muitas vezes não poderiam realizar o curso se não fosse a distância. Acredita também que em critérios de qualidade, tanto a educação presencial, quanto a distância podem ter o mesmo nível de eficácia.

Em relação à plataforma Moodle foi pedido que os coordenadores avaliassem os recursos desta plataforma para realização dos cursos. O C1 respondeu que embora existam outros ambientes virtuais de aprendizagem, a plataforma Moodle demonstra ser bastante adequada para realização dos cursos promovidos pelo ISC/TCU. O C2 Acredita que o Moodle atente plenamente aos requisitos dos cursos ofertados, pois possui ótimos recursos de apoio pedagógico, facilitando a elaboração do curso, a correção, também a questão das notas, pois os recursos do Moodle são bem didáticos..

Em relação à prática da monitoria no Seduc foi perguntado aos participantes desde quando está prática está presente no Tribunal. O C1 respondeu que até onde sabe, o papel funcional do monitor sempre esteve presente nas ações educacionais a distância promovidas pelo TCU. O C2 afirmou que desde o início da prática da monitoria está presente nas ações de educação a distância no Tribunal. Ele explicou que, o modelo de monitoria utilizado no TCU foi copiado do Interlegis [8], que é gestado pelo Senado e também oferece cursos de formação. Porém lá, o monitor muitas vezes exerce um duplo papel onde exerciam funções de monitoria e de tutoria, já no Tribunal o monitor trabalha apenas com a questão operacional e não com a do conteúdo.

Sobre o processo de seleção e pré-requisitos para a contratação monitores do Seduc, o C1 afirmou que atualmente, os candidatos a ocuparem vagas de monitores são submetidos a um processo de entrevista e análise curricular. Informou ainda, que preferencialmente e dentro do possível são contratados aqueles que já apresentem alguma experiência na área de educação a distância, o único pré-requisito exigido é se encontrar na situação de graduando nos cursos de Pedagogia e/ou Letras, que segundo ele são as áreas que melhor atendem as necessidades do setor de EAD. O C2 respondeu que os monitores são selecionados através de

[8] O Interlegis é um programa desenvolvido pelo Senado Federal, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de modernização e integração do Poder Legislativo nos seus níveis federal, estadual e municipal. Possui um programa de educação a distância que destinados aos membros do Poder Legislativo que buscam capacitação continuada para a melhoria de suas atividades profissionais. Fonte: http://www.interlegis.leg.br/capacitacao/cursos-ead

entrevista, o pré-requisito é que devem ser estudantes de graduação da área de educação. Assim como o C1 afirmou, dá-se preferência para quem já tem experiência em EAD, e complementou que esta experiência não precisa ser necessariamente como monitor, mas que pelo menos tenha feito alguma disciplina em EAD, ou já conheça alguma plataforma Moodle, ressaltou ainda, que como existe um projeto para a oferta dos cursos na América latina, 20% dos monitores precisam ter fluência em espanhol.

Perguntados sobre o que consideram como papel do monitor na educação a distância foram obtidas as seguintes respostas:

> C1: "O papel do monitor é dar suporte à coordenação do curso, bem como auxiliar o tutor da ação educacional durante todo o transcorrer do curso. Da mesma forma, o monitor será o responsável pelo acompanhamento do participante, prestando todo auxílio necessário para que este aluno conclua a ação educacional com êxito.".
> C2: "O monitor possui a função de apoio, é ele quem controla a presença, ausência e notas dos alunos, também verifica quem "não está se comportando direito", verifica os alunos que não participam dos fóruns, ou faltam com educação com os outros alunos. Além da questão operacional que também é muito importante, como saber manusear a plataforma. Assim, o principal papel é recepcionar os participantes, encurtando a distancia entre a instituição e os alunos, para que o aluno não se sinta isolado. Uma questão muito importante é a questão da interpessoalidade, para que o participante persista no curso.".

Analisando as respostas dos coordenadores é possível perceber que um dos papeis, que mais se destaca na prática de monitoria no Tribunal de Contas da União é o trabalho de acompanhamento do participante. Outro papel do monitor que é bastante destacado pelos coordenadores é o de mediação de contato entre os participantes, a tutoria e a coordenação do curso.

Na próxima questão foi perguntado aos coordenadores como eles classificavam a importância da prática de monitoria na educação a distância.

> C1: "A participação do monitor é essencial para o êxito de uma ação educacional a distância, pois desonera o tutor de obrigações não relacionadas ao conteúdo, além de prestar significativo suporte à coordenação responsável pela ação educacional. Do mesmo modo, a atuação do monitor junto aos participantes de uma ação educacional demonstra ser fator de grande importância, impactando inclusive na redução dos índices de evasão."
> C2: "Dentre as questões que mencionei na outra pergunta o que considero como principal é a questão de evitar que o aluno evada do curso, dando uma atenção especial nas questões das duvidas quanto a cronograma, entre outras. Certo dia li uma pesquisa em que o pesquisador perguntava

> por que a pessoa persistiu no curso, e seguindo os resultados posso afirmar a importância no monitor na pratica de execução é isso: ajudar o participante a persistir no curso.”.

Observa-se que para os coordenadores, a prática de monitoria é de grande importância para as ações educacionais a distância, e o ponto mais destacado pelos coordenadores é a atuação da monitoria no sentindo de evitar a evasão dos alunos.

Aires e Lopes (2010) relatam a importância da organização da instituição para o apoio ao aluno, onde efetiva aproximação e acompanhamento dos alunos se mostra bastante eficaz no combate à evasão nos cursos a distância:

> “Uma organização assim planejada, teve na ação tutorial um suporte essencial, sobretudo por ser um mecanismo gerador da necessária aproximação com os alunos para facilitar sua aprendizagem e promover as interações requeridas pela abordagem da proposta formativa. Além disso, a tutoria, prática essencial nos sistemas de educação a distância, teve como um de seus principais focos a promoção de uma experiência mais humanizada e inclusiva, criadora da sensação de pertencer, diminuindo a evasão, um dos mais graves problemas que enfrenta a modalidade.” (p.259)

É necessário ressaltar, que embora as autoras citem a prática de tutoria como responsável pela diminuição da evasão, conforme exposto anteriormente, cada instituição desenvolve o papel dos agentes de apoio em EAD de forma diferente, e como pode ser observado nas falas dos coordenadores, no Tribunal de Contas da União os monitores também são responsáveis por esta prática.

Em relação à formação que oferecem aos monitores, foi perguntado aos coordenadores se já ofereceram algum curso de formação para monitores. Os coordenadores deram as seguintes respostas:

> C1: “Sim, atualmente, os recém-contratados são submetidos a treinamentos e acompanhamento *on job*.”.
> C2: “Sim, porém o curso era mais informativo, no sentido mais de conhecimento da utilização do sistema e das formas de como lidar com os participantes.”.

Verifica-se que os monitores recebem formação para sua prática, e que os monitores ao iniciarem seu trabalho também são acompanhados, o termo “*on job”*, citado pelo C1 significa que os monitores possuem acompanhamento durante o seu trabalho e não num curso específico direcionado a monitoria. O C2 afirma que os

cursos ministrados possuem caráter informativo, ou seja, priorizam informações referentes à atuação do monitor e não a prática propriamente dita.

Como as respostas dos coordenadores sobre a formação da monitoria foram muito breves, foi pedido que avaliassem as formações que já foram oferecidas aos monitores, no sentido de destacarem os pontos fortes e refletirem sobre o que poderia ser melhorado nas futuras formações que serão oferecidas.

> C1: “Os cursos ofertados aos monitores procuravam abordar os aspectos inerentes ao exercício da atividade. Neste sentido, acredito que o principal ponto forte é a amplitude das informações tratadas no curso. Talvez o ponto fraco a ser destacado seja o pouco tempo que podemos dedicar para a realização do curso, visto que os monitores contratados precisam iniciar suas atividades o mais brevemente possível.”.
> C2: “Como os cursos eram mais informativos, a formação acaba se concentrando mais nos aspectos cognitivos, e durante o curso eram trabalhadas as relações interpessoais, onde os monitores mais antigos ajudavam na formação dos novos tirando duvidas sobre as relações com os participantes. Este era o ponto forte e também o que deve ser melhorado, pois sempre tivemos a sorte de nunca recebermos novos monitores sem a ajuda de monitores antigos, então os antigos acabam ajudando os novos, o que não é feito por acaso e sim intencionalmente para que haja a troca de experiências.”.

Assim, analisando as duas respostas é possível observar que as formações direcionadas aos monitores estão centradas no caráter informativo, e que a efetiva prática da monitoria é exercida durante o seu trabalho (“*on job”*), onde os monitores novos acompanham os antigos no exercício da monitoria. Dessa forma, verificou-se que o monitor adquire maiores conhecimentos sobre o seu papel já durante a sua atuação e não por meio dos cursos de formação oferecidos pelo Tribunal de Contas da União.

Ainda sobre a formação dos monitores, foi pedido aos coordenadores que considerando os aspectos que deveriam ser melhorados nos cursos de formação de monitores, que abordassem os principais aspectos que devem ser tratados em uma formação direcionada à atividade de monitoria. Foram obtidas as seguintes respostas:

> C1: “A utilização da linguagem adequada para ações educacionais a distância; A efetiva utilização das ferramentas do ambiente virtual de aprendizagem; A demonstração de “como trabalhar aspectos motivacionais relacionados à participação e permanência dos alunos na ação educacional”; A utilização de ferramentas responsáveis pela coleta de dados que auxiliarão na gestão do trabalho.”.

> C2: “Um curso de formação de monitores precisa abordar muito mais o caráter atitudinal do que o operacional. O principal aspecto que deve ser tratado num curso de formação de monitores é a prática, não é interessante que o monitor apenas leia um conteúdo relacionado ao seu trabalho, mas que além do conteúdo ele tenha exercícios práticos.”.

Constata-se que, segundo os coordenadores, os principais aspectos a serem tratados em curso de formação de monitores, remetem a utilização da ferramenta virtual de aprendizagem, bem como aspectos motivacionais. Um ponto muito destacado foi atuação prática dos monitores

Sobre os monitores que não receberam formação ao iniciarem sua atividade de monitoria no TCU foi perguntado aos coordenadores se eles identificaram alguma dificuldade na prática de monitoria. Todos os coordenadores afirmaram incisivamente que a ausência de treinamento inicial gera muitas dificuldades para o desempenho na atuação como monitor.

CAPÍTULO V – PROPOSTA DE CURSO PARA FORMAÇÃO DE MONITORES

Em resposta a pesquisa apresentada no capítulo anterior, este capítulo busca consolidar os dados obtidos através da pesquisa e transformá-los em um instrumento para a criação de um curso. Dessa forma, este capítulo trás a proposta de um curso de formação de monitores, a fim de capacitá-los efetivamente para a sua prática de monitoria no âmbito do Tribunal de Contas da União.

5.1 Grupo de discussão sobre dos dados da pesquisa

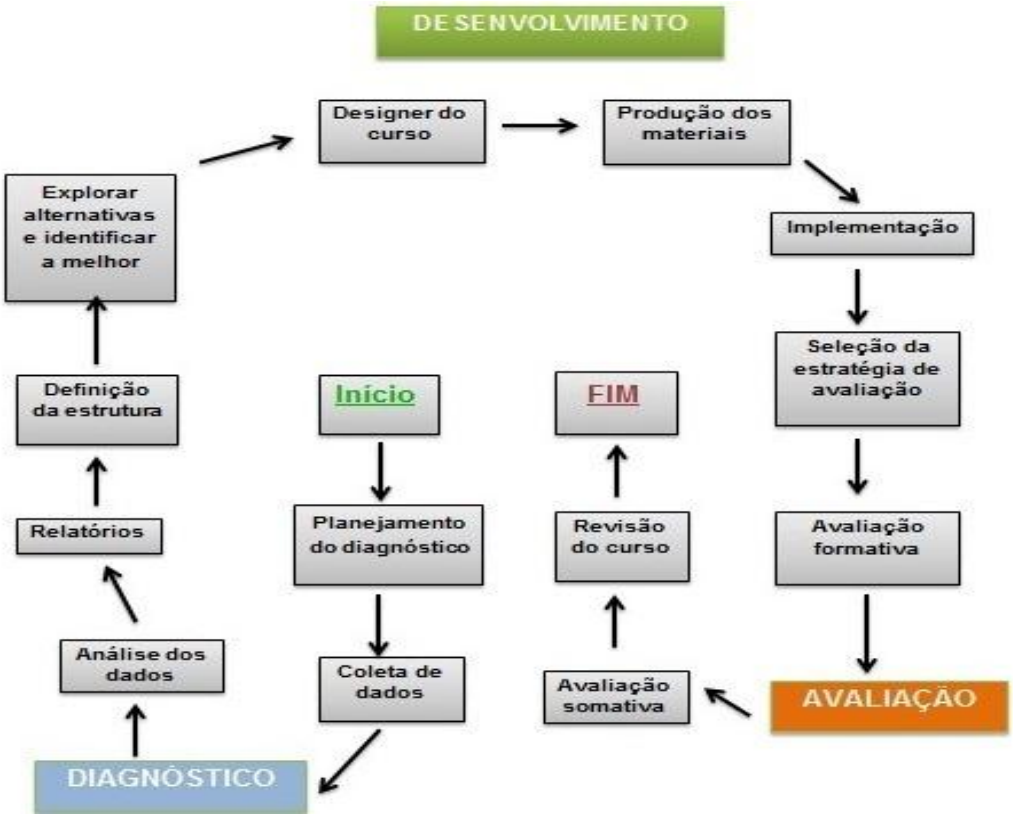
Esta pesquisa tem como um dos objetivos construir uma proposta de curso de formação para os monitores do Seduc, os dados obtidos através do questionário e da entrevista com os coordenadores foram consolidados e transformados um curso para capacitação dos monitores do TCU.

Porém, após a análise dos resultados autora sentiu a necessidade de obter mais informações dos monitores sobre os principais aspectos que devem ser tratados num curso para formação de monitores.

Dessa forma, foi realizado no dia 18 de fevereiro 2013 às 14 horas, um grupo de discussões sobre os dados obtidos na pesquisa, neste momento foram apresentados os dados e solicitado que os monitores, caso achassem necessário, agregassem novas características a serem abordadas no curso. Os objetivos das aulas e unidades também foram criados em conjunto, assim esta proposta de curso é fruto de uma pesquisa com a importante contribuição da equipe de monitoria do TCU.

Deste modo, o curso será organizado no modelo proposto por Easmond (1994, apud PRETI, 2000, p. 163). O modelo proposto pelo autor considera que a avaliação das necessidades tem o mesmo peso do desenvolvimento e da avaliação formativa do curso e deve considerar os seguintes estágios:

Figura 7 – Organização de um curso a distância passo a passo



Fonte: Eastmond (1994)

Em seu modelo o autor sugere algumas estratégias para a obtenção dos dados para a realização do curso, que são: questionário, entrevistas, pesquisa documental, observação participativa, grupos de discussão, envolvimento da comunidade. Destaca também a importância da análise dos dados e do envolvimento da instituição para o sucesso da ação educacional.

Algumas dessas sugestões foram utilizadas para a montagem da proposta do curso, como as entrevistas feitas com os coordenadores, os questionários aplicados aos monitores, e o grupo de discussão que serviu como para a consolidação dos dados obtidos e consequentemente o aprimoramento da proposta.

5.2 Justificativa e objetivo do curso

O curso visa a capacitação de monitores para fins pedagógicos e executivos em suas funções exercidas no Tribunal de Contas da União. Espera-se que através de atividades práticas baseadas na dinâmica de trabalho do ISC/Seduc, o monitor

domine os sistemas corporativos do TCU (ISCNet e AVEC-TCU) e seja capaz de auxiliar os participantes dos cursos a distância na utilização do AVEC-TCU, na resolução de dúvidas quanto às etapas de execução do curso.

5.3 Perfil dos participantes

Como o curso será ministrado no âmbito Tribunal de Contas da União, o público alvo será a equipe de monitoria do Serviço de Educação a distância do referido Tribunal. A proposta inicial é a oferta deste curso aos novos monitores que iniciarão a prática de monitoria nos próximos meses.

5.4 Organização curricular do curso

O curso será iniciado com a ambientação, e posteriormente será dividido em três unidades. Conforme descrito a seguir:

Tabela 1: Matriz curricular – Curso Formação de Monitores

Matriz curricular – Curso formação de monitores	Carga Horária
- **Ambientação:** Conhecendo a estrutura do curso	4 h
- **Unidade I:** Bem-vindo (a) ao TCU	4 h
- **Unidade II:** Prática no ISCNet e AVEC-TCU **Aula 1**: Noções de ISCNet; **Aula 2:** Administração do AVEC-TCU; **Aula 3:** Recursos e atividades do AVEC-TCU.	14 h
- **Unidade III:** Prática de monitoria no Seduc **Aula 1:** A prática da monitoria na EAD; **Aula 2:** Situações de atendimento ao público.	8 h
Total:	30 h

Fonte: Autora

- **Ambientação:** É o momento destinado para que os participantes conheçam a estrutura do curso e se familiarizem com as ferramentas do ambiente virtual de aprendizagem (Moodle). Os participantes devem realizar a leitura do “Guia do Participante”, “Cronograma” e “Guia de utilização do AVEC e FORUM”. Além disso, devem realizar as leituras referentes à educação a distância no contexto atual e participar das discussões via fórum a cerca do tema. Cada participante

também deve fazer sua apresentação no fórum “Apresente-se aqui” para que haja maior interação entre todos.

- **Unidade I:** Esta unidade tem o objetivo se situar o monitor no seu local de trabalho. O participante conhecerá o papel da educação corporativa no Tribunal de Contas da União, que passará pelo trabalho do Instituto Serzedello Corrêa na e pelo trabalho do Serviço de Educação a Distância na dinâmica coorporativa do Tribunal. Esta unidade também terá uma breve introdução sobre as ações educativas em EAD, o perfil dos participantes e uma breve noção teórica dos sistemas coorporativos (Portal TCU, AVEC e ISCNet).
- **Unidade II:** Esta unidade do curso será divida em três aulas:
  - Na primeira aula os participantes identificarão as funções básicas do ISCNet (ferramenta de apoio à gestão dos cursos) relacionadas ao processo de execução e enceramento de um curso a distância oferecido pelo Seduc.
  -Na segunda aula os participantes conhecerão a administração dos recursos do AVEC-TCU, onde terão uma visão ampla da ferramenta e aprenderão a criar um curso na plataforma de aprendizagem.
  -Na última aula os participantes terão um contato mais minucioso com os recursos e atividades do AVEC-TCU e aprenderão a função de cada recurso, que são requisitos essenciais à prática de monitoria no Tribunal
  Unidade III: A última unidade, dividida em duas aulas, tem como objetivo promover a conscientização do monitor sobre a sua própria prática no Seduc:
  -Na primeira aula serão tradados os processos de trabalho numa ação educacional em EAD, já demonstrando em que processos o monitor atua. E por fim o conceito sobre atuação e o papel do monitor na educação a distância, nesta mesma aula o aluno terá contato com a dinâmica de trabalho dos agentes responsáveis pelos cursos a distancia do SEDUC, principalmente a prática da monitoria.
  -Na segunda aula os participantes terão contato com situações de simulações de atendimento ao público e as atividades desta aula se concentrarão em atividades práticas.

5.5 Critérios de aproveitamento

Esta ação educacional prevê, como projeto final, a elaboração e execução de um curso teste a distância, em que o novo estagiário exercerá a função de monitoria. Os participantes (alunos) do curso elaborado pelo novo monitor serão os monitores antigos, os quais postarão frequentemente dúvidas a serem solucionadas pelo monitor.

As tarefas offline desta ação educacional consistem na elaboração de um curso no AVEC-TCU, o qual será supervisionado pelos tutores (estagiários antigos). Esse curso deverá ser desenvolvido e executado de acordo com um roteiro (plano instrucional e cronograma do curso) previamente estabelecido. O *feedback* será dado ao decorrer do processo de execução, havendo sua consolidação no espaço reservado para comentário na tarefa *off-line* ou nos *Fóruns*, seguindo os critérios de correção.

5.6 Critérios de avaliação de aprendizagem

A avaliação de aprendizagem ocorrerá durante todo o processo da ação educacional, se dará dessa forma durante todo o curso, por meio de questionários de resposta automática; Tarefa (Envio avançado); Participação de fóruns de reflexão e atividades práticas *off-line* (que resultarão no trabalho final do curso). Seguem os pesos que deverão ser atribuídos às atividades:

Tabela 2: Matriz de Avaliação – Curso Formação de Monitores

Matriz de Avaliação	Peso
- Fóruns	30 pontos
- Questionários	20 pontos
- Tarefa (envio avançado)	15 pontos
- Tarefas *off-line*	35 pontos
Total:	**100 pontos**

Fonte: Autora

5.7 Plano Instrucional do curso

- **Ambientação**

Objetivos Específicos	Conteúdos	Recursos	Atividades	Peso	Carga Horária
- Conhecer a estrutura do curso; - Promover a interação dos/as participantes; - Reconhecer a educação a distância como importante modalidade de ensino.	- Informações gerais sobre o curso, tais como objetivos; cronograma e avaliações; - Vantagens e desvantagens da modalidade à distância (flexibilidade, autonomia, autodisciplina, etc.)	- HTML (Livro): Manual do usuário; - Diretório - Fóruns.	- Fórum de apresentação; - Fórum temático. - Pré-Teste	- Não há pontuaçã o para esta etapa do curso.	4 horas

Tabela 3: Ambientação
Fonte: Autora.

- **Unidade I:** Bem-vindo (a) ao TCU

Objetivos Específicos	Conteúdos	Recursos	Atividades	Peso	Carga Horária
- Compreender a dinâmica corporativa do ISC/Seduc; - Sensibilizar para a importância da EAD como modalidade de capacitação profissional no TCU. - Compreender a dinâmica de trabalho dos agentes responsáveis pelos cursos a distancia do Seduc, principalmente a prática da monitoria.	- O papel da educação corporativa no TCU: O instituto Serzedello Corrêa; - A EAD no ambiente corporativo: Conhecendo o trabalho do Seduc. - Introdução: 1) Ações educacionais promovidas pelo Seduc; 2)Perfil dos participantes; 3) Noção de Sistemas corporativos: - Portal TCU; - AVEC-TCU; - ISCNet.	- HTML (Livro): Manual do usuário; - Diretório - Fórum - Questionário	- Questionário de aprendizagem.	10 pontos	4 horas
			- Fórum Temático.	5 pontos	
			Total da Unidade:	15 pontos	

Tabela 4: Bem-vindo (a) ao TCU
Fonte: Autora

- **Unidade II:** Prática no ISCNet e AVEC-TCU
  Aula 1: Noções de ISCNet

Objetivos Específicos	Conteúdos	Recursos	Atividades	Peso	Carga Horária
- Identificar as funções básicas do ISCNet relacionadas ao processo de execução de um curso a distância do SEDUC; -Dominar e manusear as principais funções do ISCNet.	- Funções do ISCNet: 1) Consulta de cursos e participantes; 2) Abas: Eventos; Inscrições; Participantes; 3) Menu secretaria; 4) Carrega Notas do Moodle; 5) Mover participantes por Unidade; 6) Mover participantes do ISCnet para o Moodle; 7) Grava lista Moodle; 8) Menu Comunicações; 9) Etapa de Processo: Status de participantes; Procedimentos de cancelamento; Inscrição e matrícula de participantes.	- Tutoriais: Captivate/ Vídeo; - HTML (Livro): Manual do usuário; -Fórum.	- Questionário de Aprendizagem.	10 Pontos	4 horas
			-Fórum "Estudo de Caso".	5 pontos	
			Total da aula:	15 pontos	

Tabela 5: Noções de ISCNet.
Fonte: Autora.

- **Unidade II**: Prática no ISCNet e AVEC-TCU
  Aula 2: Administração do AVEC-TCU

Objetivos Específicos	Conteúdos	Recursos	Atividades	Peso	Carga Horária
- Dominar a administração de um curso AVEC-TCU (Moodle); - Identificar os recursos e conseguir diferenciar as ferramentas do AVEC.	- Administração do site Moodle: Acrescentar/ modificar cursos; -Administração de usuários: Acrescentar, remover e procurar na lista de usuários, Upload Users from file. - Administração do Curso: Backup, restaurar, configurações gerais, notas, arquivos, perfil, relatórios;	- Tutoriais: Captivate /Vídeo; - HTML (Livro): Manual do usuário; - Fórum	- Tarefa off-line: 1) Crie um curso no Moodle com as configurações padrões, na categoria Testes (deixar OCULTO); 2) Formate o curso de acordo com o modelo do SEDUC; 3) Restaure o Guia do Participante e Manual do usuário do curso modelo.	15 pontos	6 horas
			Fórum "Estudo de Caso".	5 pontos	
			Total da aula:	20 pontos	

Tabela 6: Administração do AVEC-TCU.
Fonte: Autora.

- **Unidade II:** Prática de monitoria: AVEC-TCU e ISCNet
  Aula 3: Recursos e atividades do AVEC-TCU

Objetivos Específicos	Conteúdos	Recursos	Atividades	Peso	Carga Horária
- Manusear os recursos e atividades do AVEC-TCU	Recursos e atividades do AVEC-TCU: -Livro; -Link a um arquivo ou site; -Inserir rótulo, -Criar uma página web; -Visualizar um diretório; -Chat; -Enquete; -Fórum; -Questionário; -Tarefas	-Tutoriais: Captivate /Vídeo; - HTML (Livro): Manual do usuário; - Fórum	- Tarefa off-line: Monte os recursos e as atividades no seu curso conforme o roteiro apresentado	10 pontos	4 horas
			- Fórum "Estudo de Caso".	5 pontos	
			Total da aula:	15 pontos	

Tabela 7: Recursos e atividades do AVEC-TCU.
Fonte: Autora.

- **Unidade III:** Prática de monitoria no Seduc
  Aula 1: Prática da monitoria no Seduc

Objetivos Específicos	Conteúdos	Recursos	Atividades	Peso	Carga Horária
- Identificar o processo de trabalho num evento educacional a distância. - Familiarizar-se com o trabalho do monitor; - Compreender o processo de trabalho do monitor no Seduc; - Identificar os agentes envolvidos num curso a distância no Seduc;	- Processo de trabalho num evento educacional a distância: 1)Diagnóstico,; 2)Planejamento; 3)Execução ; 4) Avaliação - Conceito e o papel da monitoria na EAD; - A prática de monitoria no Seduc; - Agentes envolvidos na ação educacional a distância no Seduc: 1)Coordenador executivo; 2) Coordenador pedagógico; 3)Conteudista; 4) Tutor.	- HTML (Livro): Manual do usuário; -Fórum.	-Tarefa (envio avançado): Elaborar um questionário para os antigos monitores do Seduc a respeito da sua prática. O questionário deve ser por e-mail e posteriormente postado no ambiente do curso.	15 pontos	4 horas
			- Fórum de reflexões sobre o papel do monitor.	5 pontos	
			Total da Aula:	20 pontos	

Tabela 8: Prática da monitoria no Seduc.
Fonte: Autora.

- **Unidade III:** Prática de monitoria no Seduc
  Aula 2: Situações de atendimento ao público

Objetivos Específicos	Conteúdos	Recursos	Atividades	Peso	Carga Horária
- Identificar situações de atendimento aos participantes.	- Simulações de atendimento ao público: 1) E-mail; 2) Telefone; 3) Fórum de dúvidas "Fale com a Monitoria".	- Depoimentos: Captivate/ Vídeo; - Fórum.	-Tarefa off-line: Simular a atividade de monitoria no curso criado.	10 pontos	4 h
			- Fórum "Aprendendo com a prática".	5 pontos	
			Total da aula:	15 pontos	

Tabela 9: Situações de atendimento ao público.
Fonte: Autora.

5.7 Certificação e expedição aos concluintes

O certificado deverá ser expedido ao final do curso aos alunos que obtiverem desempenho igual ou superior a sessenta pontos. Nele deverão constar os seguintes dados: nome da instituição que ministrou o curso, nome do aluno, Cadastro de Pessoa Física (CPF) do aluno, data de conclusão e nome do curso. Os certificados possuem autenticação eletrônica (código alfanumérico) e, por isso, não é necessária a assinatura manual do Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo verificar o papel dos monitores nos cursos de educação a distância oferecidos pelo Tribunal de Contas da União e buscou analisar a formação que estes monitores recebem.

Constata-se no desenvolvimento da pesquisa que os próprios monitores definem a sua prática como um importante instrumento para o sucesso da ação educacional. Para os monitores a prática de monitoria no TCU vai além do suporte técnico, pois também envolve atividades relacionadas à mediação entre todos os agentes envolvidos na ação em EAD.

Percebe-se que as funções dos monitores do Seduc são bem parecidas com as citadas por Moraes e Torres (2003),onde algumas das atribuições dos monitores são:

> 1)**Conhecer os participantes de seu grupo de estudo**; 2)**Dar retorno regular aos alunos;** 3)**Iniciar a interação entre os participantes do curso;** 4)**Preparar previamente os detalhes relativos ao curso**; 5)Fazer um levantamento das necessidades dos alunos; 6)Levar em consideração os compromissos dos alunos. 7)**Orientar os alunos no início do curso** (ou antes) em relação aos novos métodos de estudo e à tecnologia utilizada, estimulando o uso das mídias disponíveis; 8) **Ajudá-los a resolver problemas técnicos durante** o curso ou encaminhá-los a um profissional que possa esclarecer suas dúvidas; 9)Produzir e disponibilizar os questionários de avaliação do curso e das disciplinas; 10)Levantar, analisar e divulgar os dados estatísticos relativos ao curso; 11)Realizar, juntamente com o coordenador do curso avaliações abordando questões relacionadas ao andamento do curso; 12)Acompanhar/observar as aulas pela vídeo conferência, pelo menos uma vez a cada quinzena, para cada professor; **13)Verificar diariamente o site do curso, situação dos links, estatísticas de utilização e disponibilização de documentos por professores e alunos,** encaminhando os problemas técnicos aos responsáveis;

As características que estão em negrito, foram reconhecidas como inerentes a prática de monitoria no Tribunal de Contas da União. Dessa forma, ao analisar as respostas dos monitores e coordenadores, entende-se a atividade de monitoria no Seduc é bastante expressiva no desenvolvimento e execução dos cursos a distância, já que os monitores são responsáveis pela montagem e configuração dos cursos na plataforma de aprendizagem AVEC-TCU, mas além desta atividade também acompanham os participantes do curso, no sentindo de solucionar dúvidas

referentes a questões técnicas do curso, ou atuar como mediador entre o aluno e coordenação, ou aluno e tutor.

Após concluir as verificações dos dados do questionário aplicado aos monitores, é possível perceber que a equipe do Seduc é preocupada com a formação dos monitores, já que (72%) dos monitores entrevistados receberam algum tipo de formação ao iniciarem seus trabalhos como monitores no Seduc. Porém, verificou-se que 28% dos participantes não receberam nenhum tipo de formação, o que se configura como uma quantidade expressiva de monitores. Respondendo a um dos objetivos específicos desta pesquisa, é possível detectar que a formação que o Tribunal de Contas da União oferece a seus monitores está mais centrada em aspectos informativos.

Esta constatação vai de encontro o que foi verificado na avaliação do curso de formação de monitores [9], onde o item "Relação da teoria apresentada no treinamento com a efetiva prática de monitoria" foi um dos itens que recebeu a menor média entre os itens avaliados pelos monitores. Demonstrando assim, a necessidade de mais atividades práticas em cursos direcionados a execução das atividades dos monitores no TCU.

Um ponto importante que deve ser destacado, é que a análise da pesquisa num sentindo geral, demonstrou que a eficácia da formação exclusivamente teórica/informativa não se constitui como o melhor instrumento para o exercício da atividade de monitoria no Seduc. O que pode ser verificado tanto nas respostas dos monitores, quanto na dos coordenadores. Já que quando questionados sobre os aspectos essenciais a uma formação voltada para a prática de monitoria, alguns monitores mencionaram a importância de atividades práticas durante o curso de formação como pode ser verificado nos trechos a seguir: " [...] atividades referentes à atuação do monitor no ambiente virtual..." [...] montagem e configuração de cursos no AVEC..."; "[...] como montar os cursos no Moodle..". Quando perguntados sobre os principais aspectos que devem ser tratados num curso de formação de monitores, os coordenadores também reforçaram a inserção de atividades práticas : " A efetiva utilização das ferramentas do ambiente virtual de aprendizagem..." C2: "O principal aspecto que deve ser tratado num curso de formação de monitores é a prática."

[9] Ver "**Gráfico 8:** Avaliação dos cursos de formação de monitores".

Logicamente, um curso de formação não conseguirá suprir todos os questionamentos e dúvidas relacionadas à prática de monitoria, o exercício da função de monitor é bem dinâmico e só pode ser compreendido em sua totalidade na efetiva prática. Mas o monitor que inicia seu trabalho precisa de um suporte para compreensão de suas atribuições, como grande parte das atribuições dos monitores são questões técnicas relacionadas ao ambiente de aprendizagem, a elaboração de um curso de formação se configura como uma boa estratégia para solucionar eventuais dificuldades.

Dessa forma, a partir das informações constatadas na pesquisa, verificou-se que as formações oferecidas aos monitores sempre estiveram ligadas mais ao caráter teórico do que prático. O outro objetivo específico desta pesquisa era construir uma proposta de curso de formação para os monitores do Seduc com base nos dados obtidos na pesquisa, este objetivo foi atendido, já que a formação oferecida aos monitores mesmo sendo boa, não contempla todos os aspectos relacionados à prática da monitoria.

Neste sentido, foi proposto um curso de formação de monitores mais concentrado na própria prática da monitoria. Conforme já destacado, um curso de formação de monitores precisa aliar a teoria e à prática, dando certa priorização aos aspectos práticos da atividade do monitor.

Porém, após a análise dos resultados autora sentiu a necessidade de obter mais informações dos monitores sobre os principais aspectos que devem ser tratados num curso para formação de monitores. A autora percebeu que apesar do bom suporte que os dados obtidos na pesquisa ofereciam, a proposta de curso poderia ser ainda enriquecida, através da discussão e definição dos objetivos junto aos próprios monitores. Assim a proposta de curso de formação de monitores, é um trabalho em conjunto formulado pela equipe de monitoria do Seduc.

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

A conclusão do curso de Pedagogia significa para mim uma grande conquista! Ao escrever estas linhas percebo o quanto cresci como pessoa e como profissional ao longo dos anos que estive no curso de Pedagogia. Entrei na Universidade de Brasília com apenas dezesseis anos de idade, e hoje sei que grande parte do que sou se deve aos momentos que vivenciei na Faculdade de Educação. Se hoje posso dizer que me tornei uma pessoa e consequentemente uma profissional mais consciente, crítica e até mesmo mais sensível às diversas situações em que estamos expostos na nossa vida, se deve em grande parte se deve à formação que recebi.

Como perspectiva profissional, pretendo dar continuidade ao que aprendi na Faculdade de Educação. Inicialmente pretendo lecionar, preferencialmente em turmas de terceiro ao quarto ano, pois durante minhas experiências de estágio tive contato com esta faixa etária e me identifiquei bastante. Considero estar preparada para lidar com o desafio da sala de aula, conforme exposto no meu memorial, eu acredito que a educação tem o poder de mudar a vida das pessoas e eu pretendo poder fazer a minha parte na minha sala de aula.

Pretendo também continuar meus estudos fazendo uma pós-graduação, na área de Designer Instrucional, pois eu também acredito na eficácia da educação a distância, esta área me chamou muito atenção e despertou cada vez mais interesse. Eu acredito na educação a distância como uma forma de democratização do ensino, assim, pretendo desenvolver e aprofundar cada vez mais os meus estudos nesta área.

Espero poder trilhar o meu futuro, colocando em prática o que aprendi no curso de Pedagogia. Pois, este curso despertou o melhor que há em mim, ao longo do tempo aprendi a amar a Pedagogia e, hoje, digo com todo orgulho que sou Pedagoga por opção.

REFERÊNCIAS

AIRES, Carmenísia Jacobina e LOPES, Ruth Gonçalves de Faria. Gestão na educação a distância. In: SOUZA, Amaralina Miranda de, FIORENTINI, Leda Maria Rangearo e RODRIGUES, Maria Alexandra Militão. (Org.). **Educação superior a distância:** Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR). Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2009.

ALVES, Lucineia. **Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf> Acesso em: 20 de dezembro de 2012.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. São Paulo: Cortez Editores Associados, 1999.

BERNARDO, Viviane. **Educação a distância: fundamentos.** Universidade Federal de São Paulo UNIFESP. 2000. Disponível em: < http://www.virtual.epm.br/material/tis/enf/apostila.htm#HISTÓRICO>. Acesso em: 12 de dezembro de 2012.

CAVALCANTI, Francisco de Queiroz Bezerra. **Da necessidade de aperfeiçoamento do controle judicial sobre a atuação dos Tribunais de Contas visando a assegurar a efetividade do sistema.** Revista do Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, 2006, p.9

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA; Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Person Prentice, 2007.

COSTA, Karla da Silva; FARIA Geniana Guimarães**. EAD – Sua origem histórica, evolução e atualidade brasileira face ao paradigma da educação presencial.** 2008. Disponível em: < http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008104927AM.pdf> Acessado em: 13 de dezembro de 2012.

DÖDING, Magrit Dorotea; MENDES, Rosana Baron Zimmer; KOVALSKI, Selma**. O papel do monitor em cursos a distância através da Internet.** VII CREAD – Congresso de Educação a Distância – Mercosul . 2003. Disponível em: <http://aprendizadocontinuo.blogspot.com.br/2007/06/o-papel-do-monitor-em-cursos-distncia.html> Aceso em: 05 de fevereiro de 2013.

EBOLI, Marisa. **Educação corporativa no Brasil: mitos e verdades**. São Paulo: Gente, 2004.

_____. O desenvolvimento das pessoas e a educação corporativa. In: FLEURY, M. T. L. (Org.). **As pessoas na organização**. São Paulo: Editora Gente, 2002. P. 185-216.

FERNANDEZ, Marcela Afonso. **Ressignificando o conceito de educação a distância na formação continuada de professores.** Dissertação de mestrado - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

FLEMMING, Diva Marília, LUZ, Elisa Flemming & LUZ, Renato André. **Monitorias e tutorias: um trabalho cooperativo na educação a distância.** 2001, 10p. Disponível: < http://www2.abed.org.br/visualizaDocumento.asp?Documento_ID=64> Acesso em: 10 de fevereiro de 2013.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos.** Porto Alegre, Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALEZ, Mathias. **Fundamentos da Tutoria em Educação a Distância**. São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

GUTIERREZ, Francisco e PRIETO Daniel. **A Mediação Pedagógica: Educação a distância alternativa.** Campinas, São Paulo: Papirus, 1994

MEDEIROS, M. F.; FARIA, E. T. (orgs.). **Educação a Distância: Cartografias Pulsantes em Movimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MOODLE. **Sítio oficial**. Disponível em: <https://moodle.org/sites> Acessado em: 10 de janeiro de 2013.

MORAN, José Manuel. **Desafios da televisão e do vídeo à escola. Disponível** em: < http://www.eca.usp.br/moran/desafio.htm> Acesso em: 03 de dezembro de 2012.

MORAES, Marialice de. **A monitoria como serviço de apoio ao aluno na educação a distância.** Tese de Doutorado, Florianópolis, 2004. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/87894/204494.pdf?sequence=1TESE!%20\0> Acesso em: 18 de dezembro de 2012.

MORAES, M. & TORRES; P. (2003). **A monitoria On Line no apoio ao aluno a distância: o modelo do LED.** Revista Digital da CVA Ricesu, Vol 2 Nº 5, Setembro 2003. Disponível em: <http://www.ricesu.com.br/colabora/n5/artigos/n_5/pdf/id_01.pdf> Acessado em: 18 de dezembro de 2012.

MOORE, Michael e KEARSLEY, Greg. **Educação a distância. Uma visão integrada**. Tradução: Roberto Galman. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

MONROE, Paul. **História da Educação**. 10ª Ed. São Paulo, Editora Nacional, 1974.

NUNES, Ivônio Barros. **Noções de educação à distância.** Revista educação à distância. Vols. 3, 4 e 5. Brasília, Instituto Nacional de Educação a Distância, dez/1993 a abril/1994. Disponível em:

<http://www.feg.unesp.br/~saad/zip/OqueeEducacaoaDistancia_Ivonio.htm>
Acessado em: 02 de janeiro de 2013.

PEREIRA, Alice Cybis (Org.). **Ambientes Virtuais de Aprendizagem – Em diferentes contextos.** Rio de Janeiro, Editora Ciência Moderna Ltda, 2007.

PETERS, Otto. **Didática do ensino a distância. Experiências e estágio da discussão numa visão internacional.** Tradução de Ilson Kayser. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

PORTAL DO TCU. **Tribunal de Contas da União**. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/TCU > Acessado em: 08 de novembro de 2012.

PORTAL DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA. Disponível em: <http://www.educor.desenvolvimento.gov.br/index> Acessado em: 10 de dezembro de 2012.

PRIBERAM. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=monitor> Acessado em: 19 de dezembro de 2012.

PRETI, Oreste (org.). **Educação a distância: Construindo significados**. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT; Brasília, 2000.

SANTOS, Ednéa O. Articulação de saberes na EaD on-line. In SILVA (org.) **Educação online: teorias, práticas. Legislação, formação corporativa**. São Paulo, Loyola, 2003;

SARAIVA. Terezinha. **Educação a distância no Brasil: lições da história**. In: Em aberto, Brasília, ano 16, n.70, abr/jun 1996. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1048/950>
Acessado em: 09 de fevereiro de 2013.

SARTORI, Ademilde e ROESLER, Jucimara. **Educação Superior a distância: gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impressos e on-line.** Tubarão: Ed. Unisul, 2005.

SERRA, Antônio Roberto Coelho e SILVA, João Augusto Ramos e. **Por uma educação sem distância: recortes da realidade brasileira**. São Luiz, Eduema, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo, Atlas, 2008.

Documentos legais

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 1996.

_____. Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Diário **Oficial da União**, Brasília, DF, 11 fev. 1998.

_____. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 20 dez. 2005.

_____. Lei nº 8.443, de 16 de julho 1992. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jul. 1992.

_____. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Dispõe sobre a organização do Instituto Serzedello Corrêa, revoga as Resoluções Administrativas nºs 71, de 06.03.86, 125, de 24.03.92, 97, de 05.07.89 e dá outras providências. Resolução nº 19, 9 de novembro de 1994. **Disponível em: <**http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/isc/legislacao_isc>

_____. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Define a estrutura, as competências e a distribuição das funções de confiança das unidades da Secretaria do Tribunal de Contas da União. Resolução nº 240, 23 de dezembro de 1994. **Disponível em: <**http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/isc/legislacao_isc>

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos monitores

Questionário - A prática de monitoria na EAD

Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Educação - FE

QUESTIONÁRIO

Este projeto de pesquisa é denominado "**A prática de monitoria na EAD**", sob aplicação da graduanda Thaísa Rodrigues Barbosa e orientação da Profa. Dra. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira.

Ressaltamos que as informações obtidas neste questionário, por meio das respostas coletadas, obedecerão aos critérios da ética de pesquisa, onde está assegurado o total anonimato.

Em suma, esse questionário tem por objetivo traçar o perfil do monitor em EAD, bem como compreender a *importância da formação da equipe de monitoria em cursos a distância*.

Solicitamos sua colaboração, a qual será de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa, respondendo às seguintes questões abaixo:

*1 Gênero:

- ○ Feminino
- ○ Masculino

*2 Idade:

- ○ menos de 18 anos
- ○ de 18 a 21 anos
- ○ de 22 a 25 anos
- ○ mais de 25 anos

*3 Curso de graduação:

- ○ Pedagogia
- ○ Letras

*4 Você cursou alguma disciplina relacionada à educação a distância em seu curso de graduação?

○ Sim ○ Não

*5 Tempo que trabalha como monitor (a) no Tribunal de Contas da União:

- ○ menos de 6 meses
- ○ de 6 meses a 1 anos
- ○ de 1 ano a um 1 ano e meio
- ○ mais de 1 ano e meio

*6 **Você já atuou como monitor em cursos a distância fora do Tribunal de Contas da União?**

○ Sim ○ Não

*7 **Quando você entrou no TCU, para trabalhar como monitor dos cursos em EAD, recebeu algum tipo de formação direcionada à prática de monitoria?**

○ Sim ○ Não

8 **Caso a resposta para a pergunta acima tenha sido afirmativa, avalie o treinamento que recebeu quanto aos aspectos relacionados abaixo:**

	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Muito bom	Ótimo
1. Clareza na definição dos objetivos do treinamento.	○	○	○	○	○	○
2. Organização das informações e atividades.	○	○	○	○	○	○
3. Adequação do tempo necessário à realização das atividades.	○	○	○	○	○	○
4. Relação da teoria apresentada no treinamento com a efetiva prática de monitoria.	○	○	○	○	○	○

9 **Se você não recebeu treinamento, como classifica o grau de dificuldade que enfrentou na sua prática da monitoria:**

○ não tive dificuldades
○ tive dificuldades, mas foram poucas
○ tive bastante dificuldades
⊙ Sem resposta

*10 **Você considera importante um curso de formação específico para prática de monitoria? Por quê?**

*11 **Considerando a sua experiência como monitor (a), na opinião quais são os principais aspectos que devem ser tratados em um curso de formação para monitores?**

*12 **Como você concebe o papel da monitoria em ações educacionais a distância?**

Enviar enquete

APÊNDICE B – Roteiro da entrevista com os coordenadores

1. Qual a sua formação?
2. Há quanto tempo está no TCU?
3. Há quanto tempo trabalha na área de EAD no tribunal?
4. Por que se interessou pela EAD?
5. Você participou de algum curso de formação no TCU para iniciar o seu trabalho em EAD?
6. Você considera a modalidade de educação a distância eficaz?
7. Como você avalia a plataforma moodle e seus recursos para realização dos cursos?
8. Quando vocês começaram a utilizar monitores nos cursos a distância?
9. Como são selecionados os monitores? Existe algum pré-requisito?
10. Em sua opinião qual o papel do monitor nos cursos a distância?
11. Qual a importância desta prática para a realização dos cursos?
12. Vocês já ofereceram algum curso de formação para os monitores?
13. Das formações que ofereceram aos monitores como você as avalia? Quais foram os pontos fortes e o que poderia ser melhorado?
14. Para você quais os principais aspectos que devem ser abordados em um curso para formação de monitores?
15. Você acredita que os monitores que não receberam formação inicial encontraram mais dificuldades na prática de monitoria?
16. Existe algum ponto que não foi abordado nessa entrevista que você gostaria de falar?

ANEXOS

ANEXO 1.1 – Breve Histórico do TCU

English | Español

Boa tarde Carla | Minha página | Sair

Sua senha expirou! clique para alterar

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Fiscalização a serviço da sociedade

Portal TCU > Institucional > Conheça o TCU > História

Acesso rápido

Institucional

- Autoridades
- Conheça o TCU
  - História
  - Competências
  - Funcionamento
  - Condecorações
  - Visite o TCU
  - Galeria de imagens
  - Tutoriais
  - Horário de funcionamento
  - Endereços e contatos
  - Código de ética dos servidores
- Estrutura organizacional
- Controle Interno
- Corregedoria

Breve histórico

A história do controle no Brasil remonta ao período colonial. Em 1680, foram criadas as Juntas das Fazendas das Capitanias e a Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, jurisdicionadas a Portugal.
Em 1808, na administração de D. João VI, foi instalado o Erário Régio e criado o Conselho da Fazenda, que tinha como atribuição acompanhar a execução da despesa pública.

Com a proclamação da independência do Brasil, em 1822, o Erário Régio foi transformado no Tesouro pela Constituição monárquica de 1824, prevendo-se, então, os primeiros orçamentos e balanços gerais.

A idéia de criação de um Tribunal de Contas surgiu, pela primeira vez no Brasil, em 23 de junho de 1826, com a iniciativa de Felisberto Caldeira Brandt, Visconde de Barbacena, e de José Inácio Borges, que apresentaram projeto de lei nesse sentido ao Senado do Império.

As discussões em torno da criação de um Tribunal de Contas durariam quase um século, polarizadas entre aqueles que defendiam a sua necessidade – para quem as contas públicas deviam ser examinadas por um órgão independente –, e aqueles que o combatiam, por entenderem que as contas públicas podiam continuar sendo controladas por aqueles mesmos que as realizavam.

Somente a queda do Império e as reformas político-administrativas da jovem República tornaram realidade, finalmente, o Tribunal de Contas da União. Em 7 de novembro de 1890, por iniciativa do então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, o Decreto nº 966-A criou o Tribunal de Contas da União, norteado pelos princípios da autonomia, fiscalização, julgamento, vigilância e energia.
A Constituição de 1891, a primeira republicana, ainda por influência de Rui Barbosa, institucionalizou definitivamente o Tribunal de Contas da União, inscrevendo-o no seu art. 89.

A instalação do Tribunal, entretanto, só ocorreu em 17 de janeiro de 1893, graças ao empenho do Ministro da Fazenda do governo de Floriano Peixoto, Serzedello Corrêa.
Originariamente o Tribunal teve competência para exame, revisão e julgamento de todas as operações relacionadas com a receita e a despesa da União. A fiscalização se fazia pelo sistema de registro prévio. A Constituição de 1891, institucionalizou o Tribunal e conferiu-lhe competências para liquidar as contas da receita e da despesa e verificar a sua legalidade antes de serem prestadas ao Congresso Nacional.

Logo após sua instalação, porém, o Tribunal de Contas considerou ilegal a nomeação, feita pelo Presidente Floriano Peixoto, de um parente do ex-Presidente Deodoro da Fonseca. Inconformado com a decisão do Tribunal, Floriano Peixoto mandou redigir decretos que retiravam do TCU a competência para impugnar despesas consideradas ilegais. O Ministro da Fazenda Serzedello Correa, não concordando com a posição do Presidente demitiu-se do cargo, expressando-lhe sua posição em carta de 27 de abril de 1893, cujo trecho básico é o seguinte:

"Esses decretos anulam o Tribunal, o reduzem a simples Ministério da Fazenda, tiram-lhe toda a independência e autonomia, deturpam os fins da instituição, e permitirão ao Governo a prática de todos os abusos e vós o sabeis - é preciso antes de tudo legislar para o futuro. Se a função do Tribunal no espírito da Constituição é apenas a de liquidar as contas e verificar a sua legalidade depois de feitas, o que eu contesto, eu vos declaro que esse Tribunal é mais um meio de aumentar o funcionalismo, de avolumar a despesa, sem vantagens para a moralidade da administração.

Se, porém, ele é um Tribunal de exação como já o queria Alves Branco e como têm a Itália e a França, precisamos resignarmo-nos a não gastar senão o que for autorizado em lei e gastar sempre bem, pois para os casos urgentes a lei estabelece o recurso.

Os governos nobilitam-se, Marechal, obedecendo a essa soberania suprema da lei e só dentro dela mantêm-se e são verdadeiramente independentes.

Pelo que venho de expor, não posso, pois Marechal, concordar e menos referendar os decretos a que acima me refiro e por isso rogo vos digneis de conceder-me a exoneração do cargo de Ministro da Fazenda, indicando-me sucessor."

Tenente-Coronel Innocêncio Serzedello Corrêa

Pela Constituição de 1934, o Tribunal recebeu, entre outras, as seguintes atribuições: proceder ao acompanhamento da execução orçamentária, registrar previamente as despesas e os contratos, julgar as contas dos responsáveis por bens e dinheiro públicos, assim como apresentar parecer prévio sobre as contas do Presidente da República para posterior encaminhamento à Câmara dos Deputados.

Com exceção do parecer prévio sobre as contas presidenciais, todas as demais atribuições do Tribunal foram mantidas pela Carta de 1937.

A Constituição de 1946 acresceu um novo encargo às competências da Corte de Contas: julgar a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

A Constituição de 1967, ratificada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969, retirou do Tribunal o exame e o julgamento prévio dos atos e dos contratos geradores de despesas, sem prejuízo da competência para apontar falhas e irregularidades que, se não sanadas, seriam, então, objeto de representação ao Congresso Nacional.

Eliminou-se, também, o julgamento da legalidade de concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ficando a cargo do Tribunal, tão-somente, a apreciação da legalidade para fins de registro. O processo de fiscalização financeira e orçamentária passou por completa reforma nessa etapa. Como inovação, deu-se incumbência ao Tribunal para o exercício de auditoria financeira e orçamentária sobre as contas das unidades dos três poderes da União, instituindo, desde então, os sistemas de controle externo, a cargo do Congresso Nacional, com auxílio da Corte de Contas, e de controle interno, este exercido pelo Poder Executivo e destinado a criar condições para um controle externo eficaz.

Finalmente, com a Constituição de 1988, o Tribunal de Contas da União teve a sua jurisdição e competência substancialmente ampliadas. Recebeu poderes para, no auxílio ao Congresso Nacional, exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade e a fiscalização da aplicação das subvenções e da renúncia de receitas. Qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária tem o dever de prestar contas ao TCU.

ANEXO 1.2 – Educação a Distância TCU

Educação corporativa

- Educação corporativa
- Educação a distância
- Ambiente virtual (AVEC-TCU)
- Cursos
- Certificado
- Dúvidas frequentes
- Tutoriais
- Fale conosco

Educação a distância no TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Instituto Serzedello Corrêa (ISC), oferece cursos na modalidade a distância para servidores públicos tanto do TCU quanto de outras instituições.

Servidores do TCU

Se você é servidor do TCU, poderá participar tanto das ações educacionais disponibilizadas exclusivamente para servidores do Tribunal, quanto dos cursos ofertados para servidores públicos de outras instituições.

Todos os cursos ofertados pelo ISC podem ser objeto de solicitação de licença para capacitação. O servidor deverá ficar atento ao cumprimento do estabelecido na Resolução-TCU nº 212/2008 e na Portaria Conjunta ISC-SEGEP nº 1/2009, em especial quanto à carga horária mínima semanal exigida pelos normativos, não sendo dispensada a análise, pelo dirigente da unidade, quanto à conveniência e oportunidade.

Para mais informações acerca dos cursos disponíveis para realização, verifique o Catálogo de Ações Educacionais e acompanhe as informações divulgadas na página de Educação Corporativa.

Servidores Públicos de Outras Instituições

O TCU oferta gratuitamente cursos para servidores das diversas instituições públicas, buscando disseminar os normativos legais e boas práticas, contribuindo, assim, para a aplicação correta e regular dos recursos públicos. É importante atentar para o seguinte:

- o objetivo dos cursos não contempla a preparação para concursos públicos ou semelhantes;
- a desistência do curso sem o prévio comunicado à coordenação do curso, devidamente justificado, implicará bloqueio por 3 meses para novas matrículas;
- Você poderá realizar apenas um curso por vez na modalidade a distância, para que o aproveitamento deste se dê adequadamente;
- o TCU emite certificado para os aprovados nos cursos, com exceção dos cursos autoinstrucionais.

Segue relação de cursos e período previsto para inscrições. Lembramos que, para se inscrever é necessário realizar seu cadastro prévio no portal do TCU. Em caso de dúvida, consulte a página Tutoriais em vídeos ou Dúvidas Frequentes.

Programação - 1º semestre/2013

Curso	Inscrição	Realização	Inscrição	Realização
Todos os cursos	início 4/2	25/2 a 22/3	início 18/3	8/4 a 6/5

CURSOS COM INSCRIÇÕES ABERTAS

Clique no nome do curso para se inscrever.

Atenção! Se no período de inscrição o curso não estiver mais disponível, significa que todas as vagas foram preenchidas.

Nenhum evento com inscrições abertas.